

Público



1948-2024

FAUSTO

O genial alquimista da música portuguesa

Destaque, 2 a 4

Viaturas médicas do INEM estiveram 2608 horas paradas até final de Maio

O tempo em que as 44 viaturas médicas de emergência e reanimação que existem em Portugal estiveram paradas nos primeiros cinco meses representa um agravamento de 423 horas face a 2023 **Sociedade, 18/19**

Euro 2024

Portugal preso ao Europeu pelas luvas de Diogo Costa

Destaque, 6 a 9



IMAGE PHOTO AGENCY/GETTY IMAGES

Maiores contribuintes
Fisco detecta 522 milhões de impostos em falta
Economia, 30

Pedro Dias

“[É preciso] um plano para três ciclos olímpicos”

Secretário de Estado do Desporto em entrevista ao PÚBLICO Desporto, 44/45



Acórdão do STA
Chumbada nova tentativa de travar ida de Eça para o Panteão
Cultura, 34

Destaque Morreu um artista de “dimensão maior”

Fausto Bordalo Dias, o genial alquimista da música portuguesa

(1948-2024) Tinha 75 anos e, ao longo de mais de cinco décadas, firmou-se como marco fundamental da música portuguesa, mergulhando nas raízes da música tradicional, mas apondo-lhe uma vincada marca autoral

Obituário

Mário Lopes

Nasceu em pleno oceano, entre Portugal e Angola, a bordo do navio *Pátria*, mas não era muito dado a viagens – preferia aquelas que, leitor ávido, os livros lhe proporcionavam. Era criador solitário, enredado nas composições, que trabalhava com labor perfeccionista, mas as suas canções eram convívio e partilha, encontro de gentes, vida de rua, diálogos na intimidade, luta em comunidade. Não eram propriamente contradições, antes traços que conviviam nele, que enformavam este autor maior da música portuguesa, nome fundamental da sua decisiva renovação na década de 1970, ao lado de Sérgio Godinho, José Mário Branco e José Afonso. Um criador com um talento raro para assinar canções com o dom da intemporalidade, chegando até nós como se existissem desde sempre.

Fausto Bordalo Dias, o criador de uma trilogia fundamental, iniciada em 1982 com o superlativo *Por Este Rio Acima*, o autor de álbuns de intervenção, combate à ditadura e expressão de esperanças revolucionárias, como *P’ró que Der e Vier* ou *Madrugada dos Trapeiros*, morreu na madrugada de ontem. Tinha 75 anos.

A informação foi confirmada ao PÚBLICO por Luís Viegas, da agência Ao Sul do Mundo, que o representava. O músico morreu

durante a noite, vítima de uma doença prolongada. O corpo estará hoje em câmara-ardente, a partir das 18h, na Voz do Operário, em Lisboa. O funeral, reservado à família, realiza-se amanhã.

Nas redes sociais, multiplicam-se as homenagens ao artista, destacando-se a importância de Fausto Bordalo Dias no panorama musical português e a vasta discografia por ele deixada. Em declarações ao PÚBLICO, Amélia Muge, que com ele partilhou palcos e estúdios, refere-se a Fausto como “um vulto de uma dimensão maior”: “Era possuidor de um raríssimo talento artístico, de uma capacidade intelectual que o levou a conseguir que a sua obra tivesse uma dimensão histórica e literária única, baseando muitos dos seus temas em conhecimento efectivo, em textos históricos, e, depois, num conhecimento profundo dos nossos patrimónios musicais tradicionais.”

Manifestando um sentimento de gratidão e de dívida para com o músico – “eu não seria a mesma pessoa se não tivesse havido um Fausto” –, a cantora de *Todos os Dias* ou *A Monte* destaca o facto de a sua obra ter, além da fruição musical e poética imediata, uma outra e determinante qualidade. “Quando o escutamos, tem essa dimensão de nos ajudar na descoberta de quem somos, do que foi a música ontem, do que é hoje e do que, eventualmente, continuará a ser.”

De uma geração mais recente, Ana Lua Caiano, renovadora da tradição portuguesa que se estreou recentemente em álbum com *Vou Ficar Neste Quadrado*, fala de Fausto

ao PÚBLICO como “uma inspiração enorme”, um músico que “pegou na tradição e em alguns temas da tradição e trabalhou-os como ninguém mais poderia ter feito”. Destaca a riqueza das orquestrações, onde se conjugavam instrumentos tradicionais e de orquestra, o carácter “bastante experimental” da estrutura das canções e o seu talento ímpar enquanto melodista. Fala de *Por Este Rio Acima* para referir como Fausto conseguia transformar “melodias difíceis em canções superintuitivas”.

Absolutamente transversal, Fausto é, no momento do seu desaparecimento, recordado e homenageado por músicos da sua geração, por quem veio depois, por quem está a chegar agora. Rui Pato, o guitarrista que acompanhou José Afonso em tantas ocasiões na década de 1960, fala à Lusa de um compositor genial que deixou “uma marca como poucos deixam”.

Amélia Muge e Ana Lua Caiano referem-no nos termos que lemos acima, Benjamim, que em *Auto-Rádio* (2015) gravou uma versão de *Rosie*, original de Fausto de 1977, mostra na sua conta de Instagram uma foto do músico a autografar-lhe um exemplar de *Por Este Rio Acima*. O momento foi registado nos bastidores da Aula Magna, em Lisboa, em Novembro de 2022, aquando dos concertos de comemoração dos 40 anos da edição do álbum supracitado.

Os Lavoisier, banda que muito deve a Fausto pela forma como mergulha fundo na tradição portuguesa para a partir dela



construir uma identidade de pés fincados no presente, estiveram entre os convidados desse concerto. Roberto Afonso, o guitarrista do duo (Patrícia Relvas é a vocalista), lembra-se bem dessa noite. Ao recordar as lágrimas nos rostos que conseguia ver nas primeiras filas, fala de uma das experiências “mais fortes e emocionantes” da sua vida. “Foi arrebatador, xamânico até, no sentido em que estávamos a celebrar ‘ritualisticamente’ uma coisa que é de todos.”

Um lugar único

Essa coisa é a música que inventou um homem chamado Fausto Bordalo Dias, nascido a bordo do navio *Pátria* a 26 de Novembro de 1948, registado a 5 de Dezembro em Vila Franca das Naves. Alguém que, como diz ao PÚBLICO um companheiro de muitos palcos, muitas lutas, muitas canções, Sérgio Godinho, ocupa “um lugar único porque criou uma estética muito própria, rigorosa, muito baseada numa forma de recuperar a música de raiz portuguesa, de usar as

percussões, aliando a isso a grande perícia que tinha na guitarra acústica”. Inventou-a em viagem, na viagem da sua vida, enquanto absorvia o mundo em seu redor, tanto directa (os ritmos e melodias sorvidos nos anos passados em Angola, quer angolanos, quer da tradição portuguesa), como indirectamente.

Filho da sua geração, embrenhou-se nos sons do rock e da folk anglo-americana, tendo aliás começado por aí a sua carreira musical, integrado na banda yé-yé Os Rebeldes, ou, já em Lisboa, onde se licenciou em Ciências Políticas e Sociais no ISCSP, gravando os seus primeiros registos, um EP, em 1969, e um álbum, no ano seguinte, ambos homónimos. Neles, alinha poesia portuguesa num contexto folk-rock eléctrico. Um belíssimo arranque de carreira, que, contudo, haveria de deserdar – ainda não era ele mesmo, ainda não falava na língua musical que, a todos tocando, a todos englobando, tornaria eminentemente sua.

Na edição de Dezembro de 1984



NUNO FERREIRA SANTOS

da revista *Mundo da Canção*, reflectindo sobre “a tendência para a internacionalização/universalização da cultura”, afirmava que, sendo tal irreversível, “que cada povo, que cada humanidade tenha a possibilidade (e em termos de igualdade) de contribuir para essa universalidade”. Na sua visão, não cabia nem a diluição da diversidade de expressões musicais num *standard* globalizado, nem “o isolamento da cultura para que permaneça pura”, tal como preconizado por “estudiosos considerados puristas” que “não deixam de ser homens de museu”. Fausto era um estudioso de outra estirpe.

“Tocava mesmo muito bem guitarra, inspirado num certo género de folk, gostava muito da forma de tocar do James Taylor”, recorda Sérgio Godinho. “O Fausto sabia tudo sobre os ritmos portugueses, as variações exactas dos ritmos transmontanos, da Beira Alta, da Beira Baixa, da Beira Litoral. Era um conhecedor

Depois de ter lançado o seu último álbum, Fausto deu alguns concertos e em 2021 esgotou várias salas pelo país

Toda a criança que vem ao mundo terá esta desconhecida [a obra de Fausto] que é preciso conhecer e aprofundar

Amélia Muge
Intérprete e compositora

profundo do repertório popular. Abrimos o trabalho de Fausto e temos uma biblioteca imprescindível”, acentua Roberto Afonso. “Trouxe este sentimento de que, em temos culturais e artísticos, tudo está de algum modo interligado, que o passado continua a modernizar-se através da capacidade de criar uma nova dimensão para os nossos quotidianos”, diz Amélia Muge.

Essa “capacidade rara”, como lhe chama Muge, torna-se absolutamente evidente quando, em 1982, é editado *Por Este Rio Acima*, inspirado na leitura empolgada que Fausto fazia da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, casa de clássicos como *O barco vai de saída*, *A guerra é a guerra*, *Navegar, navegar* ou *Lembra-me um sonho lindo*. É o momento em que se cristaliza essa linguagem estética única de que nos fala Sérgio Godinho.

“Quando comecei a tocar tinha influências de muita gente, hoje procuro ter influências só de mim próprio. Fechei. Sem necessidade

de aprender mais coisa nenhuma a não ser desenvolver aquilo que nós já criámos”, explicava Fausto em entrevista à *Visão*, em 2011, ano em que, com *Em Busca das Montanhas Azuis*, completava a trilogia da Lusitana Diáspora iniciada com *Por Este Rio Acima* e *Crónicas da Terra Ardente* (1994), este inspirado na *História Trágico-Marítima* que Bernardo Gomes de Brito publicou em 1735. Fausto via-se então como “um pintor que pinta sempre o mesmo quadro, tentando aperfeiçoá-lo”. Isso, porém, foi depois.

Crítica social e humor subtil

Fixa-se em Lisboa aos 20 anos, em 1968. Começa a agir musicalmente no meio estudantil, fazendo da viola e da voz armas na luta contra a ditadura. Em 1972, já colaborador em palco de José Afonso ou Adriano Correia de Oliveira, é eleito presidente da Associação de Estudantes do ISCSP. Porém, dada a sua actividade contestatária, é impedido de assumir o cargo. No mesmo ano, a sua recusa de cumprir o serviço militar obrigatório leva-o à clandestinidade. Florescerá musicalmente logo após o 25 de Abril, integrando o Grupo de Acção Cultural – GAC, ao lado de José Mário Branco, Adriano Correia de Oliveira, Francisco Fanhais ou Eduardo Paes Mamede, futuro orquestrador de *Por Este Rio Acima*. Regressa às edições discográficas, no final de 1974, com *P’ró Que Der e Vier*, onde, em canções como *Marcolino*, *Daqui desta Lisboa* ou *Não canto porque sonho* (poema de Eugénio de Andrade, dueto vocal com José Afonso), começa a definir-se de forma clara a sua assinatura musical.

Reflectindo álbum após álbum a sua visão sobre a realidade social e política do país, em evolução constante nos anos pós-revolução, edita *Um Beco Sem Saída* (1975), *Madrugada dos Trapeiros* (1977) e *Histórias de Viazeiros* (1979). Nestes últimos começa a aflorar o seu interesse em abordar temas da História portuguesa como forma de comentar o presente, levando as canções a viajem de forma admirável entre tempos e cenários – em *Histórias de Viazeiros*, vamos em paralelo das aventuras seiscentistas de Fernão Mendes Pinto, em *Peregrinação*, à viagem lisboeta de um coração despeitado por manobras de sedução, em *Eu tenho um fraquinho por ti*. Disso nos fala Amélia Muge quando destaca em Fausto a sua “capacidade de crítica social intemporal”, aliada a “um humor de uma subtiliza completamente surpreendente”.

Tudo reunido, então, quando se materializam em disco as leituras que fazia de Fernão Mendes Pinto, a sua maturada investigação das

músicas de raiz portuguesa e o trabalho que vinha desenvolvendo n’A Barraca, musicando com José Afonso e Orlando Costa a peça *Fernão Mentres?*, encenada por Hélder Costa – peça abençoada, pois a ela se deve *Por Este Rio Acima*, mas também *Como se Fora seu Filho*, álbum de 1983 de José Afonso.

Por Este Rio Acima, assinalado logo à época como “um marco decisivo para a história da música popular”, como se escrevia na *Mundo da Canção*, não é um relato dos ditos descobrimentos portugueses. É, tal como *Peregrinação*, o outro lado da história da expansão portuguesa, sem glorificações militares e imperiais. Um relato de aventureiros, suas glórias e misérias, seus espantos, sua mesquinhez, seus afectos, seus medos, deslumbraamentos e nostalgias. É a história do povo que foi, “dos homens que se movimentaram como mercadores, e, ainda mais do que estes, dos que sonhavam descobrir mundo”, como descrito pelo seu autor.

Depois dele, Fausto completou a trilogia que ali se iniciara, lançou mais álbuns, como o magnífico *O Despertar dos Alquimistas* (1985), onde encontramos mais um clássico popular, *O coça-barriga*, ou, penúltimo passo da sua discografia, o álbum conceptual *A Ópera Mágica do Cantor Maldito* (2003). Escolhendo a reserva à exposição pública, espaçando as actuações em palco, reunir-se-ia a dois dos seus mais importantes companheiros de estrada e de geração, José Mário Branco e Sérgio Godinho, no espectáculo *Três Cantos*, apresentado em quatro datas, no Campo Pequeno e no Coliseu do Porto, em Outubro e Novembro de 2009, “momento de celebração, união e de sonho”, nas palavras de Sérgio Godinho.

Em Novembro de 2022, Ana Lua Caiano era uma das espectadoras na Aula Magna a ouvir *Por Este Rio Acima* nos seus 40 anos. Sentiu-se privilegiada: “É de uma força incrível ouvir no mesmo espaço e no mesmo tempo aquelas canções do Fausto, tocadas pelo próprio.” Roberto Afonso lembra o tempo passado com o músico, que os Lavoisier haviam conhecido poucos anos antes de participarem no concerto. “O trabalho era para ele sagrado, mas foi muito bonita a forma genuína, dócil e fraterna com que partilhou a sua obra connosco”. Amélia Muge, emocionada, fala da intemporalidade a que Fausto está destinado: “Toda a criança que vem ao mundo terá esta desconhecida que é preciso conhecer e aprofundar.” Está a falar da obra de Fausto, do Fausto que existe, do que permanecerá. Eterno. **com Miguel Dantas**

Destaque Morreu um atista de “dimensão maior”

Obra

Grande, grande foi a viagem, grande e eterna é a obra

Nuno Pacheco

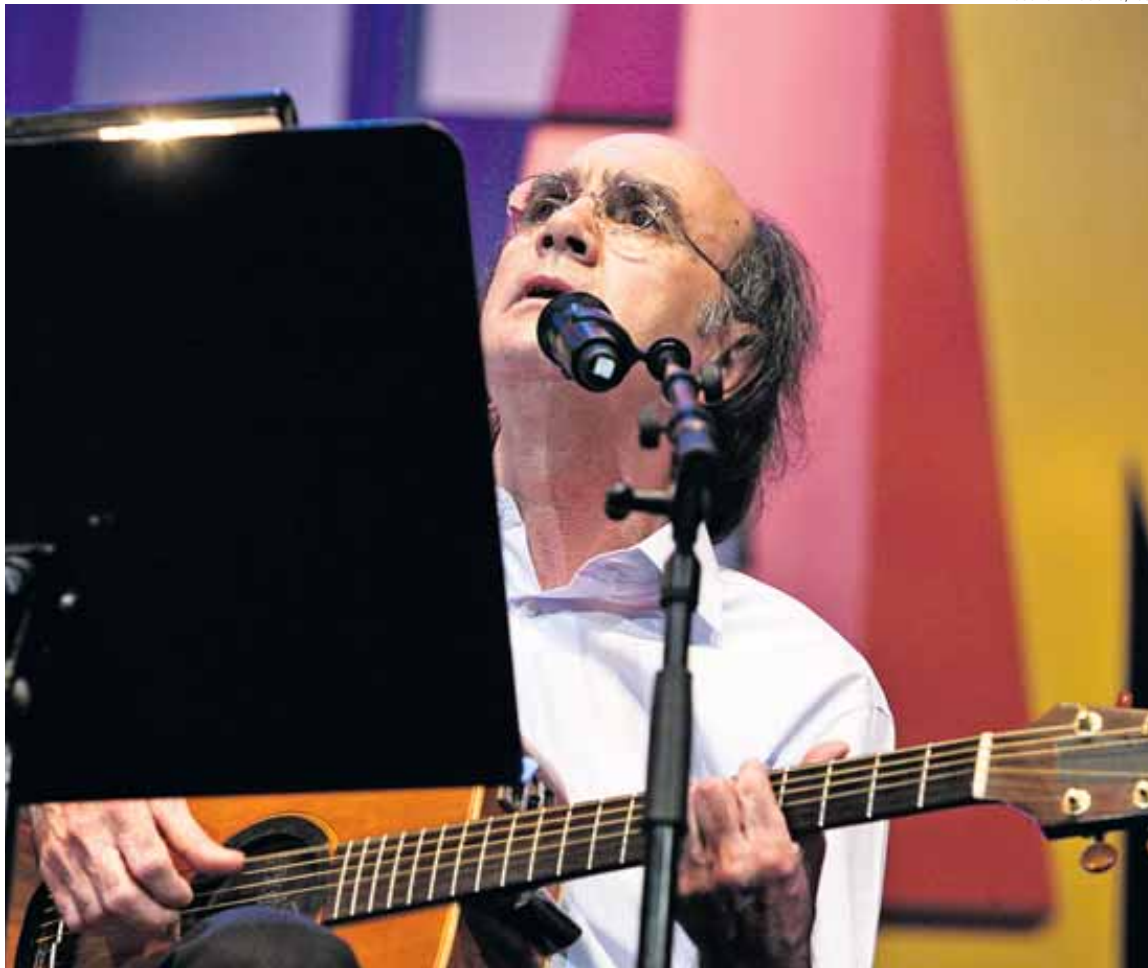
A obra de Fausto Bordalo Dias vai muito para além do sempre lembrado *Por Este Rio Acima*, compondo uma belíssima teia de viagens

Como pode alguém nascido a bordo de um navio, em pleno oceano Atlântico, não ficar marcado definitivamente pelas águas? Águas do parto, águas do mar, águas dos rios que nele afluem? De tal modo, que até as referências à obra gravada de Fausto Bordalo Dias (1948-2024) se afunilam habitualmente num título banhado pelas águas, *Por Este Rio Acima*. Lembrança justa, porque é, sem dúvida, um dos discos mais marcantes e relevantes de toda a música popular portuguesa, mas também injusta porque demasiado redutora, como o próprio tantas vezes sentia e disse.

Quando grava os seus dois primeiros discos, homónimos, um EP (1969) e um LP (1970), Fausto trazia as marcas de um percurso vivido em grande parte em África: nascido a bordo do navio *Pátria*, no dia 26 de Novembro de 1948, embora o tenham registado em Vila Franca das Naves, Trancoso, no dia 5 de Dezembro desse ano, passou a infância e a adolescência em Angola, onde integrou o grupo Os Rebeldes. Foi em Lisboa, para onde se mudou para dar rumo aos estudos universitários, que a Philips lhe propôs um contrato de gravação. Aceitou, mais para ganhar algum dinheiro do que para outra coisa, como afirmaria mais tarde, ainda que, a par de outros autores (Pinho e Linhares; Bettencourt da Câmara; o poeta José Gomes Ferreira), já aí incluísse canções inteiramente suas, como *Chora, amigo chora*, *África* ou *Quando um homem quer partir*.

Do PREC à saga marítima

Mas esse disco, hoje raríssimo, viria a renegá-lo após a publicação daquele que considerou o seu primeiro trabalho para ser levado a sério: *Pró Que Der e Vier*, parcialmente gravado em Madrid, até 17 de Abril de 1974 e acabado de gravar em Portugal, em Outubro desse mesmo ano, já com canções devidas à liberdade, como *Venha cá, senhor burguês*, o *Patrão e nós* e *Marcolino*. Aí começava um caminho musical que mais tarde adquiriria o contorno consciente de viagem. Sim, os passos seguintes foram marcados pela euforia revolucionária, sendo *Um Beco Com Saída* (1975) correspondente aos períodos “quentes” do chamado PREC (Pro-



JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

Fausto considerou *Pró Que Der e Vier* o seu primeiro trabalho para ser levado a sério

Em 1999, Fausto dizia ao PÚBLICO: “Tenho sempre temas pensados a longo prazo — nem sei se consigo fazê-los todos”

Em Angola, onde viveu durante a infância e a adolescência, integrou o grupo Os Rebeldes

cesso Revolucionário Em Curso) e *Madrugada dos Trapeiros* (1977) ao seu refluxo. É deste último que muitos recordarão *Se tu fores ver o mar* (Rosalinda), *Uns vão bem e outros mal*, *Cantiga do desemprego* ou *Rosie*.

Se a primeira viagem foi pelo PREC, a segunda já namorava o mar. *Histórias de Viageiros* (1979), ainda que não ignorasse as causas sociais (*Roupa velha*, *Eu fui ver o campo*, *Por falar em tempo...*), já deixava antever a saga marítima em *Peregrinações* e *Nau Catrineta*. Na capa, do designer José Brandão, vemos uma nau cheia de estranhas personagens e, na contracapa, do lado oposto à nau já vazia e em retirada, vê-se a minúscula silhueta de um avião. Intencional, tal presença: na trilogia que há-de dedicar à saga marítima dos portugueses, Fausto porá ovnis, ou simulações de ovnis, a pairar sobre mares, caravelas, castelos, ruínas ou paisagens africanas.

A escrita e a composição de Fausto (exímio guitarrista e conhecedor profundo das rítmicas e géneros da música tradicional portuguesa, além de se exprimir numa escrita apuradíssima e devedora da melhor veia poética) vai-se, entretanto, afinando com a precisão de um ourives diante da sua melhor obra. *Por Este Rio Acima* (1982) confirma-o como um dos mais

criativos e originais compositores que Portugal já teve, usando como matérias-primas a História e a música tradicional, mas dando-lhes um enquadramento rigorosamente novo. A *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto (que inspirou sobremaneira este disco), teve-a Fausto à cabeceira em finais dos anos 1970, mas não ficou por aí.

Embrenhou-se depois na leitura de obras e testemunhos dessa saga exploratória, como a *História Trágico-Marítima*, os textos de Cadamosto, Diogo Eanes de Azurara, Conde de Ficalho, dos pombeiros, deixando-se embalar pela histórias de Pêro da Covilhã (a quem chamava “o James Bond de D. João II”) ou Silva Porto, que para ele era uma paixão (“Morreu em 1890 mas, quando eu era menino, em África ainda se falava dele”, disse).

E foi assim que ao duplo álbum *Por Este Rio Acima* se juntaram mais dois duplos, *Crónicas da Terra Ardente* (1994) e depois *Em Busca das Montanhas Azuis* (2011), obras-primas que devem ser vistas como um todo, onde ele dizia ter privilegiado “os homens que se movimentaram como mercadores e, ainda mais do que estes, os que sonhavam descobrir mundo”. Uma trilogia ímpar de uma diáspora que pode ampliar-se a tetralogia, caso lhe juntemos *Para Além das Cordilheiras* (1987), disco nascido de outra viagem,

esta à descoberta da Europa, de Lisboa a Berlim (“Foi por ela que amanhã me vou embora (...) sempre o mesmo em frente ao mar também me cansa”).

Atrás dos tempos...

A par destes trabalhos, Fausto ainda arriscou duas novas incursões musicais nos idos do PREC e nos seus fantasmas (*O Despertar dos Alquimistas*, 1985, e *A Ópera Mágica do Cantor Maldito*, 2003), revisitando noutros discos África e os seus poetas (*A Preto e Branco*, 1988, onde decidiu não usar qualquer instrumento africano para evitar redundâncias) ou as suas próprias canções, regravando 27 em 1996 no duplo *Atrás dos Tempos Vêm Tempos* (glosa do título da canção que abria *Madrugada dos Trapeiros* em 1977); seleccionando 19 para a colectânea *18 Canções de Amor e Mais Uma de Ressentido Protesto* (2007); ou levando a saga marítima aos palcos, sob a designação de *Grande Grande é a Viagem* (1999, duplo gravado ao vivo no CCB, uma das salas que enchia, nos seus raros espectáculos, a par dos Coliseus, Aula Magna ou Casa da Música). E em 2009 junta-se em palco a José Mário Branco e Sérgio Godinho para um espectáculo a que foi dado o nome de *Três Cantos*. Estreou-se em Lisboa e Porto e foi editado em CD/DVD (2009).

“Tenho sempre temas pensados a longo prazo — nem sei se consigo fazê-los todos”, disse Fausto ao PÚBLICO em 1999. Despediu-se, mal ele o sabia, com o último capítulo da trilogia marítima, *Em Busca das Montanhas Azuis*, há 13 anos. Depois disso ainda pisou palcos, participando também em discos alheios (dos Boémia ou de Paulo Praça), e deu “luz verde”, elogiando-o, a um disco que os Couple Coffee (Luanda Cozetti e Norton Daiello) dedicaram integralmente a canções suas, sob o título *Fausto Food* (2017), 20 anos depois de Né Ladeiras ter dedicado outro álbum inteiro às canções de Fausto, *Todo Este Céu* (1997).

E é esse o convite que deve ser feito a todos os que guardam memória dele e das suas canções: sem tirar o pedestal histórico a *Por Este Rio Acima*, procurem conhecê-lo muito para lá disso, ouvindo canções raramente tocadas, descobrindo pormenores magníficos nas vocalizações e instrumentações de outras, viajando, como ele viajou (física e metaforicamente), por caminhos que conduzem a novas e interessantes descobertas. Por cima, terão a presença luminosa de um disco voador, o que Fausto foi inventando para os seus discos, tão luminosa quanto a obra que nos deixou.



Uma história traçada pela cidade que nunca dorme.



COLEÇÃO EM CAPA DURA
VOL. 1
+14,90 €*
SEXTA, 5 JUL.
COM O PÚBLICO
P

COLEÇÃO NOVELA GRÁFICA VIII - EDIÇÃO QUINZENAL

LIVRO 1- TÁXI AMARELO

Argumento e desenho: Christophe Chabouté

Christophe Chabouté, autor francês, regressa à *Novela Gráfica* em Portugal com *Táxi Amarelo*, de Benoit Cohen. Após 20 anos a dirigir filmes, Benoit mudou-se para Nova Iorque, em 2014, para se tornar motorista de táxi e escrever um guião. Ao volante do icónico táxi amarelo, ele percorre as ruas da *Big Apple*, observa os rostos de milhares de passageiros e regista as histórias. Descubra uma obra sensível e humana que homenageia Nova Iorque.

COMPRE AQUI



loja.publico.pt

*Coleção de 11 livros em capa dura. PVP unitário: vols. 3, 5, 8, 9 e 11: 13,90 €; vols. 1, 2, 7 e 10: 14,90 €; vols. 4 e 6: 15,90 €. Preço total da coleção: 160,90 €. Periodicidade quinzenal às sextas, entre 5 de Julho e 22 de Novembro de 2024. Stock limitado.

Portugal preso ao Europeu pelas luvas de Diogo Costa

Guarda-redes fez uma defesa impossível aos 115' e parou todos os penáltis no desempate ante a Eslovénia. Um herói improvável numa noite em que Portugal voltou a falhar ofensivamente

Crónica de jogo

Nuno Sousa, em Frankfurt

O alargamento do Campeonato da Europa para 24 seleções pode ser um trampolim para o futebol emergente, mas traz com ele também uma âncora, difícil de desenhar. Um jogo dos oitavos-de-final mascarado de jogo de preparação não é a melhor bandeira para a UEFA promover o torneio, mas serviu para provar duas coisas. A primeira é que a Eslovénia (ainda) não pertence a este clube de elite, a segunda é que Portugal (ainda) não encontrou forma de contornar blocos baixos. Seja como for, alguém teria de seguir em frente e foi Diogo Costa quem manteve a selecção no Euro 2024 (3-0 no desempate por penáltis após 120 minutos sem golos), presa não por um fio, mas por quatro defesas magistrais.

Em Frankfurt, não houve surpresas nas escolhas, de um lado ou do outro. Face ao jogo anterior, Portugal mudou praticamente tudo, como se esperava, a Eslovénia só mudou uma peça (entrou Balkovec para o lado esquerdo da defesa porque Janza estava castigado), como se previa. No plano de voo, a mesma coisa: Portugal tomou conta do palco e pouco ou nada deixou ao adversário para mostrar serviço. O 4x2x3x1 de Roberto Martínez brilhava mais do que o 4x4x2 de Matjaz Kek, não por superioridade estratégica, mas pelo valor facial dos activos.

Ficou claro desde o primeiro instante que a Eslovénia não estava disposta a correr o mínimo risco. Percebeu-se isso pelo modus operandi na primeira fase de construção (batia sempre longo à procura do jogo aéreo de Sporar e das segundas bolas) e pela forma como abdicava de pres-

sionar o portador, optando por baixar linhas e sobrepovoar o corredor central. Ia ser preciso paciência, como Bruno Fernandes tinha previsto no lançamento do encontro, mas também mais diligência com bola, mais velocidade na circulação, mais invasão do espaço entre linhas.

Acabou por ser pelo corredor direito, uma espécie de desaparecido em combate na fase de grupos, que Portugal mais criou. Bruno Fernandes (declaradamente uns metros mais à frente do que tem sido hábito), Bernardo Silva e João Cancelo procuraram Ronaldo no segundo poste e quase o encontraram em posição privilegiada, mas os centrais eslovenos já sabiam o que esperar. Eles e todos os adeptos que tenham estado atentos ao Europeu.

Com João Palhinha a fazer o papel de Adamastor, comprovando que é um dos melhores médios defensivos do torneio, e Vitinha a encarnar Pedro Álvares Cabral, descobrindo linhas de passe nunca antes exploradas, a selecção portuguesa ditava os ritmos do jogo, com e sem bola. Cristiano Ronaldo ainda ameaçou de livre directo e Palhinha, no último sopro do primeiro tempo, atirou junto ao poste, mas o intervalo chegava mesmo sem golos. Portugal, que tinha trocado de campo no arranque, não

ia conseguir oferecer aos adeptos um golo na “sua” baliza.

E por falar em livres, houve segundo assalto aos 54', com Oblak a afastar um pontapé de Ronaldo a meia altura, 10 minutos depois de a Eslovénia ter feito o primeiro remate no jogo, pela estrela da companhia, Benjamin Sesko. Ainda assim, teve de ser de fora da área, porque não havia capacidade instalada para sequer pisar as zonas de definição sem uma garrafa de oxigénio.

A diferença era abissal, mas poderia esbater-se em função do risco crescente que Portugal estivesse disposto a correr. Aos 65', Roberto Martínez trocou Vitinha (um dos melhores) por Diogo Jota para ganhar mais um activo entre linhas, baixando Bruno Fernandes para perto de Palhinha. Mas quem verdadeiramente subiu de nível foi João Cancelo, responsável pelos dribles e pelos raides que mais dores de cabeça criaram à defesa eslovena, sempre a partir do corredor direito.

O que ganhou a equipa com este ajuste? Em rigor, nada, porque a questão era simples e complexa ao mesmo tempo: para ter superioridade no espaço entre linhas, teria de juntar Bruno Fernandes a Diogo Jota e Bernardo Silva, com os laterais abertos, mas sem Vitinha em campo Palhinha precisava de ajuda no corredor central, 15 metros mais atrás. E como nenhum dos jogadores portugueses, por mais brilhante que seja, tem o dom da ubiquidade...

A Eslovénia estava confortável, limitou-se a trocar pernas cansadas por frescas (Sporar por Celar, avançado por avançado, foi a primeira substituição), e a deixar correr o marfim. Sesko ainda esticou o jogo uma ou duas vezes, mas sem que o elástico fosse suficiente para chegar à baliza do solitário Diogo Costa. E do lado contrário as muitas solicitações para o coração da área redun-



Momento em que Cristiano Ronaldo falha o penálti já no prolongamento

0 (3)

PORTUGAL

0 (0)

ESLOVÉNIA

Jogo na Arena de Frankfurt, em Frankfurt.

Portugal Diogo Costa, Cancelo (Nelson Semedo, 117'), Pepe (Rúben Neves, 117'), Rúben Dias e Nuno Mendes; Palhinha e Vitinha (Diogo Jota, 65'); Bernardo Silva, Bruno Fernandes e Rafael Leão (Francisco Conceição, 76'); Ronaldo.

Treinador R. Martínez.

Eslovénia Oblak, Karnicnik ●37', Drkusic ●32', Bijol ●106' e Balkovec ●107'; Stojanovic (Verbic, 86'), Cerin, Elsnik (Ilicic, 105') e Mlakar (Stankovic, 75'); Sporar (Celar, 74' ●101') e Sesko.

Treinador M. Kek.

Árbitro Daniele Orsato (Itália)
VAR Massimiliano Irrati (Itália)

daram numa mão-cheia de nada. Ia haver prolongamento, estava visto. Mas não sem antes Ronaldo, superiormente servido por Diogo Jota, ter disposto da melhor ocasião, com um remate em posição privilegiada que Oblak travou sem aparente dificuldade. O que aconteceu aos 105', porém, já foi algo de outro nível, de parte a parte. Diogo Jota arrancou um penálti e o capitão de Portugal encarregou-se da marcação, como sempre. Oblak voltou a sair por cima, desta vez com uma defesa digna de um dos melhores da actualidade. E logo na baliza que era propriedade dos adeptos portugueses.

Diogo Costa não quis ficar atrás e aos 115', na única vez na partida em que foi realmente chamado a depor, arrancou uma defesa impossível, que evitou uma noite (uma vida?) de insónias a Pepe, após uma perda de bola comprometedor. Afinal de contas, Sesko também não tinha trazido os golos na bagagem e para que os adeptos pudessem celebrar alguma coisa ia mesmo ser preciso avan-



ANNA SZILAGYI/EPA

Reacções

Acho que durante os 90 minutos tivemos muitas oportunidades e acho que jogámos muito bem. Torna-se difícil se não marcarmos primeiro. A relva não ajudou a equipa com bola. Diogo Costa é o segredo mais oculto do futebol europeu e hoje apareceu

Roberto Martínez
Seleccionador de Portugal

Analizamos os adversários, mas neste jogo segui o meu instinto e estou muito feliz em ajudar a equipa

Diogo Costa

Não é que estivesse frágil. Mesmo os mais fortes às vezes também têm os seus dias. Tive a oportunidade de dar vantagem à selecção, não consegui, o Oblak fez uma boa defesa. Esta época não falhei nenhum

Cristiano Ronaldo

Imprensa internacional

Portugal teve que esperar pelos penáltis para apurar-se para os quartos. Uma grande exibição de Oblak e a defesa eslovena prolongaram o jogo mais do que o esperado, mas a vitória da equipa de Roberto Martínez é justa

Marca
Espanha

As lágrimas de tristeza deram lugar às de alegria. Muito afectado pelo penálti que falhou Ronaldo reencontrou os sorrisos meia hora mais tarde com a qualificação de Portugal

L'Équipe
França

Já dura há quatro anos, embora pareça cada vez mais absurdo esta regra que tudo tem de orbitar em torno de Ronaldo

The Telegraph
Inglaterra

çar para as grandes penalidades. Era, em tese, o momento da Eslovénia. No melhor dos cenários, tudo o que tinha feito durante os 120 minutos só poderia conduzir até aqui. Estavam onde queriam estar, com um guarda-redes especialista na matéria e um adversário ferido no orgulho, com a confiança em mínimos históricos. O sorteio da baliza, pelo menos, foi favorável. A tal baliza portuguesa, lembram-se, foi para essa que se encaminharam todos. E Diogo Costa correspondeu, frustrando Ilicic. A seguir veio Ronaldo emendar o que sucedera aos 105'. E Diogo Costa voltou a voar, para desespero de Balkovec. Bruno Fernandes também não tremeu. De repente, o *momentum* virara e Diogo Costa já parecia três vezes maior entre os postes – Verbic que o diga, que foi o terceiro a falhar, antes de Bernardo Silva fechar as contas do sofrimento. No dia 5, é muito possível que a tormenta continue, mas agora com a França, um interlocutor à altura da ocasião.

Arbitragem sem mácula

Análise



Pedro Henriques

A arbitragem de Danielle Orsatto esteve em bom nível. No lance mais controverso decidiu de forma acertada e do ponto de vista disciplinar esteve coerente.

Minuto 4 Sem motivo para penálti. A mão nas costas de Drkusic em Cristiano Ronaldo na área não teve, nem consequência, nem intensidade para ser considerada infracção.

Minuto 9 Cristiano Ronaldo caiu

na área da Eslovénia mas Drkusic, com o seu pé esquerdo, chegou primeiro e tocou na bola sendo que o posterior contacto foi normal e sem infracção.

Minuto 32 Drkuvic viu amarelo num lance no limite da clara oportunidade de golo que daria vermelho. Contudo, um adversário à frente e em posição de poder intervir e Rafael Leão a reduzir a velocidade descaindo para a esquerda e a afastar-se do enquadramento central da baliza, esperando claramente pela falta, traduziram-se numa advertência que se aceita.

Minuto 37 Karnicnit de forma deliberada e antidesportiva jogou a bola com a mão em disputa directa com Rafael Leão,

tirando-lhe a possibilidade de continuar de posse do esférico e com algum perigo.

Minuto 77 Lance sem penálti sobre Francisco Conceição, que acabou por ser controlado em termos de posição por Karnicnik, que usou os braços nas costas mas sem consequência e intensidade.

Minuto 95 Remate de Verbic que vai bater no cotovelo direito de Rúben Dias que tinha o braço dobrado, encostado e junto ao corpo e sem volumetria extra.

Minuto 101 Stankovic viu bem o cartão amarelo por agarrar de forma antidesportiva Palhinha.

Minuto 105 Lance em que o VAR

nunca iria intervir por não ser claro e óbvio. Drkusic com a perna e, sobretudo, com o joelho esquerdo toca o joelho esquerdo e derruba Diogo Jota, que ia embalado e que acaba, fruto desse contacto, por se desequilibrar e cair. Aceita-se o pontapé de penálti.

Minuto 106 Cartão amarelo bem mostrado a Bijol por uma entrada de sola fazendo jogo perigoso sobre Diogo Jota.

Minuto 107 Balkovec vê bem amarelo por se desinteressar da bola e ir directo a Cancelo empurrando-o numa clara acção antidesportiva.

Ex-árbitro e actual comentador de arbitragem

Os jogadores de Portugal um a um Por Diogo Cardoso Oliveira

Foi crescendo com o jogo. Na primeira parte esteve modesto, mas na segunda parte mudou um pouco o comportamento: não pediu a bola no pé, desde trás, e começou a pedir mais no espaço, podendo encarar os defensores em velocidade. Espalhou técnica e, apesar de ainda não ter sido o melhor Cancelo, já esteve mais próximo desse estatuto. A nível de duelos também foi muito forte. Ia “borrando a pintura” no prolongamento, mas Rúben Dias salvou-o.

Jogou quase sempre “de cadeirinha”. Ganhou alguns duelos, perdeu outros, mas não foi por ali que Portugal foi melhor ou pior. Não conseguiu colocar muitas bolas verticais, mas também não era isso

que Martínez queria do central do meio. Aos 115’... “ofereceu” um golo à Eslovénia mas foi salvo por Diogo Costa.

Jogo assim-assim. Tal como Pepe, perdeu uns duelos e ganhou outros, mas pedia-se mais em posse do central da direita. Também não foi por ali que Portugal foi melhor ou pior, mas um pouco mais de “perfume” em posse, tal como havia com Mendes à esquerda, teria sido útil.

Bom jogo do lateral do PSG na primeira parte. Pode roçar a heresia, talvez a loucura, dizer que há alguma posição melhor para Mendes do que a de lateral-esquerdo, na qual é dos melhores do mundo, mas é possível que

Martínez a tenha descoberto. Partindo de central pela esquerda numa linha de três, sobretudo contra equipas muito defensivas, consegue ver o jogo de frente em passe, ter na mesma projecção em condução e ser muito forte nos duelos na zona mais central. Jogo tremendo de Nuno Mendes na primeira parte, com e sem bola, com vários duelos ganhos, bons cortes e muitas bolas para o terço ofensivo. Curiosamente,

A figura



10

Diogo Costa

No final dos 90’, este texto estava preparado para ser apenas isto: “Foi a Frankfurt, viu o jogo, controlou a profundidade e foi para casa”. Mas o que se passou aos 115’, primeiro, e nos penáltis, depois,

foi inacreditável. Uma defesa monumental perante Sesko, com elasticidade e rapidez incríveis no duelo com o avançado esloveno. Depois, defendeu os três penáltis, cada defesa melhor do que a outra. Desempenho inacreditável do guarda-redes do FC Porto, que foi muito criticado no Mundial 2022, com um par de erros comprometedores, mas teve, em Frankfurt, talvez a grande noite da sua carreira. Soberbo.

perdeu influência na segunda parte, quando começou a jogar como lateral mais clássico. Também a nível de prevalência defensiva perdeu eficácia, sendo batido mais vezes.

Defensivamente monstruoso. Ganhou uma percentagem incrível de duelos e “secou”

8

Palhinha

grande parte das transições eslovenas. O raio de acção do jogador do Fulham – talvez em breve jogador do Bayern – é tremendo e fez recuperações de todos os tipos: zona ofensiva, perto da área portuguesa, lances aéreos e pelo chão. Foi um jogador fundamental, porque controlou

quase sozinho o futebol da Eslovénia – que foi pouco no último terço, mas não foi assim tão pouco na zona intermédia. E se ficou por aí foi, sobretudo, pela acção omnipresente de Palhinha. Com bola não foi nenhum Pirlo, e nunca será, mas conseguiu tirar a bola de zonas congestionadas com alguma facilidade.

Grande jogo do médio do PSG. Muito forte com bola, não apenas a nível de acerto do passe, mas

8

Vitinha

também na criatividade. Passar para o lado e para trás é fácil, mas Vitinha encontrou muitas soluções verticais e tirou a bola de zonas de pressão com

uma qualidade excepcional. Ainda somou uma mão-cheia de detalhes técnicos de alto nível. Foi o primeiro substituído. Porquê? Martínez saberá. Mas também saberá que Portugal piorou bastante depois da saída de Vitinha.

Jogo globalmente fraco. Não foi sempre mau, porque teve alguns passes interessantes e um par de chegadas perigosas à área, mas não foi um jogo feliz do médio do Manchester United. Falhou muitos passes, alguns de fácil execução, e não foi especialmente competente em solicitações para zona de finalização. Quando recuou para ao pé de Palhinha ganhou influência, mas não ganhou engenho.

Oscilou entre o mediano e o banal. Raramente joga mal, mas não ofereceu muitas soluções criativas. É certo que colocou algumas bolas em zonas de finalização, e poderia ter somado assistências em caso de maior acerto dos colegas, mas, em geral, não foi o melhor que sabe ser.

Ao contrário de Cancelo, que cresceu com o jogo, Leão foi perdendo gás. Na segunda

parte, a Eslovénia encostou um jogador em Leão, nunca deixando o extremo virar-se – e correu riscos com esse

posicionamento do lateral, mas conseguiu dar menos jogo ao extremo do AC Milan, que precisa de espaço para desequilibrar. Não jogou mal ao ponto de merecer a substituição, mas não foi uma troca totalmente ilógica. Mas isso foi após o intervalo. Na primeira parte, por outro lado, foi muito forte. Grandes iniciativas em transição quando teve espaço, grandes detalhes técnicos em condução e uma assistência para golo não finalizada.

Mais um jogo pobre do capitão. Tal como no último jogo – mesmo que menos – passou muito tempo no chão. Depois somou más receções em zonas

de finalização, maus passes em apoios frontais – estragou algumas jogadas – e desacerto na finalização, mesmo que só no final da segunda parte tenha tido uma oportunidade clara de golo. Nos livres-directos

também mantém uma baixa percentagem de sucesso, algo já muito visto. Falhou um penálti. Ronaldo não ataca o espaço, não explora a profundidade, não oferece futebol em apoios frontais e não finaliza como noutras alturas da carreira – e é discutível que Ronaldo, nestes moldes, seja mais uma virtude do que um defeito desta equipa. Como teria sido com Ronaldo saído do banco, fresco e com eslovenos desgastados? Nunca saberemos.

Entrou forte sem bola, como sempre, e conseguiu uma recuperação que deixou Ronaldo

na cara do golo. Ganhou um penálti num lance individual, mas não teve muito impacto na partida. Parece ter perdido um

contra um com o passar dos anos e tornou-se mais um finalizador forte defensivamente do que propriamente o desequilibrador pelo drible que foi nos primeiros anos da carreira. Na vertente finalizadora teria sido útil, mas a partir da ala para desequilibrar pelo drible há jogadores mais capacitados, como Pedro Neto – ou Leão, mesmo tendo vindo a cair de produtividade.

Não teve influência positiva, nem pela direita, nem pela esquerda. Não teve o impacto que tem habitualmente quando sai do banco.

Não teve tempo para ter impacto no jogo.

Nelson Semedo

Não teve tempo para ter impacto no jogo. diogo.

Rúben Neves

Oitavos-de-final

França desmontou o calculismo da Bélgica

1

FRANÇA

0

BÉLGICA

Estádio Merkur Spiel-Arena, em Dusseldorf.

França Maignan; Koundé, Upamecano, William Saliba e Theo Hernández; N’Golo Kanté, Tchouaméni ●16’ e Rabiot ●25’; Thuram (Kolo Muani, 62’), Griezmann ●24’ e Mbappé.
Treinador Didier Deschamps.

Bélgica Casteels; Castagne (Lukébakio, 88’), Faes, Jan Vertonghen ●76’ e Arthur Theate; Kévin de Bruyne, Onana e Carrasco (De Ketelaere, 89’); Openda (Mangala, 64’ ●90’+3’), Romelu Lukaku e Jérémy Doku.
Treinador Domenico Tedesco.

Árbitro Glenn Nyberg (Suécia)
VAR Pol van Boekel (Países Baixos)

Golos 1-0 Vertonghen p.b. (85’)

Positivo/Negativo

+ N’Golo Kanté
Do alto dos seus 168 centímetros, o “13” da França continua a ser um gigante para a estratégia de Didier Deschamps. Numa equipa que faz da solidez defensiva a sua imagem de marca, N’Golo Kanté assegura aos franceses uma enorme consistência.

Mike Maignan
A Bélgica atacou pouco, mas, quando o fez, causou perigo. E, aí, foi o guarda-redes do AC Milan que mostrou que a França tem muito qualidade na baliza.

- Romelu Lukaku
O avançado, que na última época jogou na AS Roma, saiu deste Europeu sem qualquer golo — teve três anulados —, sendo a imagem de uma Bélgica que não ficará com boas recordações do Euro 2024.

David Andrade

Com um golo de Vertonghen na própria baliza no minuto 85, os franceses asseguraram a presença nos “quartos” do Euro 2024

Era o jogo cabeça de cartaz dos quartos-de-final do Campeonato da Europa de 2024, mas não ficará na memória como um dos mais entusiasmantes da competição. Na Merkur Spiel-Arena, em Dusseldorf, a França sentiu dificuldades para encontrar a fórmula que lhe permitisse desmontar o calculismo apresentado pela Bélgica. No entanto, no minuto 85, um lance feliz de Kolo Muani — a bola desviou em Vertonghen e traiu Koen Casteels — bastou para os gauleses fazerem a festa e ficarem à espera de Portugal.

O quinto bilhete para os quartos-de-final do Alemanha 2024 saiu do vencedor de um clássico do futebol europeu onde a história ainda continua a favorecer a Bélgica. Antes de as duas equipas entrarem em campo, nos 75 duelos entre vizinhos os belgas somavam 30 vitórias — são agora 27 triunfos para os franceses —, mas as memórias recentes em “jogos a doer” eram favoráveis aos gauleses: excluindo partidas de preparação, a última vitória da Bélgica frente à França foi

em 1981, na fase de qualificação para o Mundial de 1982, em Espanha.

Para além do currículo favorável, a França entrou na Merkur Spiel-Arena com o favoritismo do seu lado e, para atacar a Bélgica, Didier Deschamps utilizou a fórmula com que iniciou o Euro, voltando a oferecer a titularidade a Griezmann e Thuram, que foram suplentes contra a Áustria.

Já os belgas, que tiveram de sofrer bastante na fase de grupos — todas as equipas do Grupo E terminaram com quatro pontos —, também se apresentaram em Dusseldorf com duas novidades: Domenico Tedesco retirou do “onze” Tielemans e Trossard, apostando em Carrasco e Openda.

Estes eram os ingredientes para o jogo de maior cartaz dos “oitavos”, mas, com as duas equipas a mostrarem sempre muito respeito mútuo, no frente-a-frente entre franceses e belgas foi servido um *cocktail* pouco temperado. Embora com novo líder — em 2021 era Roberto Martínez que liderava os “diabos vermelhos” —, a Bélgica repetiu em Dusseldorf o plano de jogo que apresentou nos “oitavos” do último Europeu, quando afastou Portugal, em Sevilha.

Sem terem pudor em ficar no seu meio-campo à espera do adversário, os belgas convidaram sempre os vice-campeões do mundo a assumirem as “despesas do jogo”. Com isso, procu-

ravam uma oportunidade para que Kevin de Bruyne, Lukaku e Openda tivessem espaço para fazer a diferença no ataque. Porém, a sempre metódica França de Deschamps nunca correu riscos excessivos.

Assim, nos primeiros 45 minutos, as oportunidades foram quase sempre francesas, com Thuram a ser o maior protagonista, mas, aos 24’, um livre de Kevin de Bruyne quase que surpreendeu Maignan, que conseguiu com uma defesa de recurso evitar que os belgas passassem para a frente.

O nulo ao intervalo não fez que nenhum treinador mudasse uma virgula ao que tinha apresentado nos primeiros 45 minutos. Com a Bélgica sempre mais retraída, a França continuou, mesmo que de forma comedida, a ser a equipa mais ofensiva, mas voltaram a ser os belgas, numa das raras investidas no ataque, a ter uma oportunidade de ouro: Theo Hernandez com um corte magistral impediu que Carrasco marcasse.

De imediato, Deschamps trocou Thuram por Kolo Muani, e, aos 85’, pouco depois de Maignan defender um remate perigoso de De Bruyne, surgiu o golo que decidiu o encontro: Kanté serviu Kolo Muani, que conseguiu, com um bom gesto técnico, ganhar espaço e rematar, mas foi um desvio em Vertonghen que retirou a Casteels qualquer hipótese de defesa.



Foi dos pés de Muani que saiu o golo que qualificou a França

Oitavos-de-final

Áustria e Países Baixos com estatuto a confirmar

Uma selecção que fica em primeiro lugar num grupo que contava com a França e os Países Baixos deve motivar um levantar de sobrolho. E se ainda por cima consegue esse feito jogando bem, então é porque deve ser mais do que apenas sorte.

A forma como a Áustria jogou na fase de grupos trouxe-lhe muitos admiradores e a selecção de Ralf Rangnick vai entrar em campo hoje, contra a Turquia, com o estatuto de favorita.

“Acredito que se alguém me tivesse dito que iríamos passar a fase de grupos em primeiro lugar eu teria respondido: ‘Está a ser muito optimista’”, afirmou o seleccionador austriaco, que volta a Leipzig, cidade onde passou nove anos como director desportivo do RB Leipzig. Mas a Turquia também chega ao jogo com o moral em alta. Os jogadores de Vincenzo Montella garantiram o segundo lugar do Grupo F graças ao golo, já em período de compensação, de Cenk Tosun, contra a República Checa. Contudo, os turcos não poderão jogar com o seu capitão Hakan Çalhanoğlu nem com o defesa Samet Akaydin, por razões disciplinares.

No outro jogo do dia, são os Países Baixos que erguem a bandeira do favoritismo na partida com a Roménia. Ronald Koeman, contudo, lamentou os muitos dias sem competição que os seus jogadores tiveram de suportar — os neerlandeses jogaram pela última vez no Euro há uma semana, quando perderam com os austríacos. “Foi uma semana longa. Sete dias é um período muito longo entre duas partidas num torneio como este”, disse Koeman em conferência de imprensa.

O seleccionador neerlandês admitiu que tem havido muita polémica em torno da sua selecção, fruto dos resultados e das exibições pouco conseguidas na fase de grupos (os Países Baixos só se apuraram como um dos melhores terceiros), mas garante que tudo está esclarecido na equipa: “Sem dúvida que tivemos bastante tempo para analisar o que correu mal.”

Leque de escolhas

Editorial



Marta Moitinho Oliveira



É possível que a receita do FMI seja a que dê menos jeito ao Governo em termos políticos para aprovar o próximo Orçamento

Portugal é um país habituado a ouvir e a reflectir sobre o que as instituições internacionais dizem acerca da condução da política económica e orçamental. Ontem foi a vez de o Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentar o seu diagnóstico mais actual do país. Acontece todos os anos.

A avaliação que foi conhecida começa com um elogio para a forma como Portugal conseguiu ultrapassar os choques que aconteceram a seguir à pandemia. A expressão usada pelos técnicos é “*remarkable recovery*” (uma retoma notável). O que soa bem por si só. Mas soa ainda melhor quando vem do FMI, aquela instituição que por mais do que uma vez entrou em Portugal a ditar cortes e medidas duras em troca de empréstimos.

Desta vez, o contexto político era novo no momento da avaliação. O Governo de Luís Montenegro estreou-se no teste do FMI. E aqui

fechou-se uma janela, mas abriu-se uma porta.

É que se, por um lado, o executivo foi avisado sobre a perda de receita que representa a descida do IRS para jovens até aos 35 anos e sobre as dúvidas quanto à eficácia da medida – quem deixa de emigrar por causa do alívio do IRS jovem? –, por outro lado recebeu o apoio de que a descida progressiva nas taxas de IRC, uma medida prevista no Programa do Governo, poderá ser uma boa ideia.

As duas representam uma redução da receita fiscal, mas sobre o alívio no IRC o fundo tem a certeza de que haverá um ganho para a economia. Sobre o IRS jovem, não tem certezas sobre o resultado e o custo não pode ser ignorado.

As balizas que o FMI deixa ao ministro das Finanças são claras e todas a tempo para as decisões ainda a tomar no Orçamento do Estado para 2025, cuja preparação estará a arrancar. E, ao leque de escolhas, o

FMI acrescenta outra nota: a política orçamental deve ser neutra no próximo ano. Ou seja, pede-se prudência. E aí é possível que um alívio progressivo no IRC seja mais cauteloso que uma redução no IRS jovem, que entra em vigor sem que esteja prevista qualquer ideia de gradualidade.

Com a margem curta que será dada pelas novas regras orçamentais europeias, o Governo terá de escolher para não pôr nada em causa. O problema é que é possível que a receita do FMI seja a que dê menos jeito ao Governo em termos políticos. Se Luís Montenegro quiser continuar a deixar o Chega fora da equação e preferir que seja o PS a aprovar as medidas, escolher o alívio no IRC será uma aposta mais arriscada para convencer Pedro Nuno Santos a aprovar o Orçamento do que optar pela concretização do IRS jovem, já que este é uma versão diferente da medida criada antes no Governo de Costa.

CARTAS AO DIRECTOR

Uma diferença de 100 euros!?

Diz a Associação Sindical dos Profissionais de Polícia (ASPP) que há uma “diferença de 100 euros” entre a ASPP e o Governo (na realidade, uma diferença entre 300 euros aceite pelo Governo e 400 euros por mês exigida pela ASPP). De facto, 100 euros parece pouco. Quase uma birra. O problema é que há cerca de 45.000 efectivos entre a PSP, a GNR e a guarda prisional. E esses meros 100 euros transformam-se entre 60 a 65 milhões de euros anualmente, todos os anos. O OE não é um saco sem fundo. O Governo, há dias, estava satisfeito pelo início de uma reforma na Administração Pública que poupava... 25 milhões. Só estes 100 euros da ASPP representam uma despesa adicional de quase três vezes o valor daquela poupança. Receio bem que estejamos a deslizar, muito tranquilamente, quase sem se notar, para um défice sério e permanente nas contas do Estado. À atenção dos portugueses. *Fernando Vieira, Lisboa*

O que se torna claro, claro é

O que torna clara a actuação dos partidos com agenda é conhecer os manuais por que se seguem, com a maior falta de imaginação. Assim, em 1975, o Partido Comunista ensaiou a “tomada do poder” mobilizando os sindicatos da construção num cerco à Assembleia Constituinte, lendo e relendo a mítica tomada do Palácio de Inverno da Revolução Russa de Outubro e a sua réplica actualizada de cerco do Parlamento e tomada do poder na Checoslováquia, no golpe de Praga de 1948. Chegou agora a vez de o Chega ensaiar a “tomada do poder”, apelando aos antigos combatentes descontentes, mas, porque já há poucos, também apelou aos polícias para um “cerco” à Assembleia, lendo e relendo os manuais dos caceteiros dos *squadri di combattimento* de Mussolini, formados por antigos combatentes descontentes, e a sua marcha sobre Roma e subsequente tomada do poder. *Carlos Caldas, Lisboa*

Cuidado com a armadilha, Pacheco Pereira

Confio que Pacheco Pereira não o terá pretendido no seu artigo de sábado, mas, na minha modesta opinião, foi esse o resultado: diabolizar a geração jovem e vitimizar a geração mais velha, situando uns como vítimas dos outros. O cerne do artigo é, como sempre, bastante lúcido, contudo, colocar no mesmo artigo, em contraponto, os jovens que poderão vir a beneficiar de ajudas para compra de habitação e o abandono dos mais velhos evocou-me Pedro Passos Coelho a misturar imigração e criminalidade no mesmo contexto. Estão em voga os extremos numa sociedade que nos induz a pensar que, para se ser ouvido, para se ter impacto, é necessário polarizar estratos sociais, é necessário extremar, seja na linguagem, seja no conteúdo da mensagem. Mas talvez valha a pena reflectir: aonde é que isto nos conduz? *Gonçalo Brandão Santos, Berlim*

O iludido

“Já não ando tão facilmente como antes, não falo tão bem como antes, mas há uma coisa que sei: sei dizer a verdade.” Biden vai entregar Trump, de bandeja, à presidência dos EUA porque ao fim de uma vida dedicada à política ainda não sabe, conforme mostram as suas palavras acima, proferidas anteontem num comício, que o que faz ganhar eleições não é dizer a verdade, mas sim falar bem, andar bem e debater bem. Estes atributos e só estes é que fazem um político de sucesso. Só quem anda distraído é que ainda não o percebeu. *Jorge Mónica, Parede*

Pondo as barbas de molho

Partindo do princípio que os procuradores do MP são isentos, e não anti-socialistas como alguns comentadores já sugeriram, é natural que agora quem está no comando esteja preocupado. Os dossiers mudaram de mãos, os dinheiros do PPR ainda estão

disponíveis, logo, os escutados vão ser outros. Por isso (a meu ver), as declarações da ministra da Justiça inserem-se naquilo que popularmente se diz como pôr as barbas de molho. *Quintino Silva, Paredes de Coura*

Contenção física dos idosos

“Prender um cão com uma corrente de 20cm? Crime (e ainda bem). Amarrar os braços de um idoso às grades de uma maca ou aos braços de uma cadeira. Normal.” Foi assim que Carmen Garcia, autora da petição “Proibição da prática de contenção física a idosos”, na crónica Cuidar sem Amarras, revela uma faceta pouco conhecida de idosos em lares ou situações de internamento. Carmen Garcia chama a atenção para a falta de cuidadores. Aceito que o Estado não pode fazer tudo. Custa ver a generalidade das câmaras gastarem milhares de euros em festas populares, foguetórios e cantores, quando podiam contratar cuidadores. *Ademar Costa, Póvoa de Varzim*

ESCRITO NA PEDRA

É sempre prudente olhar em frente, mas é difícil olhar para mais longe do que pode ver-se Winston Churchill

Os modelos do amor

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Para que serve envelhecer senão para fazer vastas generalizações? Eis a de hoje: os desgostos de amor dos adolescentes são mais dilacerantes quando têm cão do que quando têm gato.

Que modelos de amor tem um adolescente? O amor entre os pais parece uma parceria comercial, feita para dar apoio aos sócios e distribuir tarefas. O beijinho dado a correr e as ternas palavras “hoje é o teu dia de ir buscar os miúdos” são o *Tristão e Isolda* da família.

O outro modelo de amor é o amor que os pais têm pelos filhos: é intenso, mas autoritário, cruelmente desigual e volúvel. É o amor de quem quer mandar, o amor de quem não aceita a maneira de ser da pessoa amada, e quer mudá-la – melhorá-la – a todo o custo.

De resto, há o amor de cão e o amor de gato.

O amor de cão é inultrapassável: é intenso,

mas não é mandão. É obediente até. É a melhor companhia que se pode ter: leal e fiel e inocente, sempre bem-disposto, sempre pronto para o que der e vier.

Um cão é quem ajuda a compreender aquele verso do Pedro Homem de Mello que a Amália cantava tão bem: “Das mãos de Deus tudo aceito / Mas que eu morra em Portugal”. Só que as mãos são do dono – e Portugal é nos braços dele.

O adolescente transporta para o mundo dos amores humanos esta relação de amor em que um é dono e o outro se submete livremente.

Todo o amor parece pouco ao pé do amor de um cão. Todo o amor parece egoísta, condicional, variável, imprevisível, contrariado e angustiante, quando é comparado com o amor de um cão.

Já o amor de um gato, sendo mais parecido com o amor humano, é uma preparação mais sensata para os primeiros amores.

Os gatos amam quando lhes apetece. Tem de ser quando eles querem. De resto, não estão interessados. Os gatos gostam de iniciar as sessões de carinho. Têm de ser sedutores porque são eles que querem impor os horários deles.

E, para algumas pessoas, é melhor um animal de sangue frio, como uma cobra. Mas também não serve de nada: a desilusão está garantida.



publico.pt



Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR

David Pontes

Directores adjuntos

Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira,
Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro

Directora de arte

Sónia Matos

Directora de design de produto digital

Inês Oliveira

Editoras executivas

Helena Pereira, Patrícia Jesus

Editor de fecho

José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Lilianna Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Nargão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ipsilon** Paula Barreiros, Inês Nadeis (editoras), Pedro Rios (editor Ipsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.

Presidente Ângelo Paupério

Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaeacom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Junho 18.738 exemplares

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial Reclamações, correções e sugestões editoriais podem ser enviadas para leitores@publico.pt

ASSINATURAS Linha azul 808 200 095 (dias úteis das 9h às 18h) publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

SEBASTIÃO MOREIRA/EPA



Os incêndios continuam a devastar o Pantanal e estão longe de estar controlados, apesar de os bombeiros dizerem que estão agora com menos intensidade

O suicídio assistido da França

Coluna vertebral



Amílcar Correia

Emmanuel Macron dramatizou a derrota nas eleições europeias e exigiu aos franceses uma clarificação: ou ele ou Marine Le Pen. O que os franceses lhe responderam neste domingo, na primeira volta das eleições legislativas antecipadas, foi a repetição do que tinham dito a 9 de Maio. O mais jovem presidente do país vai deixar o Eliseu sem a pompa e a circunstância com que entrou. O seu tempo está a chegar ao fim.

Ironicamente, o homem que queria acabar com o obsoletismo das categorias ideológicas assiste ao funeral do centro político onde se situou. Macron queria acabar com a esquerda e a direita, mas serão a esquerda e a direita a acabar com o que restar do macronismo. O presidente que queria sobrepor à dicotomia ideológica a dicotomia entre europeístas e soberanistas, entre um modelo de sociedade economicamente aberta e o proteccionismo, foi rejeitado por uma população que deixou de se rever em alguém como ele.

O Presidente entrou no Eliseu com uma áurea de vitória, sem ter percorrido o trajecto

habitual dos políticos, não tinha concorrido sequer a nenhuma eleição anteriormente. Os franceses rejeitam-no porque ele se tornou numa entidade distante, pertencente a uma casta social inatingível, que exibia a sua arrogância sem embaraços: chegou a sugerir que quem não tinha um Rolex depois dos 50 anos era um falhado.

Ao dissolver a Assembleia Nacional na noite das europeias, e ao convocar eleições antecipadas, o Presidente francês alienou parte do seu campo político, surpreendido e desgostoso com a decisão. Nenhuma das principais figuras do seu campo político o apoiou numa decisão que pode levar o partido de extrema-direita ao poder. Edouard Philippe, um dos seus ex-primeiros-ministros, disse que o presidente “tinha matado a maioria” e que era “altura de seguir em frente”, para além do macronismo. Candidatos alinhados com Macron evitaram colocar a fotografia do presidente nos seus cartazes de campanha, para não se associarem à sua impopularidade.

Mas houve outro erro de cálculo mais funesto: Macron não estaria a contar com a rapidez com que partidos de uma esquerda sempre quizilenta conseguiriam ultrapassar o que os dividia e constituir em tempo recorde uma Nova Frente Popular (NFP), inspirada na de 1934.

Os dirigentes dos partidos socialista, comunista, ecologista e da França Insubmissa formaram a coligação num dia e dispuseram de pouco tempo de campanha. Definiram os alvos em comum e esqueceram

as profundas divisões, particularmente notórias se falarmos de política externa. Os alvos eram dois: o lepenismo e o macronismo. O resultado foi este: a pergunta deixou de ser Macron ou Le Pen para passar a ser Le Pen ou Jean-Luc Mélenchon?

A coligação vai manter-se estável até domingo. Depois disso, tudo é possível. Em caso de vitória da NFP, na ausência de um critério conhecido, não é líquido quem seja o primeiro-ministro. Melénchon não recusaria sê-lo. O PS de Raphaël Glucksmann tenta encontrar uma figura consensual e François Hollande, o ex-presidente socialista, fará tudo para que não seja o líder da França Insubmissa.

Hollande foi eleito à primeira volta para a Assembleia Nacional e pode ser que o seu regresso à frente de combate político não se fique por aqui. Voltar ao Eliseu em 2027 era a melhor revanche para alguém que ficou na história do país por ter exercido apenas um

mandato e que foi substituído por um antigo ministro das Finanças de um governo seu.

A União Nacional (UN) teve mais tempo para se preparar para chegar até aqui. O objectivo é o Palácio de Matignon daqui a uma semana e o Eliseu em 2027. Jordan Bardella no primeiro, Marine de Le Pen no segundo. Os Republicanos, divididos numa luta fratricida, serão um apoio importante para uma maioria absoluta da UN. Os Republicanos de Charles de Gaulle vão entregar-se à agenda de um partido racista, xenófobo, que substituiu o anti-semitismo pela islamofobia por oportunismo político, assim como colocou em suspenso a sua eurofobia. É a vez de Éric Ciotti demonstrar o seu oportunismo.

A estratégia resultou. Bardella, aos 28 anos, parece um jovem Jacques Chirac, no corte dos fatos e no penteado curto e rente. A UN é um partido de todos, de quem perdeu poder de compra, de quem aplaude as reportagens que o Canal 8 faz quando acompanha a polícia na caça deplorável a imigrantes indocumentados. Como se viu na noite eleitoral, tenta agora diabolizar a Nova Frente Popular, sobretudo Mélenchon, e assustar o eleitorado.

Macron percebeu tarde de mais o erro da sua decisão prematura. Chegou a publicar na imprensa regional uma carta na qual reconhecia que era necessário governar de outra forma. Tarde de mais. Ninguém quis saber do seu arrependimento. O princípio é simples: tudo menos Macron.

Jornalista

Quem quer imigração ilegal?



Mariana Mortágua

Há cem anos, a política de fronteiras abertas (e os resquícios do trabalho escravo, mas isso é uma outra história) alimentou a pujança do império norte-americano em crescimento. Em 1950, entravam nos EUA, vindos do México, 450 mil trabalhadores temporários e 50 mil imigrantes permanentes. Nas décadas seguintes, uma política restritiva limitou as entradas a 20 mil, 25 vezes abaixo das necessidades reais da economia. Com este fim da imigração regular, o esperado aconteceu: disparou a entrada clandestina, indocumentada e precária. Aos imigrantes passou-se a chamar “invasores”; e aos “invasores”

passou-se a chamar “criminosos”.

O ultraliberal Ronald Reagan, presidente nos anos 1980, falou de “ameaça à segurança nacional” e “invasores comunistas”. Derrotados no Vietname, os EUA passaram a financiar guerras feitas por outros e instalaram a guerra nas suas fronteiras contra os “terroristas a dois dias de carro do Texas”. Quanto mais mexicanos pobres eram presos ao dar o salto, mais definitiva era a prova do crime. Mas continuaram a entrar. Do México, das Filipinas, da Índia, um pouco de todo o mundo.

Pintada de cores mais humanistas, sob Obama, ou mais cruéis, sob Trump, a política de militarização de fronteiras convive harmoniosamente com a entrada massiva de imigrantes sem documentos. A explicação é simples: a economia precisa deles. São o pilar da economia americana, levados por um sonho que consomem sem nunca alcançar. Invasores discretos das caixas de supermercado e das fábricas, armados de esfregonas, corta-relvas e trinchas. Milton Friedman, papa ideológico do neoliberalismo, proclamou-o *urbi et orbi*: “Imigração só é boa se for ilegal” - o Estado a embaratecer o trabalho.

A ameaça da extradição e a cenoura do *greencard* são, assim, os elementos disciplinares sobre um exército cuja única “liberdade” é aceitar quaisquer condições. E mesmo quem antes entrava temporariamente para trabalhos sazonais passou a ficar em permanência, com medo de tentar de novo e falhar na fronteira. Este é o paradoxo das fronteiras fechadas: elas travam a saída quando o trabalho escasseia.

Se há coisa que nós, portugueses, sabemos, é que ninguém atravessa duas

ditaduras a pé para depois voltar para trás. Mesmo que isso signifique a vida nos arredores de Paris com lama por baixo e chapa por cima. Mesmo que sejamos acusados injustamente de destruir o Estado Social de outro país. Mesmo que sejamos impedidos de alugar um apartamento, humilhados pelo chauvinismo e perpetuamente destinados a serventes e porteiras. Mesmo que tenhamos filhos marcados, no seu sorriso escondido, pela infância de miséria e segregação.

“Imigração ilegal” é o que acontece quando o Estado recusa acolher as pessoas que a economia convocou. Em vez de resolver os problemas administrativos que impediam a regularização de imigrantes, Luís Montenegro preferiu quebrar a regra de humanidade elementar que sustinha a lei portuguesa: quem cá vive e trabalha deve ser incluído na comunidade. Os cruéis resultados de romper esta regra não são uma história por contar. É a história de todos os imigrantes clandestinos, dos EUA ao Dubai, de França a Portugal.

Coordenadora do Bloco de Esquerda

Cordeiro, Albuquerque e a defesa das instituições



Pedro Norton

As duas reações destes políticos ao envolvimento em casos judiciais diferem no essencial. E o essencial é a forma como protegem as instituições democráticas

Duarte Cordeiro e Miguel Albuquerque estão, como é bem sabido, ambos envolvidos em casos judiciais. As suas situações são, a vários títulos, incomparáveis. O primeiro foi meramente citado nas *operações Tutti Fruti e Influencer*, não está acusado de nada, não tendo sequer sido constituído arguido em qualquer dos casos. Miguel Albuquerque, não podendo dizer o mesmo, continua, obviamente, a poder beneficiar da presunção de inocência, tem os seus direitos políticos intactos e foi, sobretudo, relegitimado pelas urnas. Mas aquilo que mais evidentemente separa os dois casos é a forma como, perante estes, reagiram Cordeiro e Albuquerque. O primeiro recusou-se a continuar a exercer cargos políticos enquanto sobre ele pairasse a mais leve sombra de suspeitas. Ter-se-á negado a integrar as listas do PS nas legislativas e, mais recentemente, parece determinado, para desgosto de muitos dos seus correligionários, a não encabeçar uma frente de esquerda nas próximas eleições em Lisboa. Já Albuquerque preferiu fazer exatamente o contrário e procurou, precisamente no voto popular, uma forma de redenção política. À hora a que escrevo, preside a um governo fragilíssimo e parece ter-se transformado num inultrapassável empecilho para a estabilização da situação política na Madeira.

Devo dizer que, estando muito longe de fazer uma avaliação igual das duas reações (como já se perceberá), não consigo ter uma posição inflexível ou absolutamente moralista em relação a qualquer delas. As recentes derivas do Ministério Público aconselham-nos a todos muita prudência na hora de fazer condenações políticas definitivas e, em abstrato, não consigo deixar de sentir alguma empatia por quem, constituído arguido, mas sabendo-se absolutamente inocente, se recusa a aceitar, sem mais luta, a sua morte cívica ou política.

Mas, feita esta ressalva, a verdade é que as duas reações diferem no essencial. E o essencial é a forma como protegem as instituições democráticas.

Não sei, evidentemente, o que ia na cabeça de Duarte Cordeiro quando tomou a posição que tomou. Posso até aceitar que pensou

mais no seu futuro político ou na defesa da sua família (duas considerações absolutamente legítimas), mas o que é certo é que, objetivamente, ao recusar integrar as listas do PS está a fazer a defesa da imagem do Parlamento e ao recusar ser candidato à Câmara de Lisboa está a defender a respeitabilidade daquela instituição.

Da mesma forma, não faço a mais pálida ideia dos cálculos que faz Miguel Albuquerque. Posso admitir, como ficou dito, que, considerando-se de consciência inteiramente tranquila, se mova pelo legítimo desejo de não querer criar a percepção de que atribui valor ou uma réstia de adesão a uma suspeição que julga ser injusta e infundada. Mas o resultado objetivo dessa opção é inegável: a Madeira está pendurada na instabilidade e a imagem do seu governo e da sua classe política dificilmente sai reforçada com a bravata.

Ora, porque é que vale a pena discutir este tema para lá da espuma dos dias? Por uma razão simples: porque nunca foi tão importante fazer a defesa das instituições democráticas.

No atual contexto político e geopolítico, que a democracia é de uma “fragilidade magnífica” como costumava dizer um bom amigo, já nós temos obrigação de ter percebido. Aquilo de que porventura temos menos noção é de que as são as instituições,

de materiais e imateriais, do nosso edifício político que mais eficazmente a protegem na sua imensa fragilidade. A democracia liberal, não me canso de o repetir, é uma improvável e extraordinária invenção. É um pacto implicitamente assinado entre todos os cidadãos para que a lei da terra não seja a simples lei do mais forte. É uma simples convenção a que escolhemos livremente aderir segundo a qual aceitamos tomar decisões coletivas com base no revolucionário princípio do “um homem, um voto”. E se não nos apercebemos do caráter revolucionário, do



Porque é que vale a pena discutir este tema para lá da espuma dos dias? Porque nunca foi tão importante fazer a defesa das instituições democráticas



RUI GAUDÊNCIO



MARIA ABRANCHES

caráter de certa forma antinatural e, portanto, do caráter fragilíssimo deste pacto tão surpreendente como magnífico é porque fomos laboriosamente construindo um intrincado edifício institucional cujo grande propósito é, precisamente, o de nos fazer aderir com naturalidade àquilo que é, de facto, um inteligentíssimo artificialismo conceptual.

Cada instituição do nosso edifício democrático, com as suas regras, com os seus símbolos, com os seus rituais infinitamente repetidos cumpre, à sua maneira, essa função. De cada vez que somos chamados a votar e cumprimos esse dever estamos, evidentemente, a renovar a nossa adesão a esse pacto. Da mesma forma, de cada vez que um político aceita pacificamente uma derrota, de cada vez que prefere escolher a urbanidade à grosseria na discussão política, de cada vez que dá sinais de escutar e respeitar, no calor de um debate parlamentar, a opinião de um adversário, está a sinalizar a sua adesão a esse pacto e está consequentemente a reforçá-lo e a torná-lo mais intuitivo e mais “natural”. Por maioria de razão, é exatamente isso que faz um governante sob suspeita ao decidir retirar-se da vida política ativa até ver a sua situação esclarecida pela justiça: sinaliza e torna mais “natural” a submissão e adesão pacífica às regras escritas e não escritas da nossa democracia.

Acontece que, um pouco por todo o mundo, nos extremos do espectro político o que está hoje precisamente em curso, seguramente não por acaso, é um ataque cerrado às instituições e práticas democráticas e liberais. Ele é mais evidente na extrema-direita europeia (ou na direita republicana americana) onde, com a boçalidade que as caracteriza, isso tipicamente se traduz no desrespeito pelas convenções, na degradação do discurso e do debate políticos, na negação dos rituais ou mesmo no desafio aberto às regras formais. Mas, do outro lado do espectro, não se iludam, não falta também quem, mais subtilmente, na boa senda marxista ou pós-moderna, continue a olhar para boa parte das instituições, regras, discursos e convenções da nossa democracia liberal como uma superestrutura opressiva ao serviço de interesses sinistros que convém desmantelar ou, no mínimo, reconstruir do zero.

E é por tudo isto, é porque a democracia liberal, com todas os seus defeitos e limitações, é fragilíssima, é porque são as instituições materiais e imateriais do nosso edifício político que servem de sua defesa e contraforte, que vale a pena sinalizar e agradecer a quem se dispõe, sem a isso estar minimamente obrigado, a fazer sacrifícios pessoais e políticos para as defender. Sobretudo porque isso é particularmente relevante num contexto em que, infelizmente, em face dos vários desmandos dos últimos anos, é cada vez mais difícil acreditar na proporcionalidade e sensatez das investigações judiciais.

PS quer ter desportos electrónicos regulamentados dentro de um ano

Socialistas organizam conferência para ouvir o sector e depois abrir o processo legislativo, que deverá abranger actividade económica, laboral e saúde dos jogadores – na sua maioria jovens

Maria Lopes

League of Legends, Counter-Strike, Dota 2, Fortnite, Rocket League: estes nomes soam-lhe familiares? São alguns dos videojogos com mais jogadores em todo o mundo, com os prémios mais altos em torneios (chegam aos milhões de euros) e que reúnem o maior número de espectadores, seja ao vivo, enchendo pavilhões como a Meo Arena, ou através de canais de televisão – e haverá 200 mil em todo o mundo. Há quem faça deles a sua actividade profissional, com um salário, por estar integrado numa equipa que participa em torneios.

Porém, em Portugal nada dessa actividade, seja ela a desportiva, a económica, a fiscal ou a laboral, está regulamentado. Os *e-Sports*, desportos electrónicos ou digitais, são uma realidade em que muitos jovens portugueses vivem e trabalham mas acaba por ser uma realidade paralela em termos legais. Não que seja ilegal; apenas não está regulamentada.

O PS organiza hoje uma conferência na Assembleia da República para começar todo o processo legislativo do zero e com quem percebe melhor do assunto: quem cria estes conteúdos, os promove, os usa e os monitoriza. Trata-se de regulamentar uma actividade que movimenta milhões de euros por ano: por ser no digital e transnacional, é uma área onde é difícil avaliar o impacto económico num determinado país, mas a estimativa de movimento mundial anda, em cálculos conservadores, pelos 4500 milhões de euros, com cerca de um milhão de jogadores a participarem formalmente em competições e as audiências dos canais de televisão a roçarem os 600 milhões de pessoas.

Arranca hoje na Arábia Saudita a primeira edição do E-Sports World Cup, que se prolonga até finais de Agosto: é organizado por um fundo estatal daquele país, reúne marcas patrocinadoras de topo mundial e 2500 jogadores que irão disputar um bolo total de prémios no valor de 60 milhões de euros – um recorde na indústria. É este exemplo que o deputado socialista André Pinotes Baptista aponta para mostrar o quão lá atrás está Portugal no caminho dos *e-Sports*: sem qualquer regulamentação apesar de, na prática, haver toda uma indústria a funcionar e até uma Federação Portuguesa de Desportos



As estimativas apontam para que haja 1,5 milhões de portugueses a jogar videojogos

Electrónicos – que estima que haja quase 1,5 milhões de portugueses a jogar videojogos.

A indústria de desportos electrónicos tem mais de duas décadas, mas só no limiar do milénio se foi regulamentando em alguns países como a Coreia do Sul, que tornou os *e-Sports* num sector económico estratégico.

Na Polónia, a indústria instalou-se na antiga cidade mineira de Katowice, revitalizando a região; e nos EUA há escolas secundárias com programas de *e-Sports*. Em Espanha, o calendário de competições tanto amadoras como profissionais é extenso.

Em Portugal, além de competições organizadas pela federação de jogos

electrónicos, pelas empresas dos jogos ou de *software*, os principais clubes de futebol – Sporting, Porto, Benfica, Braga e Guimarães – também têm equipas de desportos electrónicos, com foco no futebol, por exemplo.

A pandemia foi um acelerador do público que se dedica aos desportos electrónicos, realça André Pinotes Baptista, que diz que o país “está a exportar talentos nesta área”: há jovens que emigram para integrar equipas internacionais e Portugal foi campeão europeu de futebol virtual (Fifa) em 2022. “A Kika Nazareth, a melhor jogadora portuguesa de futebol feminino, vai ser vendida ao Barcelona por 500 mil euros; o melhor jogador de *Counter-Strike* vale 4,5 milhões de euros”, compara o deputado.

Os praticantes de *e-Sports* e as respectivas organizações “operam num quadro regulatório indefinido, que põe em risco a verdade desportiva, não protege os direitos dos jogadores e dificulta o crescimento sustentável da indústria”, alega o PS. A intenção é criar esse quadro regulatório especí-

fico para os desportos electrónicos, reconhecendo-os oficialmente enquanto desporto, estabelecer direitos dos jogadores, incluindo os laborais para quem faz disto profissão, e regras para assegurar a integridade das competições como acontece com os restantes desportos, e também estabelecer normas para a vertente económica e fiscal do negócio e a sua transparência.

André Pinotes Baptista defende ainda a necessidade de se criarem directrizes para os mais jovens, uma vez que há muitos que têm nos desportos electrónicos uma fonte de rendimento, transformando-os numa espécie de trabalhadores-estudantes. “É preciso assegurar a compatibilização entre o percurso académico e o profissional, e também as boas práticas físicas e mentais”, afirma, citando os planos nutricionais, psicológicos e desportivos a que muitos jogadores profissionais estão sujeitos, “tal como um atleta de alta competição de um desporto convencional”.

“Há uma realidade que ultrapassou a política e a política tem de perceber o que motiva as pessoas. Temos de regulamentar uma realidade já existente”, aponta André Pinotes Baptista. Que aponta o horizonte de um ano para ter a regulamentação da actividade e responder a pais, atletas, federações, organizações e escolas. A dificuldade é que não há *guidelines*, ou seja, não existe legislação europeia sobre o assunto. Na conferência de hoje, o PS junta especialistas do desporto, de direito, da saúde, e da já extensa comunidade dos jogos electrónicos.

O deputado defende que, tal como fez com a WebSummit, Portugal pode desenvolver uma estratégia de captação de eventos de *e-Sports*. “Temos uma excelente rede de Internet, um *ping* muito baixo [tempo de resposta entre o computador do utilizador e um servidor ou a máquina de outro jogador e o regresso], alojamento barato, boas ligações aéreas, locais disponíveis para grandes eventos”, vai enumerando para defender que o país deve apostar economicamente neste sector. Até porque já houve ocasiões em que um evento esteve agendado para um país e acabou por ser transferido para Portugal porque algo correu mal na organização desse primeiro local. “Temos todas as condições para passarmos a ser a primeira escolha.”

IL também tem proposta sobre e-Sports

Foi o único partido que incluiu no seu programa a intenção de reconhecer os *e-Sports* como desporto em Portugal e hoje a IL entrega na AR um projecto de lei que equipara os desportos electrónicos aos tradicionais. São criadas as figuras legais da competição de desportos electrónicos e do jogador profissional desta área (alguém cuja actividade remunerada consiste em participar em competições de videojogos, através de relação de subordinação jurídica ou contrato de prestação de serviços”).

Os liberais olham para a questão mais pela vertente

económica: alegam que a ausência de regulamentação impede as apostas *online* em *e-Sports*, incluem a organização destes desportos como sendo de relevante interesse por contribuírem para o turismo ou projectarem a imagem do país; criam um visto temporário para jogadores do sector.

Mas deixam ao Governo a tarefa de, num ano, regulamentar as condições das competições de *e-Sports*, incluindo a participação de menores, regulamentação de prémios de jogo, salvaguarda da ética e integridade desportiva.



Bernardo Blanco,
da Iniciativa
Liberal

Governo já está na CGD e diz que edifício “parecia um estaleiro” quando o recebeu

Liliana Borges

Mudança para a sede da CGD estava prevista pelo anterior Governo, mas foi o ministro Leitão Amaro a cortar a fita

Foi um fim-de-semana de mudanças. Na sexta-feira, sete ministérios saíram dos respectivos edifícios pela última vez e na manhã de ontem encontraram-se no edifício da Caixa Geral de Depósitos, o recém-baptizado Campus XXI. A mudança dos serviços do Governo – e do próprio executivo – já tinha arrancado com António Costa, mas a fita só foi cortada pelo actual ministro da Presidência, António Leitão Amaro. Em dia de estreia no novo edifício e sem data certa para a realização do próximo Conselho de Ministros neste espaço, Leitão Amaro voltou a dramatizar o processo de transferência para “a casa do Governo” que “parecia um estaleiro” quando o actual executivo iniciou funções.

A partir do átrio central do edifício, no mesmo local em que António Costa e Marcelo Rebelo de Sousa conduziram a conferência de imprensa do último Conselho de Ministros do anterior executivo, Leitão Amaro voltou a sublinhar as vantagens da concentração de gabinetes, desde logo uma poupança de cerca “de 19 a 20 milhões de euros por ano, só em custos de espaço, frota automóvel e logística”. O destino dessa poupança ainda não está definido, podendo ser usada como folga financeira para responder aos custos associados à reposição do tempo dos professores ou ao acordo com os oficiais de justiça, exemplificou o governante social-democrata.

“Ganhamos uma maior capacidade de resposta. Trabalhamos mais juntos, mais próximos e em equipa”, sublinhou Leitão Amaro, dando conta que “mais de metade dos governantes” já se encontravam esta manhã a trabalhar no novo espaço. Elogiando a “operação de logística tremenda” que permitiu que os ministérios se mudassem num fim-de-semana, “sem interromper a actividade do Governo”, Leitão Amaro deixou para trás o discurso de que a transferência estaria em risco, como havia deixado no ar no primeiro Conselho de Ministros deste Governo.

Questionado sobre o que estava em falta, Leitão Amaro reconheceu o “esforço” do anterior executivo, mas logo afirmou que quando o espaço foi recebido por este Governo “meta-



FOTOS: RUI GAUDÊNCIO



de do 7.º piso era um estaleiro”. E “não havia sala do Conselho de Ministros disponível”. “Havia trabalho feito, mas não havia trabalho finalizado”, continuou Leitão Amaro, notando que muitas obras foram “aceleradas”. Uma das mudanças aceleradas foi a criação de um gabinete para o primeiro-ministro, que continuará no Palacete de São Bento, mas que passa a ter um escritório na sede do novo *campus* governamental.

Novidades no “fim do Verão”

O destino dos edifícios dos sete ministérios que agora ficam vazios só será conhecido “no fim do Verão”, data em que o Governo dará a conhecer o plano para cada edifício, sendo que nem todos os ministérios terão con-

dições para ser aproveitados para habitação, admitiu o ministro. “Há sete edifícios com diferentes características. Há imóveis que são tipicamente de escritórios e localizados numa zona de escritórios e a sua maior rentabilização passa por usar para esse mesmo fim, maximizando a receita” para depois a canalizar para financiar políticas de habitação, enquadrou Leitão Amaro. Tal como o PÚBLICO noticiou ontem, dos edifícios agora deixados vagos só um deverá servir para habitação.

Ao lado da ministra da Juventude e Modernização, Margarida Balseiro Lopes, Leitão Amaro explicou que a sala onde se vai reunir o Conselho e Ministros não é aquela que o anterior governo tinha definido, mas uma onde estava previsto ser instalado o seu gabinete.

Embora tenha garantido que o Governo está já completamente instalado, ainda não há data para a realização de um Conselho de Ministros neste espaço, sabendo-se apenas que será em Julho. É que, argumentou, a próxima reunião do Governo deverá ser “descentralizada” e realizada fora de Lisboa, “no Centro-Norte do país” e o Conselho de Ministros seguinte poderá ser “especializado”. A estimativa é que aconteça “numa das duas próximas semanas”.

Ainda que o dia tenha arrancando com cheiro a “estreia” – não só pelos funcionários ainda perdidos ou pelos caixotes nos corredores, mas também pelas secretárias e gabinetes ainda vazios nos 7.º e 8.º pisos – um

olhar mais demorado encontra ainda sinais do anterior executivo, com algumas das indicações de salas ainda com a anterior terminologia: por exemplo “Campus App” e não o novo “Campus XXI”. “Ainda não houve tempo de mudar tudo”, explica uma das recepcionistas.

Mesmo assim, o “entusiasmo” com o “novo princípio” de Leitão Amaro foi suficiente para uma visita guiada ao novo espaço do Governo – reservada a fotojornalistas e repórteres de imagem – onde se conheceu o novo gabinete de Leitão Amaro, que deixa o edifício da Presidência do Conselho de Ministros, em Campo de Ourique, bem como a sala de reuniões onde agora os ministros se podem encontrar, sem precisarem de atravessar a cidade. Foi isso que quiseram ilustrar o ministro das Infra-Estruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, e a ministra Margarida Balseiro Lopes, que fizeram questão de mostrar as respectivas equipas reunidas.

As restantes mudanças realizar-se-ão “ao longo dos dois próximos anos”, à medida que “as obras avançarem nos pisos que faltam”, adiantou ainda Leitão Amaro.

Edifício do banco público recebeu primeiros ministérios. Leitão Amaro e Balseiro Lopes marcaram presença

PUBLICIDADE



AVISO

- Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, torna-se público que a Autoridade da Concorrência recebeu, em 26 de junho de 2024, uma notificação prévia de uma operação de concentração de empresas apresentada ao abrigo do disposto no artigo 37.º do referido diploma.
- A operação de concentração consiste na aquisição, pela Amerra Capital Management LLC (“Amerra”), do controlo exclusivo sobre a Avramar Seafood, S.L. (“Avramar”).
- As atividades das empresas envolvidas são as seguintes:
 - Amerra** – empresa privada de gestão de ativos que fornece financiamento estratégico a empresas do sector agroalimentar no continente americano e na Europa Ocidental.
 - Avramar** – desenvolve atividade no sector da aquicultura de peixes mediterrânicos, em particular robalo, dourada e, em menor escala, corvina e pargo.
- Quaisquer observações sobre a operação de concentração em causa devem identificar o interessado e indicar o respetivo endereço postal, e-mail e n.º de telefone. Se aplicável, as observações devem ser acompanhadas de uma versão não confidencial, bem como da fundamentação do seu carácter confidencial, sob pena de serem tornadas públicas.
- As observações devem ser remetidas à Autoridade da Concorrência, no prazo de 10 dias úteis contados da publicação do presente Aviso, indicando a referência **Ccent. 39/2024 – Amerra/Avramar**, através do e-mail adc@concorrencia.pt.

PSD cola PS e Chega: “Nivelam por baixo para fazer crescer clientelas”

Maria Lopes

Líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, critica partidos da oposição por imporem votação no IRS e nas portagens

Foi com os temas da redução do IRS e da abolição das portagens nas ex-Scut, em que o Governo e o PSD foram derrotados no Parlamento, que Hugo Soares aproveitou para atacar o PS e o Chega, colando os dois partidos, no seu discurso de abertura das jornadas parlamentares dos sociais-democratas. Lembrando que os dois partidos da oposição que mais apelam ao diálogo parlamentar “foram os que efectivamente não quiseram dialogar”, e preferiram não ajudar a melhorar a vida da classe média, no caso do IRS. “É todo um mar que nos distingue: PS e Chega querem mesmo nivelar a sociedade por baixo. Entendem que é na base da dependência do Estado que podem fazer crescer as suas clientelas eleitorais”, apontou o líder parlamentar do PSD.

“Entendemos que era de reforçar a baixa de impostos nos escalões mais baixos, somando ao que já havia no Orçamento do Estado para 2024, é verdade, mas quisemos dizer a quem ganha entre 1200 e 2000 euros por mês que não é rico. É a classe média que precisa de ser desafiada da

carga fiscal que a esmaga”, venceu. Como não conseguiu fazer passar a sua proposta de lei, o Governo está agora à espera da avaliação do Presidente da República sobre o decreto do Parlamento – que só chegará a Belém a meio desta semana – para perceber se contra-ataca com a questão da inconstitucionalidade da lei-travão na execução do Orçamento deste ano com a redução de despesa decorrente da baixa de IRS.

Antes, sobre as portagens nas ex-Scut, Hugo Soares criticou a abolição “selectiva” para dizer que o PSD defende uma redução (e não o fim) em todo o país, incluindo na cintura urbana de Lisboa e Porto, por “prin-

cípios de sustentabilidade ambiental, financeira e de coesão territorial”.

Sobre a área social, Hugo Soares defendeu as medidas do Governo, como o reforço do Complemento Social para Idosos (CSI) em 50 euros e os medicamentos gratuitos para quem tem as reformas mais baixas, dizendo que o executivo “começou pelos que mais precisam”, e procurou vincar a diferença em relação ao Chega quando falou dos que “não fizeram todas as contribuições para a Segurança Social, mas trabalharam uma vida inteira”. “Não como a extrema-direita gosta de fazer, falando dos que se aproveitam do Estado social e vivem à sua sombra – não é

desse que estamos a falar”, avisou.

E passou depois à saúde, questionando o facto de o PS ter passado a campanha eleitoral a “vender” que estava tudo bem no SNS, para depois exigir o plano do Governo de emergência para a saúde dentro do prazo e até dizer que “está tudo na mesma”. Para Hugo Soares, essa é a “maior confissão de culpa do PS: se exigem que mudemos o estado do SNS... é porque precisa [de melhorar]”.

Novo assunto, nova provocação aos socialistas, que marcaram para amanhã um debate recomendando ao Governo que aprove o Plano Ferroviário Nacional. “Mas quem é que tutelou as infra-estruturas nos últimos anos senão o secretário-geral do PS? O que esteve a fazer no Governo? É mais uma tremenda confissão do falhanço da governação do PS.”

E ainda outra provocação logo a seguir, desta vez sobre o suplemento de missão para as forças de segurança. “Não vale a pena termos ilusões: os extremos são iguais. A extrema-direita é igual à extrema-esquerda.”

A atribuição do suplemento a todas as forças é o tema do debate do Chega na quinta-feira e André Ventura já apelou à concentração de polícias dentro e fora do Parlamento. Sobre o tema, Hugo Soares não resistiu a lançar para o ar que “ainda não foram bem explicados os motivos” para ter sido dado à PJ e não às outras forças de segurança.



Hugo Soares abriu ontem as jornadas parlamentares do PSD



Miguel Albuquerque quer continuar a liderar executivo

Governo da Madeira apresenta hoje novo programa

Governo da Madeira deu ontem por concluído o ciclo de reuniões com os partidos para consensualizar o programa do executivo, manifestando a convicção de que a nova proposta que vai entregar hoje no parlamento regional será aprovada. “Neste momento estão concluídas as negociações”, declarou o secretário regional da Educação, Ciência e Tecnologia, que tutela os Assuntos Parlamentares, Jorge Carvalho, após um último encontro com o líder do Chega-Madeira, Miguel Castro, no Funchal.

O governante, que participou na ronda negocial com o secretário regional das Finanças, Rogério Gouveia, e o chefe de gabinete do presidente do governo madeirense, Rui Abreu, considerou que as reuniões foram “extremamente positivas”.

“Todos os partidos que participaram nas mesmas não só apresentaram propostas como houve também, neste princípio de diálogo com todas as forças políticas que têm assento no parlamento, por parte do Governo Regional, abertura para acolher algumas dessas propostas”, disse.

Ainda segundo o responsável, a “reunião [com o Chega] foi conclusiva e, simultaneamente, concluiu este período de auscultação dos partidos que se disponibilizaram a conversar com o Governo [regional] com o intuito de harmonizar um conjunto de propostas para o programa do Governo”, que é liderado pelo social-democrata Miguel Albuquerque.

Jorge Carvalho adiantou que a nova proposta de programa do Governo será hoje entregue na Assembleia Legislativa da Madeira, ficando dependente a sua discussão do agendamento na conferência de representantes dos partidos. **Lusa**

Portugal recebe conferência euro-árabe para “harmonizar gestão de fronteiras”

Liliana Borges

Governo usará conferência para mostrar que Portugal é “credível” como parceiro de cooperação na gestão de fronteiras

Um ano depois do previsto, o Governo recebe a conferência Euro-Árabe sobre segurança de fronteiras para “harmonizar procedimentos em gestão de fronteiras e fortalecer a colaboração” entre países. Ao PÚBLICO, o Ministério da Administração Interna antecipa que o encontro procurará delinear estratégias para combater “tráficos transfronteiriços” e promover “melhores práticas”, garantido “o respeito pelos direitos fundamen-

tais”. A conferência é promovida pela Agência Europeia de Guarda Costeira e de Fronteiras (Frontex).

O encontro deverá realizar-se no último trimestre deste ano, depois de em Novembro de 2023 ter sido cancelado devido ao contexto geopolítico com o início da guerra em Gaza. Agora, a expectativa é que a conferência reflecta as consequências desse conflito, nomeadamente na prevenção e gestão de fluxos migratórios forçados e refugiados, antecipa o ministério.

Entre os temas centrais do encontro, estará a “prevenção da migração irregular, a luta contra o contrabando de migrantes, o tráfico de seres humanos e o combate da exploração de pessoas vulneráveis”. Para o ministério tutelado por Margarida Blasco, esta é mais uma “oportunidade de

reforçar a cooperação e criar confiança mútua” com uma “abordagem integrada para promover relações mais estreitas”.

Segundo o Ministério da Administração Interna, Portugal tem “efectuado grandes esforços” para aproximar a União Europeia dos países do Médio Oriente e Norte de África, procurando “aumentar a sua cooperação nas áreas do reforço da cooperação policial e segurança”. O Governo destaca estar preocupado com o estabeleci-



Margarida Blasco é ministra da Administração Interna, ministério que tutela a conferência

mento de “um diálogo contínuo e estruturado, a um nível político e estratégico” que permita definir e desenvolver políticas, estratégias e acções comuns.

Entre as organizações que vão participar, estão a Interpol, a Comissão Europeia, a Organização Internacional para as Migrações e a Europol.

Sem antecipar que estratégias levará à conferência, o Governo garante que aproveitará o encontro para “demonstrar” que, “apesar das desconformidades e erros” relacionados com a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Portugal continua a ser “credível e com capacidades instaladas, as quais lhe permitem estabelecer pontes de cooperação no domínio da gestão e do controlo de fronteiras”.

De ida para o Conselho Europeu, Costa agradece “apoio” e Montenegro mostra “orgulho”

Ana Bacelar Begonha

Primeiro-ministro garantiu que a “colaboração e a cooperação” do Governo com o Conselho Europeu “serão totais”

Quatro dias depois da eleição de António Costa como presidente do Conselho Europeu, Luís Montenegro recebeu o seu antecessor em São Bento e voltou a apoiá-lo, mostrando “orgulho” na sua nomeação e disponibilidade para cooperar daqui para a frente. Retribuindo o gesto, o ex-primeiro-ministro agradeceu o “empenho” do actual executivo na sua escolha e comprometeu-se a “honrar essa confiança” e a prestar “atenção” a Portugal. Ambos elegeram a agenda estratégica 2024-2029 como prioridade futura, num momento de sincronia, que Costa considerou ser “uma marca da qualidade da nossa democracia”.

À entrada para um almoço entre os dois, Luís Montenegro começou por desejar “felicidades” e um “bom trabalho” a António Costa, sublinhando que “a exigência desta função é enorme”. O primeiro-ministro assinalou que “a confiança” que o agora presidente eleito do Conselho Europeu recebeu dos líderes europeus “foi esmagadora” e considerou que isso “revela que as características que, ao longo das últimas semanas, elogiamos como sendo as mais relevantes para o exercício desta função têm um consenso generalizado na União Europeia” (UE), assim como “auguram que, não obstante os tais desafios, o trabalho que vai desenvolver será seguramente positivo”.

“Para nós, portugueses, é um motivo de orgulho, de satisfação, termos mais um português num cargo relevantíssimo numa organização internacional, no caso, na União Europeia, que nos diz tanto e com a qual partilhamos tantas das nossas decisões”, afirmou o chefe do executivo, que garantiu que a “disponibilidade do Governo para a colaboração e a cooperação serão totais”.

Nomeadamente “para que se alcancem os consensos e, às vezes, as maiorias necessárias para que a UE possa dar avanços”. Montenegro focou-se, em particular, na necessidade de executar os objectivos da “muito exigente” agenda estratégica 2024-2029, como o “possível alargamento [da UE]”, que terá “implicações grandes do ponto de vista da alteração e reforma das instituições”.



António Costa e Luís Montenegro almoçaram ontem em São Bento

Mas também a negociação do próximo quadro plurianual financeiro – que “trará novas exigências” por que “Portugal é um país com interesses estratégicos muito próprios” –, a “manutenção das políticas de coesão e a participação em novos processos de financiamento para projectos comuns”, ou ainda a “política da água”.

O primeiro-ministro assinalou também que Portugal continuará “empenhado em garantir ajuda à Ucrânia” e em dar “contributos positivos para a situação no Médio Oriente”, enquanto “mediador”, e argumentou, por fim, que é necessário um “aprofundamento das relações internacionais” da UE e de Portugal com países da América do Sul, os Estados Unidos, a Índia ou a China.

“Qualidade da democracia”

No regresso à residência que há até três meses era sua, António Costa agradeceu também “o apoio e o empenho” do primeiro-ministro para



Sei bem o esforço que o senhor primeiro-ministro fez para mobilizar o conjunto dos apoios, no PPE e no conjunto do Conselho

António Costa Presidente eleito do Conselho Europeu

a sua eleição: “Sei bem o esforço que o senhor primeiro-ministro fez para mobilizar todos os apoios, no Partido Popular Europeu [PPE] e no conjunto do Conselho”, afirmou.

O ex-líder do PS defendeu que esta é “uma marca da qualidade da nossa democracia nos 50 anos do 25 de Abril” e disse esperar “honrar essa confiança do conjunto dos líderes europeus, mas, em particular, a que Portugal” depositou. “Sempre que os portugueses desempenham funções no exterior, quaisquer que sejam, é uma forma de valorizar o país e é isso que quero fazer”, declarou, dando como exemplos o “trabalho das comunidades emigrantes”, dos “responsáveis políticos” e da selecção nacional.

António Costa sublinhou que irá focar-se em “contribuir para um consenso alargado em torno dos 27” Estados-membros e em “exercer a representação externa da União em matéria de política externa e segurança comum”, destacando também a execução da agenda estratégica 2024-2029.

Ao lado do seu sucessor, retribuiu a “disponibilidade” para a “colaboração e atenção” com o Governo português e desejou a Luís Montenegro a “continuação das maiores felicidades nas funções que exerce”. Após um aperto de mão, o actual e o ex-líder do executivo seguiram para um almoço.

António Costa foi eleito presidente do Conselho Europeu pelos chefes de Estado e de governo na quinta-feira, com o apoio de Montenegro, depois de os grupos europeus dos socialistas, dos liberais e do Partido Popular Europeu terem feito um acordo para a distribuição dos lugares de topo da União Europeia.

O QUE ACONTECE QUANDO OS NOSSOS DADOS PESSOAIS SÃO VIOLADOS?

E O QUE ACONTECE A ALGUÉM QUE DENUNCIA ESSA VIOLAÇÃO?

Depois de mais três décadas no SNS, um médico denunciou o hospital onde trabalhava.

Uma investigação de **Inês Rocha** num podcast semanal sobre como são protegidas as informações mais privadas de cada doente.

Às quartas-feiras.



Disponível em publico.pt/podcasts e em todas as plataformas de podcasts



Viaturas do INEM estiveram 2608 horas paradas nos primeiros cinco meses do ano

Atrasos no atendimento das chamadas e na activação dos meios, ambulâncias velhas e carreiras pouco atractivas - eis os problemas da emergência pré-hospitalar

Mariana Oliveira

As 44 Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER) que existem em Portugal estiveram nos primeiros cinco meses deste ano 2608 horas paradas. Isto significa uma taxa de inoperacionalidade de 1,62% até final de Maio nas 160.512 horas que deveriam ter sido asseguradas nestes 152 dias deste ano, num dos meios mais diferenciados de socorro no país, composto por uma equipa de um médico e de um enfermeiro que se deslocam ao local da ocorrência para rapidamente ali assistirem o doente.

Esta percentagem constitui um agravamento das paragens das VMER de mais 423 horas face ao mesmo período do ano passado. Nos últimos sete anos, só 2022 teve indicadores piores. Os números são do próprio Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), responsável por gerir o sistema de emergência pré-hospitalar, que publica alguns indicadores de desempenho. No entanto, as paragens das VMER, a maior parte das vezes por falta de tripulação, constituem apenas um dos muitos problemas com que a emergência pré-hospitalar se depara actualmente.

A situação é tão notória que, no início do mês passado, o próprio presidente do INEM, Luís Meira, - que se demitiu ontem do cargo em rota de colisão com a tutela - admitiu no Parlamento que a “degradação do serviço” era “inegável”, associando as dificuldades aos problemas do SNS e reconhecendo estarem em falta cerca de 400 técnicos de emergência.

A deterioração da resposta seria mais visível não tivesse o INEM deixa-

do de publicar alguns indicadores, que comprovariam que a espera para o atendimento aumentou. O PÚBLICO pediu há uma semana vários dados ao instituto sobre a inoperacionalidade de vários meios e sobre tempos de espera, mas até ontem o INEM não os disponibilizou.

A falta de técnicos para atender as chamadas de emergências nos Centros de Orientação de Doentes Urgentes e para accionar os meios de socorro adequados a cada situação resulta em atrasos diários na resposta, visíveis essencialmente nas horas de pico. Isso mesmo denuncia o Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar, cujo presidente, Rui Lázaro, que tem vindo a alertar para os múltiplos efeitos da falta de técnicos nos diversos serviços que estes asseguram. “Actualmente todos os dias temos alturas com mais de 50 chamadas em espera e noutro dia chegamos a ter 107”, exemplifica Rui Lázaro.

Por causa disso, os poucos segundos que, há uns anos, demoravam os profissionais do CODU a atender uma chamada agora transformam-se, por vezes, em largos minutos. Um tempo por vezes demasiado longo para quem está numa emergência.

A situação torna-se ainda mais grave quando há urgências fechadas e outras sem algumas especialidades, por vezes por curtos períodos, o que obriga um trabalho suplementar do CODU para direccionar os doentes para a unidade mais adequada para responder à sua situação.

O presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, António Nunes, queixa-se que nos períodos de pico os técnicos dos CODU não têm capa-



As viaturas médicas de emergência e reanimação constituem um dos meios de socorro mais diferenciados do país

cidade para fazer o encaminhamento dos doentes. “Os bombeiros chegam a estar mais de meia hora com um doente dentro da ambulância à espera que o CODU lhes diga para onde o levar”, afirma António Nunes, que refere que a reacção dos familiares já levou a casos de desordem pública.

Adelina Pereira, presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina de Urgência e Emergência, não estranha. “Estamos a falar de um sistema integrado. Se uma das faces falha, vai-se repercutir na outra. O encerramento de pontos da rede de urgência vai necessariamente sobrecarregar a emergência pré-hospitalar”, diz.

A falta de técnicos também origina a paragem de ambulâncias do próprio INEM. Rui Lázaro dá como exemplo as ambulâncias de emergência Coimbra 3 e Viseu 3, que estiveram completamente paradas no mês passado. Já uma de Faro e outra de Quarteira

Paga-se um valor próximo do ordenado mínimo para uma função que exige uma responsabilidade muito grande

apresentaram níveis de inoperacionalidade superiores a 80% em Junho. Na zona Centro são várias as que param 30 a 40% dos turnos. E esta região nem é a que apresenta maior défice destes profissionais. “A área metropolitana de Lisboa e o Algarve são as zonas mais difíceis de colocar técnicos”, especifica o dirigente.

A ministra da Saúde, Ana Paula Martins, já garantiu ter dado aval à abertura de um concurso para 200 técnicos de emergência pré-hospitalar (TEPH) a contratar até ao final do ano. Mas esse recrutamento está longe de ter o condão de resolver a maior parte dos problemas no INEM. Até porque só uma pequena parte dos lugares deve ser preenchida.

Nelson Pereira, antigo director do departamento de Emergência Médica do INEM e presidente do Colégio da Competência de Emergência Médica na ordem, sublinha que a carreira dos técnicos não é atractiva. “Paga-se um valor próximo do ordenado mínimo para uma função que exige uma responsabilidade muito grande”, destaca o médico, actual director clínico da Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa. “Se não houver uma valorização significativa da carreira não conseguiremos atrair e reter as pessoas”, acrescenta.

Rui Lázaro recorda que nos concursos realizados nos últimos dois anos só se preencheram menos de um

quarto das vagas. Numa profissão com elevado nível de stress, que implica trabalhar fins-de-semana, feriados e até festividades como o Natal, o salário bruto começa nos 922 euros. “E levamos 10 a 13 anos para progredirmos para o nível remuneratório seguinte que são mais 50 euros”, nota o sindicalista.

Além da necessidade de aumentar a remuneração dos técnicos, Adelina Pereira insiste também na melhoria da motivação. A médica explica que dá formação a estes profissionais, treinando-os para uma série de tarefas, mas lamenta que depois o INEM não os autorize a realizar uma grande parte dos procedimentos. “Alguns implicam administrar fármacos, com base em protocolos pré-estabelecidos e validados por um médico do CODU”, afirma Adelina Pereira.

Numa situação de dor torácica, um dos que está a funcionar, o técnico faz um electrocardiograma e com base no resultado administra uma determinada medicação. Há também um para reacções alérgicas graves e rápidas e outro para crises compulsivas. Rui Lázaro diz que há 10 a 12 protocolos aprovados pela Ordem dos Médicos, mas o INEM só avançou com quatro. Por insistência dos técnicos e no âmbito de uma negociação com o anterior Governo, estava prevista uma calendarização para a entrada em funcionamento dos restantes,



PAULO RICCA

INEM: evolução dos meios nos últimos 20 anos

	2004	2009	2014	2019	2024
Helicópteros de emergência médica	2	2	6	4	4
Viaturas médicas de emergência e reanimação (VMER)	29	42	42	44	44
Ambulâncias de transporte inter-hospitalar pediátrico	**	1	4	4	4
Ambulâncias de suporte imediato de vida		28	39	40	43
Ambulâncias de emergência médica	19	61	56	56	56
Ambulâncias postos de reserva	127	3	180	123	91
Motociclos de emergência médica	4	2	8	9	9
Unidade móvel de intervenção psicológica de emergência	3*	4	4	4	4
Trabalhadores	645	1032	1366	1546	1355

* Criadas em 2004, mas o número de unidades existentes surge apenas no relatório de actividades de 2006; ** O transporte de recém-nascidos de alto risco existe desde 1987 e destinava-se apenas a bebés

Datas importantes

- ◆ **1987**

Inaugurado o primeiro Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU), em Lisboa, a funcionar 24 horas por dia. As chamadas de emergência passam a ser atendidas por 23 médicos que accionam igualmente os meios disponíveis. Em 1990, os clínicos são substituídos por técnicos de emergência e no ano seguinte abre o CODU Norte. O do Centro é inaugurado em 1995 e o do Algarve apenas em 2000. Só em 2006 é que estes centros passam a abranger 100% do país.
- ◆ **1989**

Primeira viatura médica de emergência e reanimação (VMER) entra em funcionamento. Fica sediada em Lisboa. No ano seguinte, arranca outra no eixo Amadora-Cacém. Em 1991 é a vez de o Hospital São Francisco Xavier, em Lisboa, e de o de Cascais acolherem uma VMER cada. Apenas em 1995 chega ao Norte a primeira viatura médica de emergência, ficando sediada no Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia. No ano seguinte, arranca a primeira VMER da zona Centro, em Coimbra. É preciso esperar até 2000 para a primeira viatura médica de emergência chegar ao Algarve (Faro). A rede das VMER vai-se alargando e em 2007 todos os distritos do país passam a dispor deste meio de suporte avançado de vida.
- ◆ **1997**

A rede de meios do INEM passa a dispor de dois helicópteros de emergência médica. Um fica sediado no aeródromo de Tires, em Cascais, o outro no Hospital Pedro Hispano, em Matosinhos. Prestam serviço 12 horas por dia. Só em 2002 este meio passa a estar disponível 24 horas por dia. Em Abril de 2010, entram em funcionamento três novos helicópteros do INEM, nas bases de Macedo de Cavaleiros, Santa Comba Dão e Loulé. O número de meios aéreos de emergência foi variando até um máximo de seis, incluindo uma parceria com a autoridade de Protecção Civil, em que parte dos meios estava ao serviço dos dois organismos. A partir do início deste ano, dois dos quatro helicópteros de emergência existentes passam a estar disponíveis apenas durante o dia.
- ◆ **2007**

Instalada uma ambulância-piloto de suporte avançado de vida no Alentejo, com vista à futura implementação do modelo de ambulâncias de suporte imediato de vida (SIV). Em Outubro desse ano, entram em funcionamento as primeiras quatro ambulâncias SIV, tripuladas por um técnico de emergência e um enfermeiro, que devem garantir cuidados de saúde diferenciados, designadamente manobras de reanimação, até estar disponível uma equipa com capacidade de prestação de suporte avançado de vida. As quatro SIV arrancam no Alentejo, no âmbito do projecto do Ministério da Saúde de requalificação das urgências de Odemira, Estremoz, Moura e Elvas.

Depois de nove anos em funções Presidente do INEM demitiu-se por quebra de confiança na tutela

Mariana Oliveira

Quebra de confiança na tutela, neste caso no Ministério da Saúde, foi o motivo invocado pelo presidente do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), Luís Meira, para apresentar ontem a sua demissão à ministra da Saúde, Ana Paula Martins.

Apesar de publicamente o Ministério da Saúde (MS) ainda não ter confirmado a demissão, fonte daquele instituto garantiu ao PÚBLICO que a ministra aceitou o pedido de demissão de Luís Meira, que estava à frente do INEM há quase nove anos, e do outro elemento do conselho directivo, Pedro Lavinha.

Os dois elementos, que foram recebidos numa audiência breve com a ministra, aceitaram ficar em gestão corrente até à tomada de posse dos seus substitutos, o que deverá acontecer ainda este mês.

O ponto que fez estalar o verniz entre Meira e a ministra - que há perto de um mês admitia no Parlamento estar a estudar mudanças na direcção do INEM - foi a forma como a tutela ignorou a necessidade de resolver a contratação dos helicópteros de emergência médica.

O Governo disse que o INEM podia ter aberto novo concurso com base na resolução do Conselho de Ministros de 2023; já o instituto garantiu que, apesar das “sucessivas e insistentes propostas” para que houvesse uma nova resolução do Conselho de Ministros que lhe permitisse lançar um novo concurso público internacional para operar os helicópteros de emergência médica, nunca obteve qualquer resposta da tutela.

Desde meados de Abril, quando o concurso público lançado em Janeiro ficou deserto (após os dois candidatos que concorreram terem apresentado proposta acima do máximo admitido), que o INEM vinha insistindo com o Governo para a aprovação de uma nova resolução que permitisse ao INEM gastar mais para assegurar quatro helicópteros de emergência disponíveis 24 horas/ dia. Isto porque se ninguém aceitara fazer esse serviço por 12 milhões por ano, o valor previsto no concurso, não se justificava voltar a relançar o concurso nos mesmos termos.

Desde Janeiro que o INEM abdicou de ter dois helicópteros no período nocturno, passando a ter quatro aparelhos durante o dia e apenas dois durante a noite. A única empresa que se disponibilizou para fazer esta

missão, a Avincis, assim o exigiu.

A primeira proposta apresentada ao ministério de Ana Paula Martins implicava subir o tecto máximo do concurso para os 18 milhões de euros por ano para ter os quatro helicópteros 24 horas por dia, uma solução que o INEM veio a rever quando percebeu que a tutela não estaria disponível para suportar o aumento dos custos. A segunda proposta implicava aumentar o valor máximo do concurso para 15 milhões, admitindo o INEM continuar a ter apenas dois helicópteros durante a noite.

Nem uma proposta nem outra tiveram resposta da tutela, com quem os responsáveis do INEM se reuniram para falar do assunto só em meados de Junho. Durante alguns dias houve várias reuniões, com o Governo a colocar como cenário possível que a Força Aérea assegurasse uma parte do serviço a partir de 1 de Julho. O problema é que não havia qualquer operador privado disponível para assegurar a parte restante, tendo a Avincis passado a reclamar como condição para continuar o serviço que o ajuste directo fosse de um mínimo de um ano.

Desde 25 de Junho, que o INEM se queixa que não obteve *feedback* por parte da tutela, apesar das múltiplas solicitações. Sem soluções de recurso, o conselho directivo do instituto avançou, no sábado, para um novo ajuste directo com a Avincis durante um ano, por 12 milhões de euros. O serviço dos helicópteros vai manter as mesmas limitações que se verificam desde Janeiro: duas aeronaves médias irão operar 24 horas por dia e duas ligeiras irão operar apenas 12 horas.



Luís Meira vai deixar o INEM ao fim de nove anos

mas devido à demissão do então primeiro-ministro, António Costa, o processo ficou congelado.

O médico Filipe Serralva, dos clínicos com mais experiência na emergência pré-hospitalar, lamenta a inexistência de um corpo clínico forte no INEM, que associa ao facto de não existir uma carreira para os profissionais que trabalham no instituto, em grande parte devido à inexistência da especialidade de Medicina de Emergência. “São dos médicos mais mal pagos do país”, lamenta, garantindo que continua a fazer VMER e helicóptero por paixão. Alerta também para a antiguidade da frota de ambulâncias e de viaturas médicas, que amplifica os riscos de quem faz um trabalho já de si arriscado. “Há VMER’s com mais de 20 anos e 500 mil quilómetros.”

Filipe Serralva critica ainda o facto de, apesar de ter um orçamento superior a muitos hospitais (proveniente de uma taxa de 2,5% sobre os seguros), o conselho directivo do INEM ter apenas duas pessoas. “Isto é completamente disfuncional”, considera. “Tem havido um desinvestimento em todas as vertentes do sistema de emergência”, lamenta o clínico. Nelson Pereira fala numa paralisação do INEM a nível tecnológico. “Há anos que se fala na geolocalização das chamadas, mas ela ainda não é uma realidade”, exemplifica.

Ministra convocou sindicatos da polícia para reuniões no dia 9 de Julho

Sónia Trigueirão

Sindicatos receberam convocatória ao final do dia de ontem, na véspera do 157.º aniversário da PSP

A ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, convocou os sindicatos para nova ronda negocial já na próxima semana. Esta nova tentativa de desbloquear o impasse em torno do pagamento à PSP e à GNR de um suplemento de missão surge numa altura em que se adensavam os receios quanto a uma nova escalada dos protestos, sobretudo depois de o Chega ter apelado aos agentes daquelas forças de segurança para comparecerem quinta-feira no Parlamento.

A convocatória do MAI surgiu ao final da tarde de ontem, na véspera de a ministra presidir aos 157 anos da PSP. Na cerimónia, que decorrerá na Escola Prática de Polícia, em Torres Novas, onde estão a terminar o curso 476 novos agentes, são também aguardados o secretário de Estado da Administração Interna, Telmo Correia, e o secretário de Estado da Protecção Civil, Paulo Simões Ribeiro.

Ao que o PÚBLICO apurou, a reunião do Sindicato Nacional da Polícia (Sinapol), da Associação Sindical Autónoma da Polícia (Asapol) e do Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP) ficou para dia 9 de Julho, depois de a ministra receber a Plataforma.

Ao PÚBLICO, Armando Ferreira, presidente do Sinapol, disse esperar que o Governo desista da proposta anteriormente apresentada e que, segundo diz, “insiste em valorizar a vida dos polícias em função do posto hierárquico e antiguidade que têm”, mantendo o que apelidou como “regime de castas”. Já Bruno Pereira, presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Polícia e porta-voz da plataforma de sindicatos da PSP e GNR, que propõe um aumento de 400 euros pago em três vezes (200 euros este ano, 100 euros em 2025 e outros 100 em 2026), confirmou ao PÚBLICO que também tem reunião marcada para dia 9 de Julho, às 10h30. “Era importante chegar a um acordo nesta questão do suplemento para termos paz e podermos avançar para outras negociações igualmente importantes”, afirmou.

Em resposta ao PÚBLICO, o Ministério da Administração Interna (MAI) já tinha dito que, da parte do Governo, “se mantém total disponibilidade para alcançar um acordo relativa-



Negociações entre MAI e polícias são retomadas na próxima semana

mente ao suplemento de missão”. “O Governo reconhece a necessidade da valorização dos profissionais das Forças de Segurança, que passa forçosamente pela atractividade das carreiras e pela valorização dos seus profissionais”, sublinhou.

Para os sindicatos, este sinal da ministra é sobretudo importante para tentar acalmar os ânimos dos polícias que nas redes admitem responder ao apelo do presidente do Chega, André Ventura, para que vão “em força” ao Parlamento, no dia 4 de Julho, altura em que serão discutidas propostas como o suplemento de missão à PSP e à GNR ou a criminalização do incitamento ao ódio contra órgãos de polícia criminal e judiciais.

Este apelo de André Ventura não caiu nada bem aos sindicatos. “Não é papel de qualquer líder parlamentar ou partido político – seja ele qual for – mobilizar e instrumentalizar massas sectoriais”, disse Bruno Pereira, sublinhando que, no entanto, cada um é livre de participar ou não, isto é, compete a cada um dos agentes decidir se vai ou não ao Parlamento, na próxima quinta-feira.

“Era importante chegar a um acordo nesta questão do suplemento

Bruno Pereira
Dirigente sindical

Ontem, o líder parlamentar do PSD também criticou a atitude de Ventura. “É aqui que quero deixar claro que os extremos se tocam mesmo até nas questões de soberania”, afirmou Hugo Soares, na abertura das jornadas parlamentares do PSD. Porém, Hugo Soares acabou por admitir que, como “os elementos das forças e serviços de segurança são muito mais do que os da Polícia Judiciária, se o subsídio atribuído fosse o mesmo, o valor seria astronomicamente diferente”.

E depois disse que o Governo foi até onde podia, referindo-se à última proposta feita pela ministra: 300 euros, sendo que 200 euros mensais seriam pagos já a partir deste dia 1 de Julho, um segundo aumento, de 50 euros, ficaria remetido para 1 de Janeiro de 2025 e um terceiro, do mesmo montante, para Janeiro de 2026.

“O Governo foi até onde podia ir, mas o partido de extrema-direita entende que é pouco e algumas associações que representam as forças de segurança também”, insistiu.

As preocupações financeiras no MAI assentam, entre outros, no facto de ter deixado de entrar nos seus cofres a receita do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que ultrapassava os 60 milhões de euros por ano, e que agora é dividida entre a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, que está sob a alçada da Presidência do Conselho de Ministros, e o Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), que pertence ao Ministério da Justiça. Agora, a grande fonte de receita do MAI é a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) que, para ser mais lucrativa, deverá ser objecto de algumas reformas, segundo o PÚBLICO apurou.

Tribunal condena Cláudia Simões e agente da PSP Carlos Canha em caso de agressões na Amadora

Carolina Amado
e Ana Dias Cordeiro

Colectivo aplicou um ano de pena suspensa a Cláudia Simões e três anos de prisão, também suspensa, a Carlos Canha

O Tribunal de Sintra condenou ontem Cláudia Simões por morder o agente da PSP Carlos Canha, quando este tentava imobilizá-la para depois a deter, enquanto o polícia foi absolvido das acusações de agressão na detenção desta mulher, mas condenado por agredir outras duas pessoas na esquadra.

Na leitura do acórdão, no Juízo Criminal de Sintra, sobre um caso de agressões numa paragem de autocarro, a juíza Catarina Pires, que presidiu ao colectivo, aplicou um ano de pena suspensa a Cláudia Simões, por um crime de ofensa à integridade física qualificada e condenou o polícia Carlos Canha a três anos de prisão, também com pena suspensa, por dois crimes de ofensa à integridade física e dois crimes de sequestro relativamente aos cidadãos Quintino Gomes e Ricardo Botelho, que tinham sido levados para a esquadra.

Os agentes Fernando Rodrigues e João Gouveia foram absolvidos do



Cláudia Simões e Carlos Canha vinham ambos acusados pelo Ministério Público de ofensa à integridade física qualificada

crime de abuso de poder, tendo o tribunal entendido que os dois polícias que foram chamados à ocorrência não actuaram à margem da lei no exercício das suas funções.

Ambas as advogadas disseram que vão recorrer das condenações. Fátima Esteves, em representação de Carlos Canha, limitou-se a confirmar essa intenção. Já Ana Cristina Domingues, advogada de Cláudia Simões, lamentou “a decisão muito injusta”: “A justiça falhou em toda a linha. Eu atrevo-me a dizer que a juíza já tinha a decisão na sua cabeça antes de começar o julgamento. Mas temos o Tribunal da Relação de Lisboa. Obviamente, vamos recorrer.”

Os acontecimentos remontam a 19 de Janeiro de 2020, quando Cláudia Simões, cozinheira de profissão, se envolveu numa discussão entre passageiros e o motorista de um autocar-

ro da empresa Vimca, pelo facto de a sua filha, com oito anos, viajar sem passe por se ter esquecido dele em casa. Chegados ao destino, o motorista chamou a polícia e, após alguma tensão, o agente Carlos Canha decidiu imobilizar Cláudia Simões, junto à paragem do autocarro, depois de esta se recusar a ser identificada.

Canha vinha acusado pelo Ministério Público de três crimes de ofensa à integridade física qualificada, três de sequestro agravado, um de injúria agravada e um de abuso de poder, enquanto os agentes João Gouveia e Fernando Rodrigues respondiam por abuso de poder, por não terem actuado para impedir as alegadas agressões do colega. Cláudia Simões vinha acusada de um crime de ofensa à integridade física qualificada. A juíza Catarina Pires sublinhou que, na análise de todas as provas recolhidas, não foi possível deduzir qualquer motivação racista por parte do agente da PSP. Houve, sim, “idiossincrasias, preconceitos e pretensões” por parte dos cidadãos que, alega a juíza, retiraram as suas próprias conclusões ao verem Cláudia Simões ser detida.

Junto à entrada do tribunal, algumas dezenas de pessoas manifestaram-se em solidariedade com Cláudia Simões, segurando faixas onde se lia “contra a justiça racista” e “violência policial mata”. “Punho em riste, Cláudia resiste”, ouviu-se.

Perante esta manifestação de cerca de 30 pessoas, uma das filhas de Cláudia Simões leu, emocionada, uma curta declaração na qual garantia que vão lutar pelos seus direitos e avançar com o recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa. “Estávamos longe de imaginar que, depois do que fizemos à nossa mãe, no dia 19 de Janeiro de 2020, ela fosse retratada neste tribunal como selvagem, arrogante e exagerada, mesmo perante todas as evidências. A vítima não pode ser transformada em culpada. Embora cansados, anunciamos que recorreremos desta sentença, pela minha mãe e por todas as pessoas que já estiveram ou possam estar a passar pela mesma situação”, afirmou.

O mandatário dos arguidos, os polícias Fernando Rodrigues e João Gouveia, insurgiu-se contra os protestos à porta do tribunal. “Isto é um circo que está montado à porta do tribunal e eu não tenho interesse nenhum nisso. Não estamos num país de justiça popular. Os juízes decidem em nome do povo, mas não é o povo que decide. São os juízes, que têm preparação técnica para esse efeito”, salientou José Abreu Fonseca. **com Lusa**

Politécnico de Beja perdeu 50 mil euros em fraude informática

Samuel Silva

Instituto foi vítima de esquema similar ao que levou à saída do presidente do Instituto de Gestão Financeira da Educação

O Instituto Politécnico de Beja (IPB) perdeu, no final do ano passado, mais de 50 mil euros depois de ter caído numa burla informática conhecida como fraude CEO. Aquela instituição de ensino superior recebeu um *email* a solicitar que o pagamento de duas facturas relativas aos serviços de limpeza fosse feito para uma conta bancária diferente da habitual. O pagamento foi feito sem verificar qual era o destinatário da conta. O caso foi entregue à Polícia Judiciária e ao Ministério Público. A empresa que prestava o serviço que acabou por ser usado na fraude vai levar o assunto para tribunal.

Em 2022 e 2023, a Futurévora foi responsável pela limpeza dos edifícios do IPB. No final do ano passado, a empresa solicitou o pagamento das duas últimas facturas desse serviço, relativas a Novembro e Dezembro. Na resposta, o politécnico informou que as mesmas já tinham sido liquidadas.

É certo que o dinheiro saiu da conta do politécnico, mas foi para a conta errada. A 20 de Dezembro, o IPB recebeu um *email* de um endereço comum (“dept.contabilidade@outlook.com”) pedindo para não efectuar o pagamento para “a conta antiga”. “Não é mais disponível”, lia-se. Foi para o IBAN indicado nessas mensagens que a transferência de 50.421,49 euros foi feita dias depois.

Foi o início de um périplo que pareceu “interminável” a Isidoro Tatá, gerente da firma. Escreveu à presidente e ao administrador do politécnico a 29 de Dezembro de 2023 e, novamente, a 15 de Janeiro e a 28 de Fevereiro já deste ano. O instituto nunca reconheceu a dívida. Já em Junho, escreveu ao conselho geral, órgão máximo da instituição, para expor o caso e avançou com um processo de injunção. Só aí, já no final da semana passada, o IPB saldou as facturas e reconheceu a burla.

O esquema em que o Politécnico de Beja caiu é em tudo semelhante àquele que levou à demissão do presidente do Instituto de Gestão Financeira da Educação (Igefe), José Manuel Matos Passos, na semana passada. O organismo público transferiu 2,5 milhões de euros – que acabariam por ser recuperados um dia depois



NUNO FERREIRA SANTOS

Apesar de ter liquidado entretanto as facturas, o Instituto Politécnico de Beja (na foto) não se livra de um processo de injunção

“Nós tínhamos transferido o dinheiro, achávamos que estava pago. Como esta é uma situação nova, demorámos a perceber o que se tinha passado”

Maria de Fátima Carvalho
Presidente do Instituto Politécnico de Beja

– indevidamente para uma conta de terceiros, depois de ter recebido um *email* a solicitar a alteração do IBAN para o qual devia ser pago uma factura relativamente ao fornecimento de serviços informáticos.

Na ocasião, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação afirmou, em comunicado, que foi o “rápido reporte do Igefe às autoridades competentes” que estão a investigar o caso que “permitiu que todas as entidades envolvidas na operação, incluindo o sistema bancário, conseguissem recuperar as verbas”. Pelo menos outras duas instituições de ensino superior do Sul do país foram vítimas de uma fraude semelhante nos últimos meses, apurou o PÚBLICO. Em ambos os casos, a verba – na casa das dezenas de milhares de euros – acabou por ser recuperada porque o sinal de alerta foi dado rapidamente às autoridades e ao sistema bancário.

Caso vai para tribunal

No caso de Beja, o instituto politécnico só se apercebeu da situação, semanas volvidas, porque a empresa lhes disse que não tinham pago as facturas, como reconhece a presidente da instituição, Maria de Fátima Carvalho. “Nós tínhamos transferido o dinheiro, achávamos que estava pago. Como esta é uma situação nova, demorámos a perceber o

que se tinha passado”, justifica. A presidente do instituto ordenou um inquérito interno ao caso e denunciou-o junto do Ministério Público, nas últimas semanas. O caso já estava a ser investigado pela Polícia Judiciária desde o final do ano. A Futurévora fez a participação a 27 de Dezembro, depois de o seu gerente ter feito uma transferência Multibanco de 1 euro para a conta envolvida na burla e ter ficado a saber o nome da pessoa individual a que esta estava associada.

No final da semana passada, o IPB transferiu para a empresa Futurévora os mais de 50 mil euros devidos, aos quais foram acrescidos cerca de 3 mil euros relativos a juros. O pagamento foi feito no último dia em que o instituto politécnico podia fazê-lo, depois de a empresa ter entrado com um processo de injunção. Esse pagamento “não é suficiente” para sanar o problema, afirma Isidoro Tatá, gerente da Futurévora. A firma teve prejuízos, nomeadamente com o atraso do pagamento do IVA daquelas facturas, por ter estado seis meses sem receber essa verba, alega. Por isso, vai avançar com um processo cível contra o Instituto Politécnico de Beja, a sua presidente e o administrador, Luís Soares. Estes responsáveis “não diligenciaram para resolver o problema” com a rapidez que lhes foi pedida, acusa.

Cirurgias oncológicas: espera termina no fim de Julho

Maria Lopes

Data foi avançada por Eurico Castro Alves, que anuncia responsabilização dos hospitais pelas listas de espera na oncologia

O coordenador do plano de emergência para a saúde prevê que os 9374 doentes oncológicos que em Março estavam a aguardar cirurgia possam estar operados até ao final de Julho, antecipando assim em um mês a meta definida pelo Governo. Nas jornadas parlamentares do PSD, Eurico Castro Alves recusou que o executivo esteja a recorrer sobretudo ao privado, alegando que 98,8% das 5600 cirurgias realizadas até 14 de Junho foram feitas no Serviço Nacional de Saúde.

O médico defendeu que a aplicação do plano de emergência está a tirar “muitos mais” doentes das listas de espera das cirurgias do que aqueles que estão a entrar. E afirmou que está a ser equacionado um regime de responsabilização das administrações hospitalares pelas listas de espera da sua instituição para evitar a acumulação e demora na resposta, que incluirá a proibição de fazer passar à frente de doentes de patologia maligna os de patologia benigna, abordagem que normalmente serve para as unidades de saúde melhorarem indicadores.

Sobre as urgências de ginecologia, o médico argumentou que 40% das situações “não são, na verdade, urgentes”, e nas urgências gerais (6,2 milhões de episódios em 2023) a quota é idêntica.

Até ao fim do ano, o Governo procurará tirar dos hospitais os chamados “casos sociais” – doentes que já tiveram alta mas não têm para onde ir –, que em Junho eram 2164.

Castro Alves não poupou nos elogios ao seu próprio plano e foi tão ambicioso como António Costa, que, em 2016, prometeu que no ano seguinte todos os portugueses teriam médico de família. O coordenador aludiu ao recurso a médicos reformados – “temos muitas centenas de médicos reformados próximos dos 70 anos e perfeitamente capazes de tratar doentes” – e a profissionais do sector social e privado. A que se somará o que classificou (sem especificar) como uma “reestruturação honesta e séria das listas de utentes por médico”. “Se conseguirmos implementar tudo, dentro de um ano, temos uma grande cobertura nacional de médicos de família”, afiançou.

Porto já tem carrinha de consumo móvel mas concurso continua por lançar

Município avançou com a compra, mas portaria de extensão que permite lançar concurso para esta resposta ainda não foi lançada. Governo diz estar a tratar do assunto

Mariana Correia Pinto

A carrinha que vai servir a unidade móvel de consumo assistido do Porto, que irá circular por vários pontos da cidade, já está comprada. Mas, para já, de nada serve. “Fizemos tudo aquilo com que nos tínhamos comprometido e eles não fizeram nada.” A declaração é do autarca do Porto, Rui Moreira, e eles são o Ministério da Saúde e o Instituto para os Comportamentos Adictivos e Dependências (ICAD): “Vamos ter o veículo parado”, protesta.

João Goulão, o presidente do ICAD, confirma ao PÚBLICO que ainda não tem novidades sobre esta unidade que vai ampliar a resposta do Porto. “A portaria de extensão ainda não foi publicada. Não se sabe quando é que o concurso poderá ser lançado.”

O Ministério da Saúde também não avança uma data, mas afirma que “foram feitas todas as diligências para se iniciar o concurso, estando o mesmo dependente dos prazos legais em vigor”. O pedido do ICAD para “autorização de encargos plurianuais”, acrescenta, foi feito apenas a 24 de Maio.

Rui Moreira não se conforma com as explicações vagas. “Acho lastimável que este assunto não tenha sido tratado”, diz numa breve conversa com o PÚBLICO. “Já não sei se vou ver esta unidade a funcionar. Estou no último mandato e dentro de alguns meses já não me sinto empoderado para tomar decisões que não são consensuais.”

A abertura de uma unidade móvel de consumo assistido está apalavrada desde a criação do projecto-piloto da sala fixa, a funcionar desde Agosto de 2022, prevendo-se a sua abertura para o final desse primeiro ano. Mas, quando o concurso para a continuidade da sala da zona ocidental foi lançado, também com atraso, esta ampliação da resposta foi posta de lado. À época, João Goulão dizia que a necessidade dessa unidade seria ainda avaliada, dependendo de uma “actualização do diagnóstico na cidade do Porto”.

O diagnóstico da sala de consumo fixa apontava, na verdade, para uma maior pertinência da abertura de uma segunda unidade desse género: é que quase 70% dos consumos ali feitos durante a fase experimental foram fumados e a unidade móvel não serve este tipo de prática.

Rui Moreira assumiu a disponibi-



Sala de consumo da Pasteleira é a única resposta do género existente no Porto

lidade para “custear” uma segunda sala amovível, a instalar junto à escola do Cerco, em Campanhã, mas o entendimento do ICAD não foi esse. “Insistiram que deveria ser a móvel, que não dá para fumadores por não ter capacidade de extracção”, recorda.

Agora, e após o investimento na móvel, o autarca recusa dar mais um passo nesta matéria. Pelo menos enquanto não vir os municípios vizinhos agirem também. “Para uma terceira sala já não estamos disponíveis”, diz. “Esse assunto deve ser tra-

tado com a área metropolitana. Não podemos ter municípios vizinhos que continuam a dizer que não têm problemas de toxicodependência. É tapar o sol com a peneira.”

Para o presidente da Câmara do Porto, a área metropolitana “não está interessada” no assunto e os municípios “negam a realidade”. “Para aumentarmos a nossa capacidade de resposta, tem de ser uma resposta integrada. Fala-se tanto em competências metropolitanas. Continuo a insistir que essas têm de ser assumidas pelos municípios.”

Resposta metropolitana

É um assunto no qual Moreira e o consórcio gestor da sala de consumo se entendem. “Fazia todo o sentido ter outra sala fixa”, avalia José Queiroz, o director executivo da Agência Piaget para o Desenvolvimento (Apdes), líder do consórcio. “Por alguma razão os municípios de Gondomar, Gaia e Matosinhos não

manifestaram ainda vontade de ter uma resposta destas. Esta resposta não pode ser apenas da cidade do Porto, situada dentro da cidade e com encargos para a cidade.”

A solução pode até nem ser uma sala de consumo, mas uma “resposta de complementaridade que trabalhe a dimensão social destes utilizadores”, sugere José Queiroz. “A questão do alojamento e do acolhimento do sujeito para lá da sala numa espécie de centro de dia ou dispositivo, que trabalhe questões de sociabilidade, de preparação para o mercado de trabalho, relações familiares e pessoais.”

É que no Porto, e cidades em volta, além da “escassez de respostas sociais”, as existentes “não estão adaptadas ao perfil de pessoas com consumos activos”, aponta a coordenadora da sala de consumo, Diana Castro.

A disponibilidade dos municípios vizinhos do Porto parece, no entanto,

inexistente. Questionada pelo PÚBLICO, a Câmara de Gaia limita-se a responder, por escrito, que “não tem nada a dizer para já sobre o assunto”. A Câmara de Matosinhos não responde e a de Gondomar argumenta que essa “necessidade nunca foi reportada por parte do ICAD e, como tal, nunca foi ponderada”. O município parece desconhecer a lei, que determina que são as autarquias que devem tomar a iniciativa de instalar estes equipamentos.

João Goulão não afasta a possibilidade de ter mais salas “na cidade do Porto ou nalgum concelho limítrofe”, mas recorda, precisamente, que tal só é possível havendo disponibilidade dos municípios. “Houve declarações públicas por parte de autarcas, mas ninguém tomou uma posição clara e inequívoca para avançar no seu território. E sem isso nada se faz. De acordo com a legislação, deve haver um ano de período experimental financiado pelos municípios.”

“Estou no último mandato e dentro de meses já não me sinto empoderado para tomar decisões que não são consensuais”

Obras no castelo e no mercado municipal da Feira terminam em Agosto

O castelo já tem a muralha completamente recuperada e vai estar em funcionamento durante a Viagem Medieval

As obras a decorrer no castelo de Santa Maria da Feira e no mercado municipal desenhado pelo arquitecto Fernando Távora ficarão concluídas em Agosto, anunciou ontem o presidente da autarquia, anunciando novas condições de funcionamento dos dois imóveis.

A primeira dessas empreitadas visava sobretudo o reforço da muralha do castelo e já estava em curso quando um temporal em Outubro fez ruir parte do muro desse monumento do distrito de Aveiro e da Área Metropolitana do Porto. Já a segunda intervenção tinha como

objectivo recuperar e modernizar o mercado, que se encontrava degradado e com bancas e lojas sem condições de funcionamento adequadas às exigências actuais.

“O castelo já tem a muralha toda recuperada e vai estar em funcionamento durante a [recriação histórica] Viagem Medieval, mas em Setembro vamos avançar lá com outra empreitada de maior dimensão, destinada a criar novos espaços de visitação e novas condições de recepção de público, intervindo também no estacionamento e nas instalações sanitárias exteriores”, revelou à agência Lusa o presidente da Câmara da Feira, Amadeu Albergaria.

Até aqui, a intervenção nesse monumento nacional custou cerca de 686.000 euros e, na segunda fase, as obras deverão absorver mais 4,3 milhões.

Já no que se refere ao mercado



As obras estarão prontas a tempo da Viagem Medieval

municipal, o autarca avisou que o público não deve esperar “transformações arquitectónicas como algumas que se têm visto nos últimos anos em Lisboa e no Porto”, já que, embora com alguma prorrogação nos prazos iniciais devido a cuidados de preservação patrimonial, “a empreitada respeitou totalmente a obra original de Fernando Távora”.

O projecto de arquitectura para a reabilitação do edifício, classificado como Monumento de Interesse Público, foi, aliás, confiado a José Bernardo Távora, filho de Fernando Távora (1923-2005), dada a relevância histórica do imóvel, edificado entre 1953 e 1957 e decorado com azulejos da autoria de Siza Vieira.

Amadeu Albergaria realçou que “o mercado vai estar igual ao que era na sua origem, só que melhor”.

“Repusemos os azulejos, substituímos a canalização, melhorámos

a iluminação, aumentámos a refrigeração das lojas e, no essencial, modernizámos todas as estruturas, para ele poder retomar o seu esplendor original”, acrescentou.

Mesmo que a intervenção de 1,15 milhões de euros fique concluída a tempo da Viagem Medieval, o imóvel não estará em funcionamento nesse período porque, antes da sua reabertura ao público, a câmara quer reunir-se com os comerciantes e população local para planificar a futura actividade do espaço.

“Temos uma equipa a trabalhar num novo modelo de gestão para o mercado municipal e esse já está bastante avançado”, referiu Amadeu Albergaria, acrescentando que só depois da apresentação e discussão desses planos com os lojistas e os moradores é que a autarquia da Feira vai apresentar “o conceito definitivo”. **Lusa**

PUBLICIDADE



Linha Amarela



A LINHA CRESCER ATÉ À ESCOLA

MANUEL
LEÃO

MANUEL
LEÃO

HOSPITAL
SANTOS SILVA

VILA
D'ESTE

Cofinanciado por:



Financiado por:



SANTO OVÍDIO



Macron “alimentou os extremos” e acaba a morrer nas suas mãos. E agora, França?

Centro e esquerda apostam nas desistências de candidatos que os dividam para tentar uma “barreira” à direita radical. Mas o risco de o país ficar bloqueado é real

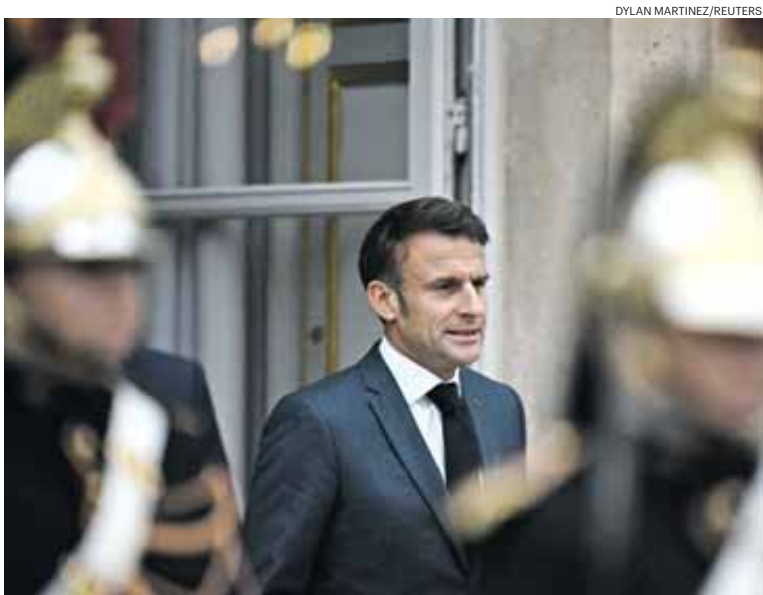
Leonete Botelho

Nada está decidido até o último voto ser contado no domingo, mas a vitória da direita radical da União Nacional na primeira volta das legislativas de França não permite antever nenhum cenário favorável ao país no próximo ano – o risco de a Assembleia Nacional ficar bloqueada é cada vez mais real. Os esforços que o centro e a esquerda estão a fazer para concentrar os votos e fazer uma “barreira” ao partido liderado por Jordan Bardella, apelando à desistência dos menos bem posicionados, não são acompanhados por uma clarificação política. Continua a incógnita de quem irá governar se for possível fazer uma “geringonça” à francesa, mantêm-se as divisões programáticas, ideológicas e até pessoais, e Emmanuel Macron não conseguiu aplacar as divisões internas na sua área política. E agora, França?

O dia seguinte à primeira volta das legislativas saldou-se por uma estranha contabilidade: quantas desistências há nos círculos eleitorais onde haveria mais do que dois candidatos à segunda volta, fruto da elevada participação no domingo (67%). O sistema eleitoral francês é composto por 577 círculos uninominais, cada um elegendo um deputado, mas nesta primeira volta apenas 76 candidatos obtiveram os mais de 50% dos votos para serem eleitos. Em 106 círculos há duelos entre dois candidatos e na maioria (306) estava previsto haver “triângulos” e ainda cinco “quadrados” – isto porque passam à segunda volta todos os candidatos que obtiverem mais de 12,5% na primeira volta.

Na noite de domingo, muitas foram as vozes da Nova Frente Popular e da coligação de centro Juntos, de Emmanuel Macron, que apelaram à desistência dos terceiros e quartos candidatos destes círculos a favor do candidato mais bem posicionado para derrotar a União Nacional. Às 20h de ontem, o *Le Monde* contabilizava já 179 desistências, na sua maioria de esquerda (121) e 56 do campo presidencial, mas ainda havia 133 eleições triangulares previstas. O encerramento das inscrições será hoje, às 18h.

Se no domingo foram muitas as vozes à esquerda e ao centro a apelar à concentração de votos, Macron e o Governo estavam divididos sobre a atitude a adoptar na segunda volta. E, apesar das duas reuniões para che-



Continua a não ser clara a indicação de voto que vai dar Macron

garem a um entendimento, até ao fecho desta edição não havia fumo branco.

“É a extrema-direita que está prestes a aceder aos cargos mais altos, mais ninguém”, declarou Macron antes da reunião, segundo vários participantes ouvidos pelo jornal, que sublinharam o desejo do Presidente de uma “grande reunião claramente democrática e republicana para a segunda volta”, como escrevera num comunicado no domingo à noite. Mas vários ministros de direita defenderam o “nem-nem” entre a UN e a França Insubmissa, o maior partido da Nova Frente Popular, dirigida pelo polémico Jean-Luc Mélenchon.

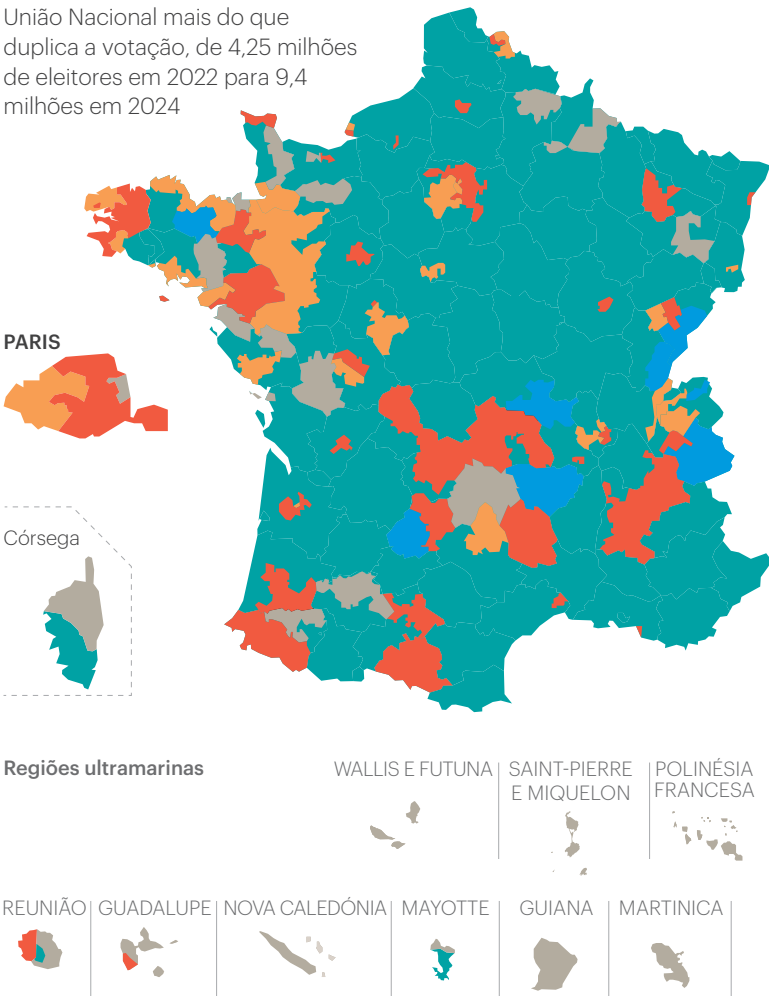
O actual primeiro-ministro, Gabriel Attal, afinou pelo diapasão de Macron, mas ao início da noite deixava claro, na TF1, que “retirada não significa mobilização” e que se “opõe suficientemente à França Insubmissa para que não possa ser acusado” de se aliar ao partido de esquerda radical. Em sentido contrário, Jordan Bardella, no mesmo canal, falou de uma “aliança um pouco antinatural entre Mélenchon e Emmanuel Macron”. O jogo continua.

Um Parlamento bloqueado?

Para Sandra Dias Fernandes, directora do Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho, esta é a questão principal da segunda volta: “Saber se a coligação de Macron vai ser capaz de votar na extrema-esquerda” e como vão votar os indecisos.

Legislativas em França, resultados e projecções

União Nacional mais do que duplica a votação, de 4,25 milhões de eleitores em 2022 para 9,4 milhões em 2024



Extrema-direita vence primeira volta

2024	
União Nacional	29,25%
Nova Frente Popular	27,99%
Juntos pela República*	20,04%
Os Republicanos	6,57%
Outros	16,15%

*Maioria presidencial

Projecção da distribuição de lugares na Assembleia Nacional

Num Parlamento com 577 assentos, são precisos 289 deputados para a maioria absoluta

União Nacional e aliados	
Nova Frente Popular	
Juntos pela República	
Os Republicanos e aliados	41 61
Outros	33 49

A nossa França ameaçada: que nem um voto lhe falte

Opinião



Álvaro Vasconcelos

Os 33% da extrema-direita (RN) e a possibilidade de um governo nacionalista identitário deixaram todos os que aspiram à liberdade aterrorizados.

Transmito o sentimento de muitos, afirmando que a “nossa França” – a terra da liberdade, das Luzes, da Revolução de 1789, a terra que proclamou que “todos os homens nascem livres e iguais em direitos” – está ameaçada.

Foi em França que a oposição democrática portuguesa preparou a derrota da ditadura e de onde, com Maio de 68, vieram os valores que inspiraram a Revolução de Abril.

No horror do salazarismo, sonhávamos com Paris, lendo Camus, Sartre, Fanon e Simone de Beauvoir e ouvindo as canções de Brel e Leo Ferrer. De Paris, lugar dos sonhos de seu pai, judeu sefardita, Edgar Morin assumiu a língua, os

valores e a história de uma mensagem universal de aspiração a “uma vida de liberdade, igualdade e fraternidade”.

“Enfim, a liberdade!”, exclamaram vítimas da ditadura salazarista e do colonialismo que em Paris se exilaram.

Em Paris, numa iniciativa da Fundação Gulbenkian, discutimos, este ano, a herança emancipadora de muitos exilados, como Mário Soares, Mário Pinto de Andrade e Maria Lamas, Hannah Arendt, fugida do nazismo, Kundera, do sovetismo, Celso Furtado, da ditadura brasileira, e Lun Zhang, um dos revoltados da Praça Tiananmen, da ditadura chinesa, porque França era “a pátria dos ideais do Iluminismo, de Montesquieu, de Rousseau e de Voltaire”.

Foi em Paris que, em 1933, Hannah Arendt, judia de origem alemã, encontrou exílio, o lugar onde viveu a condição dos “estrangeiros” e fez dos “direitos dos sem-direitos” uma causa para a vida. Em 1940, depois da invasão francesa, foi presa pelo Governo de Pétain, antepassado do lepenismo,

e fugiu, exilando-se nos Estados Unidos. O debate sobre o seu exílio realçou os perigos que novamente ameaçam quem escolheu França como terra de asilo. Ali, quando a filósofa Marie-Claire Caloz-Tschopp afirmou que “nós somos todos exilados”, um interveniente, empoderado pela emergência do RN, replicou: “A senhora quer destruir a identidade francesa.”

Em 1937, Hitler retirou os direitos de cidadania aos alemães de origem judaica. 87 anos depois, o partido de Le Pen propõe retirar direitos aos cidadãos de cidadania múltipla, a três milhões e meio de franceses, muitos milhares dos quais são luso-franceses. O exílio é um risco para aqueles que aspiram à libertação do medo e da necessidade num momento marcado pela vaga autocrática. É também o nosso futuro que está em causa.

A possibilidade da derrota da extrema-direita é uma das conclusões da noite eleitoral – os 28% da NFP, a frente de esquerda, os 20% do centro macronista e os 6,7% dos republicanos (não alinhados com o RN) representam

uma maioria significativa do eleitorado. Mas, para isso, é preciso reunir a frente republicana que permitiu a vitória de Macron contra Marine Le Pen em 2017 e 2022 e a que, com 82%, elegeu Jacques Chirac contra Jean-Marie Le Pen em 2002 na segunda volta, depois de ter obtido apenas 20% na primeira. E é preciso que Jean-Luc Mélenchon abandone o triunfalismo irrealista de uma possível maioria absoluta da frente de esquerda, numa bipolarização entre a esquerda e a extrema-direita.

Para derrotar a extrema-direita é preciso que os partidos democráticos abandonem o nihilismo eleitoral e os que se

classificaram para a segunda volta em terceiro lugar desistam e apelem ao voto contra Le Pen, como já foi anunciado pelos partidos da frente de esquerda, clarificado pelo primeiro-ministro do partido de Macron, mas recusado pelos demais partidos da coligação presidencial, defendendo um *ni* [extrema-direita] *ni* [esquerda radical] e sacrificando a democracia francesa aos seus sonhos presidenciais de 2027.

A direita republicana também se nega a votar contra o RN e está contaminada pelo racismo da extrema-direita e da teoria da grande substituição, nomeadamente, da negação do imperativo ético da hospitalidade.

Intelectuais respeitáveis, como Élisabeth Badinter, recusam-se a bloquear a extrema-direita, defendendo um universalismo excludente que, em muitos casos, convive mal com o multiculturalismo cultural e religioso. Ora, a diversidade cultural é hoje uma riqueza da França, fonte de uma enorme criatividade artística, evidente na literatura, de Marie NDiaye a Leila Slimani.

Como diz Edgar Morin, “quando se esquece a unidade, é o universalismo que sofre”, quando se nega a diversidade, cai-se “na abstracção cega, fonte de opressão”.

Depois das eleições, há que voltar ao debate sobre as razões da vaga autocrática e as formas de a combater, sobre a melhor forma de combater a islamofobia e o anti-semitismo, sobre a melhor forma de impedir Marine Le Pen de ser eleita Presidente em 2027, de isolar as posições nacionalistas, antieuropeias e coniventes com Putin de Mélenchon.

As eleições, com uma votação recorde de 67% (contra 47% em 2022), são prova da grande vontade de participação dos eleitores na vida política, mas, por força do resultado, reforçaram o medo do voto, do mal votar dos cidadãos, que se vai apoderando das elites europeias, que propõem uma “democracia sem votos” – um risco para a democracia liberal.

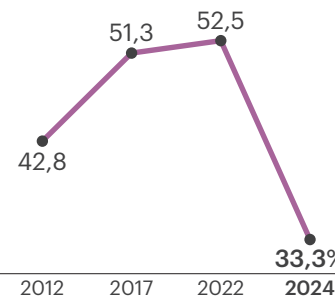
Um governo lepenista, num momento em que, mais do que nunca, a voz da França é essencial perante uma provável vitória de Trump em Novembro, colocará um desafio existencial à União Europeia, ameaçada por dentro e pela guerra de Putin.

Vivemos uma semana decisiva para “a nossa França”. Que, em nome da nossa humanidade comum, nem um voto lhe falte.

Depois das eleições, há que voltar ao debate sobre as razões da vaga autocrática e as formas de a combater

Abstenção com queda histórica

Legislativas de domingo tiveram a maior participação desde 1981



Quem ganhou nas 577 circunscrições**

Os primeiros, segundos e terceiros classificados em cada círculo eleitoral passam à segunda volta, que se disputa no próximo domingo

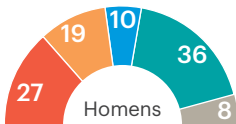
	União Nacional	Nova Frente Popular	Juntos pela República
1.º	296	156	65
2.º	117	158	154
3.º	67	129	95

**Apenas os três partidos (ou coligações) mais votados

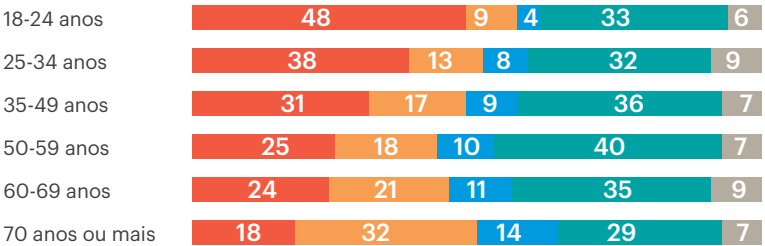
Como votaram os franceses

Em %

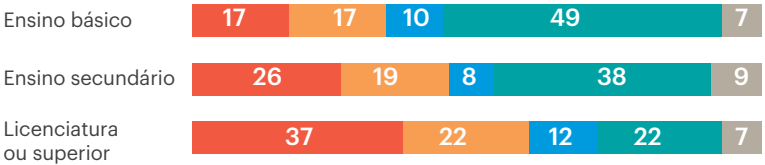
Mais homens com a União Nacional



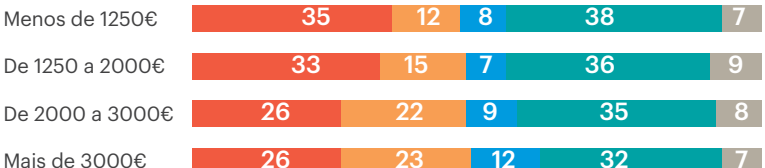
Jovens preferem a esquerda



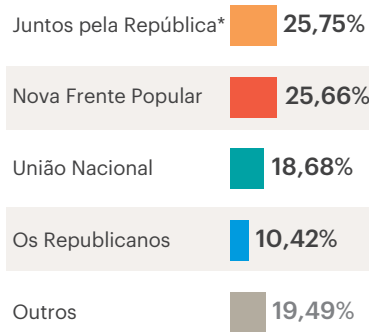
Extrema-direita perde entre licenciados



União Nacional lidera em todas as classes de rendimento



2022



Min Max.

230 280

125 165

70 100

Os jovens de Macclesfield ainda não esqueceram o “Brexit”

Tema central nas últimas eleições, a saída britânica da UE é quase tabu nesta campanha. Numa escola local, os “sub-30” de Macclesfield quiseram saber porquê

António Saraiva Lima,
em Macclesfield

No ginásio com chão de madeira e cortinados cor de vinho da escola básica e secundária Tytherington, em Macclesfield, estão afixados vários cartazes com “avisos aos candidatos”: não podem levar telemóvel, não podem falar, devem seguir as instruções do “vigilante” e não podem “envolver-se em qualquer prática injusta e desonesta”.

Tirando a parte que os proíbe de falar (seria difícil prosseguir nesses termos), as regras de conduta para os candidatos a exames escolares bem podiam aplicar-se aos candidatos a deputados no Parlamento britânico pelo círculo eleitoral daquela pequena localidade de Cheshire – o condado inglês que se espalha pela região sul das importantes cidades de Manchester e Liverpool – que se juntaram ali num sábado à tarde para responder às perguntas de um grupo muito específico de eleitores: os que têm menos de 30 anos.

Para grande satisfação da organização do evento, liderada pelo simpático e enérgico director da escola, Emmanuel Botwe, que disse mais do que uma vez ao PÚBLICO que ainda não estava a acreditar que “Macclesfield tinha chegado a Portugal”, os sete candidatos naquele círculo nas eleições legislativas do Reino Unido, que se realizam na próxima quinta-feira, marcaram presença nos *hustings* da Tytherington School.

Perante uma assistência de algumas dezenas de pessoas, uma boa parte delas situada na faixa etária a que se destinava a sessão, os representantes do Partido Conservador, do Partido Trabalhista, dos Liberais Democratas, do Partido Verde, do Reform UK, do Partido Social-Democrático (SDP) e um candidato

independente responderam às perguntas enviadas por *email* ou feitas no momento pelo público sobre os temas que mais preocupam a geração “sub-30” de Macclesfield.

Numas eleições normais, David Rutley, do Partido Conservador, que representa aquele círculo eleitoral há 14 anos, estaria ali sem grande pressão. Não só foi facilmente eleito em 2010, em 2015, em 2017 e em 2019, como concorre num dos principais “safe seats” dos *tories* naquela região; o partido de centro-direita britânico elege consecutivamente deputados em Macclesfield desde 1918.

Mas as sondagens mostram que estas eleições não são normais. Para além de apontarem para maiorias parlamentares do Partido Trabalhista na Câmara dos Comuns acima dos 150 ou 200 deputados, os inquéritos sobre a intenção de voto dos britânicos mostram que há uma série de bastiões da chamada “blue wall” (“muralla azul”) conservadora que estão seriamente em risco de passar para outras mãos.

Tal como noutros círculos eleitorais, a impopularidade generalizada do primeiro-ministro Rishi Sunak e a candidatura de um membro do partido de direita radical e populista Reform UK (Steve Broadhurst) podem causar dúvidas e dispersão de votos entre o eleitorado de direita de Macclesfield e beneficiar, neste caso, o concorrente do Partido Trabalhista, Tim Roca.

“O resultado em Macclesfield está potencialmente em aberto. Há 100 anos que é um círculo conservador, mas há muitas pessoas que só decidem em quem vão votar nos últimos dias”, diz o candidato trabalhista ao PÚBLICO, à margem do evento. “O Labour está a lutar por cada voto e não dá nada por garantido. Representamos uma alternativa realista e ambiciosa, com custos totalmente





Jovens estudantes numa escola na região de Cheshire levam partidos a discutirem a questão do “Brexit”, mesmo que não esteja na sua agenda

calculados, para que a economia e o país voltem a erguer-se e a avançar na direcção certa.”

“Conspiração de silêncio”

Se uma salva de palmas for considerada uma métrica credível para avaliar a inclinação de voto dos jovens que estiveram nos *hustings* da Tytherington School, Rutley ficou com muitos motivos para reflectir sobre a forma como a sua campanha lhes está a chegar. Roca roubou aplausos audíveis após praticamente todas as intervenções que fez, Neil Christian (Liberais Democratas) e Amanda Iremonger (Partido Verde) também conseguiram algumas palmas, e até Christopher Wellavize (independente) foi capaz de aquecer as mãos do público.

As perguntas aos candidatos versaram sobre cinco grandes temas: educação, alterações climáticas, direitos LGBTQI+, reabilitação do centro histórico de Macclesfield e... o “Brexit”. As reticências não são aqui utilizadas por acaso. Apesar de ter sido tema central nas últimas eleições legislati-

vas, realizadas em Dezembro de 2019, e vencidas pelo Partido Conservador, o debate sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, oficializada em Janeiro de 2020, tem sido praticamente inexistente nesta campanha, particularmente entre os dois principais partidos do país.

Os *tories* tratam o “Brexit” como um assunto resolvido e o Labour não quer alienar a maioria dos eleitores que votou a favor do divórcio com a UE no referendo de 2016 e que em 2019 deu uma significativa maioria a Boris Johnson no Parlamento – que o antigo primeiro-ministro conservador aproveitou para consumir a saída e (tentar) pôr uma pedra em cima de um dos capítulos mais divisivos, polarizadores e confusos da História política das últimas décadas no Reino Unido.

“O ‘Brexit’ é um tema sensível para os principais partidos, eles não têm qualquer incentivo para falar sobre o assunto em termos eleitorais”, diz ao PÚBLICO Rob Ford, professor de Ciência Política na Universidade de Manchester.

“Os conservadores não o fazem porque a maioria dos seus eleitores pensa que o ‘Brexit’ falhou e porque eles próprios não têm muitas histórias de sucesso para mostrar. Os trabalhistas não querem falar no assunto porque a maior parte do apoio que estão a reconquistar vem de pessoas que votaram pela saída [da UE] e não querem pôr esses votos em risco. E mesmo os *LibDems*, que defendem nova adesão, também não têm propriamente vontade de falar sobre o assunto. Estão a tentar apelar ao voto de eleitores e de círculos onde há muitos eleitores de esquerda; também não querem agitar o barco”, explica o acadêmico.

O co-autor dos livros *Brexitland* (2020) e *The British General Election of 2019* (2021), dedicados ao impacto da discussão sobre a Europa na política e na sociedade britânicas, remata dizendo que “todos os nossos políticos estão envolvidos numa espécie de conspiração de silêncio sobre o ‘Brexit’”.

Mas os jovens que se juntaram na Tytherington School não compram esse silêncio. Bem pelo contrário. Foi precisamente quando os vários candidatos estavam a responder a uma pergunta lida pela moderadora, Mandy Martínez, em que eram desafiados a dizer se apoiariam um regresso do Reino Unido à União Europeia, que se fizeram ouvir os aplausos mais fortes e as manifestações mais visíveis de agrado ou de desagrado, consoante o que ouviam da mesa comprida montada em cima do palco do ginásio da escola.

“A vontade do povo”

Entre os sete candidatos, *brexiteers* só mesmo Broadhurst, do Reform UK, e Dickie Fletcher, do SDP. O candidato do partido de direita radical perdeu até mais tempo a celebrar a “decisão



O ‘Brexit’ é um tema sensível para os principais partidos, eles não têm qualquer incentivo para falar sobre o assunto em termos eleitorais

Rob Ford

Professor na Universidade de Manchester

democrática que apanhou o *establishment* totalmente de surpresa”, referindo-se à vitória do “*leave*” no referendo de 2016, do que a elencar propriamente os sucessos do “Brexit”. Numa intervenção em que acusou Bruxelas de “querer o dinheiro” britânico “pela porta das traseiras”, Broadhurst acabou a sugerir que o Governo também devia desinvestir na NATO e “investir nas Forças Armadas” britânicas.

Em 2016, cerca de 54% dos eleitores da região de Cheshire que inclui Macclesfield votaram contra o “Brexit”. Por isso e não só, Wellavize defendeu que o que Reino Unido devia fazer era dirigir-se aos 27 para “pedir desculpa por ter saído” do bloco comunitário e para “suplicar que o aceitem de volta” – arrancando um dos maiores aplausos da tarde. “O ‘Brexit’ foi um desastre absoluto e fez-nos todos mais pobres”, afirmou, por sua vez, o candidato dos Liberais Democratas.

Tim Roca lembrou que o regresso à UE não está no programa eleitoral do Partido Trabalhista, mas assumiu que “gostava que estivesse”. “Sou pró-europeu. O referendo de 2016 foi, provavelmente, a experiência mais deprimente da minha vida. Foi um processo muito divisivo e muitos dos problemas de que estamos aqui a falar hoje, sobre serviços públicos ou a economia, estão relacionados com a discussão infinita sobre o ‘Brexit’ durante um período em que os próprios *brexiteers* não sabiam sequer o que significava”, criticou.

“O ‘Brexit’ teve um custo imenso

– 4% do PIB e milhares de milhões de libras que podiam estar a ser investidos nos nossos serviços públicos”, lamentou. “As alterações climáticas, a imigração, a competição entre as economias dos EUA e da China e outros desafios não param no canal da Mancha; são resolvidas entre parceiros. No final da experiência terrível da II Guerra Mundial, juntámo-nos, enquanto país, e percebemos que era preciso partilhar recursos com os nossos aliados para defendermos a nossa democracia e liberdade.”

Perante as palmas e o entusiasmo do público com as diversas intervenções pró-europeias, David Rutley fez questão de lembrar que também votou “*remain*” – “ainda de uma forma não tão entusiástica como outras aqui representadas” – e reconheceu que a resposta que tinha para dar “não era aquela vocês aqui reunidos gostavam de ouvir”.

“Colaborar com a UE”

“Tivemos um referendo e duas eleições legislativas [2017 e 2019] que foram efectivamente sobre o ‘Brexit’ e que foram democráticas. As pessoas foram a votos e nós cumprimos aquilo que a maioria decidiu. Mas temos de seguir em frente, este debate já leva alguns anos”, pediu.

Para o deputado conservador, que integra o Ministério dos Negócios Estrangeiros no Governo liderado por Rishi Sunak, sendo responsável pela pasta das Américas, Caribe e Territórios Ultramarinos, o Reino Unido tem de “continuar a colaborar com a UE”, mas também tem de “aproveitar as oportunidades da *Global Britain*”, a estratégia de política externa para o pós-“Brexit”, apresentada por Boris Johnson, que propõe uma reorientação da diplomacia económica britânica para a região do Indo-Pacífico.

Iremonger, dos Verdes, contestou, no entanto, a “ideia de que a vontade do povo não pode ser alterada” nunca mais. “Se assim fosse, não estaríamos aqui todos sentados e o David seria o deputado de Macclesfield para sempre. O Partido Verde defende a readesão à UE o mais rapidamente possível”, referiu. O burburinho que tomou conta do pavilhão baixou um pouco de tom quando uma rapariga, na casa dos 20 anos, vestida de preto, levantou a mão para questionar os candidatos. Só que não os questionou; fez um “*statement*”.

“Quero apenas chamar-vos a atenção de que, na altura do referendo, a maioria das pessoas com menos de 30 anos era menor de idade; eu própria tinha 12 anos. Ou seja, a maior parte da minha vida adulta tem sido a sofrer as consequências dessa votação”, lembrou a rapariga. “Pode ter sido uma votação democrática e a vontade do povo, e a grande maioria das pessoas que acharam o resultado excelente pode estar contente. Mas nós não estamos. E não votámos nisto”. Aplausos.

52%

Em Junho de 2016, mais de 17 milhões de britânicos votaram a favor do “Brexit”, fazendo com que o Reino Unido deixasse a União Europeia



Carles Puigdemont está fora de Espanha desde 2017

Tribunal Supremo mantém condenações de dirigentes catalães independentistas

João Ruela Ribeiro

São mantidas as condenações dos quatro dirigentes catalães e os mandados de detenção para outros três

O Tribunal Supremo de Espanha considera que os crimes de desvio de fundos públicos dos quais estão acusados os líderes independentistas catalães não estão abrangidos pela lei da amnistia. A decisão é um golpe para o Governo de Pedro Sánchez que prometeu a amnistia destes dirigentes a troco de apoio parlamentar dos partidos catalães.

O Supremo divulgou ontem duas sentenças separadas, mas que vão no mesmo sentido. Os juízes da Câmara Penal do tribunal decidiram que as condenações dos quatro políticos independentistas no âmbito do “procés” por desvio de dinheiro público se mantêm, enquanto o juiz de instrução Pablo Llarena manteve os mandados de detenção contra os dirigentes catalães em fuga da justiça, incluindo o antigo presidente da Generalitat, Carles Puigdemont.

Desta forma, são mantidas as condenações do ex-vice-presidente do governo catalão, Oriol Junqueras, e dos ex-conselheiros Raül Romeva, Jordi Turull e Dolors Bassa, assim como as suas proibições de assumir cargos públicos durante vários anos.

Além de Puigdemont, os mandados de detenção nacional continuam em vigor para os ex-conselheiros da Generalitat, Toni Comín e Lluís Puig. A decisão da Câmara Penal é final, mas a deliberação de Llarena pode ainda ser passível de recurso, explica o *La Vanguardia*.

A sentença do Supremo foi apoiada por quatro dos cinco juízes do painel da Câmara Penal, apenas com o voto de vencida da juíza Ana Ferrer que defende a abertura de um processo sobre o tema junto do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Os juízes do Supremo entendem que os dirigentes catalães tinham o objectivo de “lucrar” com a apropriação de fundos públicos para a organização de iniciativas ligadas ao processo independentista, em particular o referendo de 1 de Outubro de 2017, considerado ilegal pela justiça.

Os condenados, afirmam os juízes, “fizeram com o património alheio que lhes estava confiado o que não puderam ou não quiseram fazer com o seu património”. “O castigo nos delitos patrimoniais não se justifica por ‘ficar com as coisas de outro’, mas sim por ‘tirar a outro as suas coisas’”, lê-se na sentença, citada pelo *El País*.

A argumentação usada pelo Supremo é relevante porque a lei da amnistia aprovada no final de Maio especifica que as condenações por desvio de fundos públicos só serão abrangidas “quando não tenha existido o

propósito de enriquecimento”. A tese dos juízes do Supremo espanhol é a de que os dirigentes independentistas ao terem usado dinheiro dos cofres públicos acabaram por não ter de usar os seus próprios recursos e que essa poupança constitui “enriquecimento”.

O tribunal também se pronunciou sobre o processo legislativo que deu origem à lei da amnistia — peça fundamental para a negociação do apoio parlamentar dos partidos catalães ao Governo de Sánchez —, sublinhando o “ritmo de alta velocidade” das discussões no Congresso. Os juízes ainda criticaram a “condescendente leniência do legislador espanhol para com burlões condenados por sentença final”, sublinhando o “chamativo contraste” com o empenho da UE no combate ao crime de desvio de dinheiro público.

É ainda pouco claro qual será o impacto político da decisão do Supremo, mas permanece o risco para o entendimento entre o Partido Socialista e os partidos independentistas que suportam o Governo central e cujo apoio é crucial para a aprovação de leis decisivas, como o próximo orçamento.

O secretário-geral do Juntos pela Catalunha, Jordi Turull, considerou a sentença um “golpe de toga ao Estado” e acusou o Supremo de violar a separação de poderes. Já Puigdemont reagiu à decisão com uma mensagem na rede X: “A Toga Nostra.”

Director do Hospital Al-Shifa denuncia tortura depois de libertado de prisão israelita

Maria João Guimarães

Libertação de Mohammed Abu Salamiya provoca polémica e troca de acusações em Israel

O director do Hospital Al-Shifa na Cidade de Gaza, Mohammed Abu Salamiya, foi ontem libertado, depois de sete meses de detenção em várias prisões israelitas, junto com um grupo de cerca de 50 prisioneiros.

Foi detido em Novembro, depois de uma operação militar israelita no hospital, com Israel a alegar que o Hamas utilizava o hospital como centro de comando e que não era possível que o seu director não tivesse conhecimento disso, algo que o director do hospital sempre negou. Abu Salamiya diz que foi presente a tribunal três vezes mas nunca acusado — o que fez de si “um prisioneiro político”.

Abu Salamiya disse ainda que não teve acesso a advogado e que não houve qualquer visita de instituições internacionais. Mais, acusou Israel de tortura e de negar alimento aos prisioneiros palestinianos, que sofreram perdas de peso de até 30 kg, disse.

Recentemente, foi anunciado que um clínico que chefiava o departamento de ortopedia do Hospital Al-Shifa, Adnan al-Bursh, e que estava preso na prisão israelita de Ofer, na Cisjordânia, morrera a 19 de Abril.

Antes, em Novembro, um outro médico de Gaza, Iyad Rantisi, foi morto, segundo o diário *Haaretz*, durante um interrogatório dos serviços de segurança interna de Israel (Shin Bet).

A operação militar israelita contra o Hospital Al-Shifa na Cidade de Gaza foi um dos grandes temas de discussão em termos de respeito do direito

internacional humanitário por parte das forças israelitas. Israel alegou que havia utilização do hospital como centro de comando do Hamas, mas não forneceu provas suficientes, uma avaliação partilhada por organizações humanitárias como a Human Rights Watch e *media* como o diário norte-americano *The Washington Post*.

Ao contrário, *media* israelitas como o *Haaretz*, que visitaram o hospital acompanhando militares israelitas, dizem que não havia dúvidas de que um túnel sob o hospital servia o Hamas. *Medias* israelitas lembram imagens das câmaras do próprio hospital no dia 7 de Outubro (o dia do ataque do Hamas contra Israel) que registaram dois reféns (um nepalês e um tailandês) a serem levados para Al-Shifa e ainda a acusação do Exército de que foi no local que a militar Noa Marciano foi morta. E, por isso, a libertação de Abu Salamiya deu origem a uma troca de acusações.

Os serviços prisionais disseram estar a ser “forçados” a revelar a ordem de libertação, divulgando um documento assinado por um militar das Forças de Defesa de Israel (IDF na sigla em inglês). “Quem tomou a decisão de libertar o director do Hospital Al-Shifa foram as IDF e o Shin Bet — e não os serviços prisionais.”

O Shin Bet disse ter sido obrigado a libertar dezenas de detidos de Gaza para encontrar espaço para “terroristas mais significativos”, cita o *Times of Israel*.

Numa entrevista à revista *New Yorker*, a directora executiva da ONG Public Committee Against Torture in Israel, Tal Steiner, disse que desde 7 de Outubro há quase 10 mil detidos palestinianos em prisões israelitas e que os números de mortes relatados nos serviços (por organizações não governamentais), 27 entre detidos de Gaza e dez da Cisjordânia, “não têm precedentes”.

O antigo membro do gabinete de guerra Benny Gantz, assim como o centrista Yair Lapid, líder da oposição, foram muito críticos em relação à libertação. Gantz disse que quem decidiu libertar “os que albergaram os assassinos de 7 de Outubro e ajudou a esconder” reféns “cometeu um erro operacional moral e ético”, enquanto Lapid sublinhou o “caos”: “o ministro da Defesa ‘não sabia’, o ministro da Segurança Nacional ‘não esteve envolvido’”, declarou Lapid, dizendo que a situação é uma “desintegração moral e funcional”.

O gabinete do primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, anunciou que ordenou “um inquérito imediato”.



Mohammed Abu Salamiya em Khan Younis, no Sul de Gaza

Decisão histórica do Supremo dos EUA concede imunidade parcial a Trump

Alexandre Martins

Supremo afirma que Presidentes podem beneficiar de imunidade em acusações relacionadas com actos oficiais

Numa decisão sem precedentes na história dos Estados Unidos, e que deverá poupar Donald Trump a um julgamento por tentativa de subversão eleitoral antes da próxima eleição presidencial, o Supremo Tribunal do país afirmou, ontem, que os Presidentes norte-americanos gozam de uma “presunção de imunidade” contra acusações criminais após o fim dos seus mandatos, desde que os actos em causa sejam oficiais e não de natureza particular.

A decisão, aprovada pelos seis juízes conservadores do Supremo Tribunal e rejeitada pelas três juízas da ala liberal, devolve aos tribunais inferiores o processo em que Trump é acusado de tentativa de subversão da eleição presidencial de 2020, para que seja feita uma distinção entre actos oficiais e actos particulares realizados pelo ex-Presidente dos EUA no período entre a eleição de 2020, a 3 de Novembro desse ano, e a invasão do Capitólio, a 6 de Janeiro de 2021.

Segundo vários especialistas, é pouco provável que o processo desencadeado pela decisão do Supremo fique concluído antes de Novembro. Nos próximos tempos, a juíza de Washington D.C. que lidera o caso, Tanya Chutkan, deverá convocar uma série de novas audiências, com várias testemunhas, para tentar determinar se podem ser feitas distinções entre as iniciativas de Trump entre o fim de 2020 e o início de 2021. Depois disso, Trump poderá recorrer dessa decisão, primeiro para um tribunal da Relação e depois novamente para o Supremo Tribunal.

Se for eleito para a Casa Branca antes de ter sido julgado neste processo, Trump poderá ordenar ao novo procurador-geral dos EUA que deixe cair as acusações; se for julgado e condenado antes de Novembro, poderá tentar perdoar-se a si próprio se estiver na Casa Branca.

Pressões e certificados falsos

Em causa, na decisão do Supremo Tribunal, estava um recurso no âmbito da acusação criminal deduzida contra Trump por um procurador especial do Departamento de Justiça dos EUA, Jack Smith, em que o ex-Presidente norte-americano é acusa-



SHAWN THEW/LUSA

do de ter cometido quatro crimes durante o período pós-eleitoral de 2020.

Nessa altura, segundo a acusação, Trump conspirou com outras pessoas para defraudar os EUA e para negar direitos aos cidadãos norte-americanos, e conspirou para obstruir e obstruiu um acto oficial – no caso, a cerimónia de contagem dos votos do Colégio Eleitoral, a 6 de Janeiro de 2021, que foi interrompida pela invasão dos seus apoiantes.

Segundo Trump, a maioria das iniciativas desenvolvidas por si durante o período em causa – incluindo a pressão exercida sobre

responsáveis eleitorais para não certificarem a vitória de Biden nas urnas e a promoção de um plano para enviar certificados eleitorais falsos para o Congresso dos EUA – aconteceu no cumprimento dos seus deveres presidenciais, com a justificação de que se tratou de um esforço para travar uma eleição fraudulenta. Tratando-se de actos oficiais, e ainda segundo a interpretação de Trump, essas iniciativas não deviam poder ser alvo de investigações criminais, já que os Presidentes norte-americanos devem gozar de imunidade contra processos-crime sob pena de ficarem expostos a acusações crimi-

Trump é acusado de tentativa de subversão da eleição presidencial de 2020

“[A decisão] vai contra um princípio fundacional da nossa Constituição”, afirmou uma das juízas que votaram contra

nais com motivação política.

Por seu lado, o Departamento de Justiça argumentou, perante o Supremo Tribunal, que nenhum cidadão deve estar acima da lei, e salientou que Trump tentou subverter os resultados da eleição de 2020 mesmo depois de os tribunais e os principais responsáveis da sua Administração – incluindo o então procurador-geral, William Barr – terem rejeitado as queixas de fraude eleitoral.

“Imunidade criminal”

É a primeira vez que os juízes do Supremo dos EUA se pronunciam sobre se os Presidentes do país têm algum tipo de imunidade contra processos-crime, e a decisão terá impacto não só para as acusações criminais contra Trump, como também para as acções de Biden e de futuros Presidentes norte-americanos.

No texto da decisão, o juiz-presidente do Supremo Tribunal, John G. Roberts, defendeu a necessidade de se estabelecer uma imunidade presidencial contra processos-crime, por forma “a proteger um poder executivo enérgico e independente”.

“O Presidente não deve poder ser alvo de acusações criminais por exercer os seus poderes constitucionais fundamentais [como a nomeação de embaixadores, por exemplo], e deve, no mínimo, beneficiar de uma presunção de imunidade contra todos os seus actos oficiais. Essa imunidade aplica-se de forma igual a todos os ocupantes da Sala Oval, seja qual for o seu partido”, disse Roberts.

Em nome das três juízas que votaram contra a decisão da maioria, a juíza Sonia Sotomayor acusou os seus colegas de terem “reformulado a instituição da Presidência, ao concederem imunidade criminal a antigos Presidentes”.

“[A decisão] vai contra um princípio fundacional da nossa Constituição e do nosso sistema de governação segundo o qual ninguém está acima da lei”, afirmou Sotomayor.

Em 1982, numa decisão sobre uma queixa antiga contra Richard Nixon, os juízes do Supremo Tribunal dos EUA decidiram que os Presidentes norte-americanos não podem ser réus em processos cíveis após o fim dos seus mandatos, quando estão em causa pedidos de indemnização resultantes de decisões oficiais; e, em 1974, numa outra decisão relacionada com Nixon, o Supremo Tribunal decidiu que os Presidentes norte-americanos não podem recusar-se a fornecer provas aos investigadores num processo-crime, com base na doutrina do privilégio do poder executivo.

Fisco encontra 520 milhões de impostos em falta entre os grandes contribuintes

Serviços que fiscalizam as grandes empresas e os particulares de maior rendimento acompanham 5000 contribuintes. Rendimentos colocados em paraísos fiscais já justificaram correcções do fisco

Pedro Crisóstomo

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) concluiu, ao longo do ano passado, uma série de inspecções às grandes empresas e aos maiores contribuintes singulares e, durante as acções de controlo, detectou 522 milhões de euros de impostos “potencialmente em falta”, sobretudo IVA, IRC, Imposto do Selo e IRS, indica o mais recente relatório de combate à fraude entregue pelo Governo no Parlamento. A quantia soma-se a 700 milhões de imposto em falta identificados em 2022 e aos 620 milhões detectados em 2021.

Os cerca de 5000 contribuintes acompanhados pela Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC) – entre os quais estão as maiores empresas em actividade no país – são responsáveis por mais de 24.000 milhões de euros de receitas públicas, 41% de toda a receita fiscal (excluindo os impostos municipais), refere o relatório de 2023.

Ao todo, no ano passado, as equipas de inspecção da UGC da AT concluíram 234 processos de inspecção e, a partir deles, avançaram com outras fiscalizações que permitiram controlar diferentes realidades fiscais, desde casos de reembolsos de IVA recebidos pelas empresas, à confirmação da situação das “pessoas singulares de elevada capacidade patrimonial” com base nas informações que o fisco português recebe de outras administrações fiscais, passando pela própria fiscalização dos bancos, que são obrigados a comunicar à AT informações financeiras sobre os contribuintes.

Do leque de correcções realizadas à matéria colectável que envolviam a reclamação de 522 milhões de euros de impostos, não se sabe quantas tiveram origem entre as 3451 empresas e quantas nos 1602 singulares acompanhados pela UGC. No entanto, o relatório regista cinco áreas que levaram o fisco a concretizar correcções ou a projectar fazê-las e, aí, é possível perceber que muitas das situações dizem respeito a entidades colectivas.

A AT fez correcções de 155 milhões de euros ao identificar que algumas empresas estavam a beneficiar, de forma irregular, da dedução de gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades sediadas num paraíso fiscal.



A AT corrigiu 25 milhões relacionados com o desvio de lucros para paraísos fiscais por grandes contribuintes

A administração tributária centrou-se ainda no controlo dos chamados “preços de transferência”, isto é, das regras que a legislação portuguesa (o Código do IRC) prevê para garantir que uma empresa, ao realizar uma operação com outra com a qual tenha uma relação especial, pratica condições “substancialmente” idênticas às que “normalmente” se aplicariam “entre entidades independentes em operações comparáveis”. Ao fazê-lo, os inspectores encontraram problemas na forma como algumas empresas exerceram estas relações de negócio e aplicou correcções ao lucro tri-

butável “de aproximadamente 40 milhões de euros.” Ao mesmo tempo, por causa da “violação do princípio de plena concorrência”, mandaram corrigir as retenções na fonte de cerca de 500 mil euros.

O fisco também controlou a “utilização indevida”, por parte de grandes empresas, dos benefícios fiscais que se aplicam ao pagamento de juros e *royalties* efectuados entre empresas associadas de diferentes países da União Europeia (UE) e casos em que os contribuintes invocaram de forma abusiva convenções para evitar a dupla tributação (isto é, para evitarem ser tributadas em dois territórios, em Portugal e noutra jurisdição).

A administração fiscal identificou contribuintes que não eram os “beneficiários efectivos dos rendimentos” e, ao corrigir as situações, fez correcções de imposto na ordem dos 26 milhões de euros.

Também foram rectificadas 25

milhões de euros relacionados com o desvio de lucros, pelo facto de as empresas terem imputado, de forma indevida, rendimentos a entidades residentes sediadas em paraísos fiscais. Os montantes foram desviados para territórios onde as entidades são “sujeitas a um regime fiscal privilegiado”, mas, segundo o fisco, os valores deveriam ser tributados em Portugal e não nos territórios de nula ou baixa tributação.

A AT também accionou a “cláusula geral antiabuso” em diferentes situações quando entendeu que os contribuintes estavam a recorrer a construções artificiais com a finalidade principal de pagar menos impostos. Nalguns casos, isso aconteceu com contribuintes singulares (com o IRS), noutros com empresas (IRC). Aqui, o valor dos impostos “potencialmente em falta ascendeu a aproximadamente 3,2 milhões de euros”.

Quatros contribuintes da UGC

foram alvo de outras correcções por abuso das normas tributárias, mas em inspecções realizadas por outros serviços do fisco. A UGC concordou com os relatórios de inspecção e considerou haver razões para aplicar a cláusula geral antiabuso.

O número de contribuintes seguidos pela UGC (5053) é superior ao do ano anterior (4818). Entre as empresas acompanhadas pela UGC estão bancos, fundos de pensões, seguradoras, sociedades gestoras de participações sociais com rendimentos acima dos 200 milhões de euros, entidades não financeiras com um volume de negócios acima dos 200 milhões ou entidades que tenham pago imposto acima de 20 milhões. Nos particulares, o cadastro da UGC abrange, entre outras, pessoas com rendimentos acima dos 750 mil euros (685 casos) e quem tem um património mobiliário ou imobiliário acima de cinco milhões de euros.

5053
é o número de contribuintes seguidos pela UGC em 2024. Número é superior ao do ano anterior (4818)

FMI pede prudência no Orçamento do Estado e duvida da eficácia do IRS Jovem

Sérgio Aníbal

FMI pede ao Governo que compense os cortes de impostos com outras medidas e continue política orçamental prudente

Portugal deve manter nos próximos anos uma política orçamental prudente, defende o Fundo Monetário Internacional (FMI), num relatório em que pede ao Governo para ter cuidado com o impacto dos cortes de impostos e os aumentos de despesa que pretende realizar, e em que alerta para a “perda de receita significativa” resultante da descida do IRS para os jovens, sem que um efeito de redução da emigração seja certo.

Uma missão do Fundo esteve, como é hábito todos os anos, em Portugal no final do mês de Junho, para fazer a análise da situação da economia e das finanças públicas do país que está prevista no artigo 4.º dos estatutos desta instituição. E, ontem, no comunicado de conclusão da missão, os técnicos do FMI repetiram os elogios feitos em relatórios anteriores à forma como, nos últimos anos, Portugal tem equilibrado tanto as contas públicas, como os seus saldos com o exterior.

No entanto, o comunicado deixa também avisos em relação ao futuro: não só a economia continua com um potencial de crescimento abaixo de 2%, como também não é ainda tem-

po de abandonar uma política orçamental prudente.

São, por isso, vários os alertas feitos ao actual Governo sobre o que deve ser a sua política orçamental. Apesar de considerar que a meta do executivo, de um excedente entre 0,2% e 0,3%, neste ano (uma descida face aos 1,2% de 2023), é “apropriada”, o FMI avisa que, na construção do Orçamento do Estado (OE) para 2025, não se deve permitir uma nova deterioração do saldo orçamental.

“Qualquer novo relaxamento da posição orçamental arriscar-se-ia a reacender a inflação”, afirma o comunicado, defendendo que “os novos cortes de impostos e aumentos de despesa planeados devem por isso ser prudentemente desenhados para garantir que são consistentes com o cumprimento das metas ou que são compensados por outras medidas.”

Numa análise feita imposto a imposto, o FMI elogia a intenção de reduzir progressivamente a taxa de IRC, uma vez que “ajuda a realinhar a taxa média do imposto sobre as empresas com a do resto da zona euro, dinamizando o crescimento empresarial”, mas revela receio em relação aos impactos decorrentes das mudanças planeadas para o IRS, nomeadamente no que diz respeito à intenção do Governo de alargar as vantagens dadas aos contribuintes com menos de 35 anos.

O FMI diz que “taxas de IRS preferenciais com base na idade irão conduzir a uma perda de receita signifi-



Joaquim Miranda Sarmiento, ministro das Finanças

Eficácia [do IRS Jovem] a “limitar a emigração é incerta”, diz o FMI. Taxas preferenciais com base na idade podem provocar “perda de receita significativa”

cativa e levantar questões no que diz respeito aos limites [de idade] aplicados”, mostrando ainda dúvidas sobre os verdadeiros impactos da medida. “A eficácia [do IRS Jovem] a limitar a emigração é incerta”, afirma o comunicado.

Os responsáveis do FMI defendem ainda ao nível da política fiscal que a pausa realizada na subida do imposto sobre o carbono chegue ao fim e que, a médio prazo, sejam considerados aumentos dos impostos sobre os imóveis, “assim que as preocupações sobre os preços das casas diminuam”.

Aumentar a produtividade

Embora não apresentando neste comunicado números exactos, o FMI mostra que está ligeiramente mais optimista em relação ao desempe-

nho da economia portuguesa no curto prazo do que estava em Abril, quando apresentou previsões de crescimento de 1,7% para este ano e de 2,1% para o próximo.

Agora, o Fundo diz esperar “um crescimento em torno de 2% em 2024, recuperando ligeiramente para 2,25% em 2025, à medida que as condições financeiras aliviam”.

No entanto, para o médio prazo, as expectativas de crescimento para a economia portuguesa continuam a ser moderadas, com uma variação potencial do produto interno bruto (PIB) ainda abaixo dos 2%. As razões estão, diz o Fundo, no “envelhecimento da população, baixo investimento e baixo crescimento da produtividade”.

É por isso que, como já é tradição nos seus relatórios sobre Portugal, o FMI pede que se apliquem “políticas estruturais para aumentar a produtividade e o crescimento potencial”.

Além do combate à burocracia e do estímulo à concorrência, o Fundo insiste na ideia de que, na legislação laboral, se devem realizar “novas reformas que tornem os contratos sem termo mais flexíveis”, algo que, defende, “ajudaria a reduzir a utilização dos contratos a termo e a promover o crescimento”.

O comunicado inclui igualmente o apelo para que os aumentos do salário mínimo sejam apenas feitos com valores em linha com a subida da produtividade, “para minimizar qualquer impacto negativo na competitividade”.

Peso das renováveis no consumo é o mais alto em 45 anos

Ana Brito

A energia renovável abasteceu 82% do consumo de electricidade nos primeiros seis meses do ano, o que representa “a contribuição semestral mais alta dos últimos 45 anos”. Em termos mensais, Portugal nunca importou tanta electricidade através das interligações com Espanha como neste mês de Junho, de acordo com os dados da REN, a empresa que gere o sistema energético nacional. Mais de um terço da electricidade consumida em Junho (39%) foi importado.

No primeiro semestre, o consumo de energia eléctrica ficou 1,6% acima do verificado no mesmo período do ano anterior (ou 2,5% considerando

efeitos de temperatura e dias úteis).

Neste semestre, as condições para a produção de electricidade nas barragens e parques eólicos foram mais favoráveis do que em termos médios – o índice de produtividade hidroeléctrica registou 1,33 (média histórica igual a 1), o de eólica 1,06 e o de solar 0,93. Assim, a energia hidroeléctrica pesou 39% no consumo total, seguida da eólica (28%), fotovoltaica (9%) e biomassa (6%).

A produção através das centrais a gás natural abasteceu apenas 8% da procura e os restantes 10% foram importados via Espanha.

Considerando apenas o mês de Junho, a produção renovável abasteceu 57% do consumo, as centrais a gás contribuíram com 4% e “a energia



A energia eólica abasteceu 28% do consumo e a fotovoltaica 9%

importada, que registou o saldo mensal mais elevado de sempre”, garantiu os restantes 39%.

Em resultado das temperaturas abaixo dos valores normais para a época, o consumo de energia eléctrica baixou 1,7% (embora com correcção dos efeitos de temperatura e dias úteis se verifique um aumento de 0,7%).

Os índices de produtividade situaram-se abaixo dos valores médios e foram de 0,91 para o hidroeléctrico, 0,92 para o eólico e 0,89 para o solar.

O consumo de gás natural diminuiu 40% face a Junho de 2023, sendo que no consumo para produção eléctrica a descida foi de 96% e no segmento convencional, onde estão

famílias e empresas, a descida foi de apenas 3,2%.

Considerando o acumulado dos primeiros seis meses do ano, o consumo de gás desceu 19%, “resultado de uma quebra de 66% no mercado eléctrico, parcialmente compensada por uma evolução positiva de 3,4% no segmento convencional”.

Para o primeiro semestre tratou-se do consumo de gás mais baixo desde 2003, nota a REN.

Neste período, o abastecimento nacional efectuou-se integralmente a partir do terminal de gás natural liquefeito (GNL) de Sines, “com o saldo de trocas através da interligação com Espanha a registar fortes exportações, equivalentes a cerca de 55% do consumo nacional”.

Economia

Lagarde avisa que aterragem suave da economia ainda não está garantida

Sérgio Aníbal

Presidente do BCE repete que, até à inflação estabilizar nos 2%, rumo da política monetária na zona euro ainda é incerto

Num discurso agendado para começar exactamente à mesma hora que o Portugal-Eslovénia de ontem, Christine Lagarde não resistiu, na abertura de mais uma edição do Fórum anual do BCE em Sintra, em usar uma imagem do futebol para ilustrar aquilo que ainda se pode esperar da luta do Banco Central Europeu (BCE) contra a inflação. “Os primeiros 90 minutos do jogo são os mais importantes”, disse, citando o antigo treinador do Sporting e do FC Porto, Bobby Robson.

A mensagem que a presidente do BCE procurou passar foi a de que, até ao final do jogo – ou neste caso, até que a inflação tenha novamente estabilizado em torno do objectivo de 2% – tudo pode ainda acontecer, seja um regresso de taxas de inflação mais altas provocadas por aumentos salariais ou novos choques geopolíticos, seja a entrada da economia numa

recessão profunda, em resultado da aplicação durante meses de uma política monetária muito restritiva. E, por isso, para se saber que passos irão ser dados pelo BCE, serão precisos mais dados e mais tempo.

Numa altura em que a inflação da zona euro já recuou do máximo de 10,6% em Outubro de 2022 para 2,6% agora, Christine Lagarde começou o seu discurso a dar justificações para a forma agressiva como autoridade monetária europeia subiu as taxas de

juro ao longo de 2022 e 2023. O problema disse, estava no risco de que a subida dos preços, mesmo que provocada essencialmente por choques provenientes do lado da oferta, fizesse subir as expectativas de inflação das empresas e das famílias de forma permanente. Para evitar isso, defendeu, “a política monetária tinha de enviar um forte sinal de que taxas de inflação permanentemente acima do objectivo não seriam toleradas”.

Esse sinal forte foi dado por via de

uma escalada das taxas de juro de referência do banco central, que em Setembro de 2023 chegaram aos 4% e que só na reunião do passado dia 6 de Junho registaram uma descida, para os actuais 3,75%. A subida tão acentuada dos juros tem custos, assumiu a presidente do BCE.

“Ao mesmo tempo que a nossa política ajudou a controlar a inflação, também suprimiu o crescimento económico”, disse, classificando esse padrão como “inevitável, quando os bancos centrais enfrentam choques que empurram a inflação e a actividade económica em direcções diferentes”. Ainda assim, disse Lagarde, aquilo que seria de esperar, com base em experiências do passado, era um desempenho mais negativo do que os cinco trimestres de quase estagnação da economia registados na zona euro.

Aliás, alertou a líder do banco central, um cenário mais sombrio do ponto de vista económico ainda não pode ser descartado. “Dada a magnitude do choque inflacionista, uma aterragem suave da economia ainda não está garantida. Se olharmos para os ciclos históricos de taxas de juro desde os anos 1970, podemos ver que quando os bancos centrais subiram

as taxas de juro com os preços da energia elevados, os custos para a economia foram normalmente bastante pronunciados”, avisou.

Desta vez, isso ainda não aconteceu, especialmente por causa da “resiliência do mercado de trabalho”. Mas isso pouco mais faz do que dar um tempo adicional ao banco central para gerir a situação, defendeu Christine Lagarde. “O mercado de trabalho forte significa que temos mais tempo para recolher novas informações, mas temos de ter consciência que as perspectivas de crescimento continuam incertas”, afirmou.

O discurso de Christine Lagarde de ontem dá o tom para os debates que irão ser realizados em Sintra, nos próximos dois dias, no decorrer do Fórum do BCE, um evento organizado pelo banco central há já 10 anos e que reúne, para além dos principais responsáveis do Eurosistema de bancos centrais, economistas e líderes de autoridades monetárias de outros pontos do globo.

Hoje, um dos principais painéis do evento irá juntar a presidente do BCE com o presidente da Reserva Federal norte-americana Jerome Powell e com o governador do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto.



Risco de recessão profunda ainda não pode descartado, diz Lagarde

Lisboa é a pior nas ligações a cidades europeias por comboio

Clara Barata

Lisboa é uma das seis cidades sem ligações directas internacionais por comboio com outra cidade europeia das 45 estudadas pela organização ambientalista Greenpeace. Em todos os países, há mais ligações aéreas do que ferroviárias, e há um grande potencial para explorar rotas directas por comboio com menos de 18 horas. As ligações que Portugal podia ter com cidades espanholas, francesas e suíças são um caso paradigmático.

O relatório *Connection Failed* (Ligação Falhada) analisou 990 rotas entre 45 grandes cidades na Europa, para comparar a oferta de percursos directos por via férrea existentes e potenciais (inferiores a 18 horas), com as ligações por avião disponíveis. E a conclusão é que só 12% destas rotas europeias estão servidas por ligações ferroviárias directas. Em contraste, 69% das ligações são feitas por voos directos – o que significa que há seis vezes mais voos do que viagens directas de comboio.

As cinco cidades com mais ligações directas por comboio a outras cidades são Viena (17), Munique (15), Berlim (14), Paris e Zurique (13). Mas mesmo a capital austríaca só aproveita 49% das possíveis rotas directas por ferrovia.

No vermelho estão Lisboa, Atenas, Pristina, Sarajevo, Skopje e Talin, que têm exactamente zero ligações directas por comboio com cidades noutros países. Portugal não tem comboios internacionais de longa distância há quatro anos. E, na verdade, a viagem mais longa possível fazer entre as 45 cidades analisadas seria a de Lisboa a Talin (Estónia): seriam necessárias 13 mudanças de comboio, passar quatro noites em hotéis ou dormir na estação, e todo o percurso levaria uns exasperantes cinco dias, oito horas e dez minutos.

Mas porque é que a Greenpeace se dedicou a ligar os pontos no mapa e fazer estas contas? É que a aviação é a principal fonte de emissões de gases com efeito de estufa (sector que nos países mais desenvolvidos represen-

ta 30% das emissões que causam as alterações climáticas), embora um outro estudo estime que só 2% a 4% da população mundial faça voos internacionais.

Em média, na Europa, os aviões produzem cinco vezes mais gases de estufa do que os comboios. E, segundo projecções da Agência Europeia do Ambiente, só em 2030 se espera que as emissões de transportes na União Europeia caiam para o nível que tinham em 1990.

Entretanto, faltam pelo menos 305 ligações directas entre cidades europeias que poderiam ser uma alternativa ao tráfego aéreo. Por exemplo, Paris-Roma, Madrid-Paris ou Londres-Berlim, que são das viagens aéreas de curta duração mais

movimentadas da UE (mais de um milhão de passageiros por ano). Destas, 139 poderiam ser feitas por comboio em menos de 12 horas, diz a Greenpeace.

Com investimentos na infra-estrutura ferroviária que permitissem ter pelo menos 80 km/hora como velocidade média em toda a rede, mais 120 rotas poderiam ser feitas em menos de 18 horas.

É o caso de Paris-Lisboa, que hoje se faz em 26h42 minutos, com quatro transbordos: podia fazer-se em 17h45, ou seja, menos nove horas, diz a Greenpeace. Todos os anos cerca de 2,5 milhões de pessoas fazem este percurso de avião. Chegar a Madrid obriga hoje a duas mudanças, mas todas as cidades espanholas poderiam ficar a menos de 12 horas de distância.

Lisboa-Genebra, que hoje demora 29h23m, com cinco paragens pelo meio, passaria a ser uma viagem de 18 horas – menos 11 do que as actuais. Chegar a Marselha, hoje a 24h57m de distância, levaria só 15h50m.



Estação de Santa Apolónia, em Lisboa: não há ligações directas com outras cidades europeias

Deco critica Lufthansa

anúncio da Lufthansa de que vai subir os preços dos bilhetes nos voos que partam de países da UE, introduzindo uma nova sobretaxa “devido aos requisitos ambientais” da União Europeia, que pode variar de um a 72 euros, é criticado pela Deco. “Os consumidores são chamados a financiar os custos ambientais de uma indústria altamente poluidora, que deveria assumir os riscos e as responsabilidades do negócio”, disse ao PÚBLICO a jurista da Deco Rosário Tereso. Repercutir os custos nos consumidores “é o caminho mais fácil, e que só podemos condenar”, afirmou.

Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º Piso
4050-318 Porto
Tel. 22 615 10 00
lojaporto@publico.pt
De seg a sex das 09H às 18H

CLASSIFICADOS

universidade de aveiro
theoria poiesis praxis

Universidade de Aveiro
Processo de Seleção e Recrutamento (M/F)

Publicita-se a abertura do seguinte processo de seleção e recrutamento no sítio da Área de Recursos Humanos da Universidade de Aveiro (<https://www.ua.pt/pt/sgrh/pessoal-tag-novos-concursos-e-ofertas>): Nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 23.º dos Estatutos da Universidade de Aveiro, na versão homologada pelo Despacho Normativo n.º 1-C/2017, publicados na 2ª Série do *Diário da República*, de 24 de abril de 2017, e do Regulamento de Carreiras, Retribuições e Contratação do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão em regime de contrato de trabalho da Universidade de Aveiro, publicado na 2ª Série do *Diário da República* n.º 173, de 4 de setembro de 2020, alterado pelo Despacho n.º 8321/2023, publicado na 2.ª Série do *Diário da República* n.º 158, de 16 de agosto de 2023, pretende-se contratar em regime de contrato de trabalho sem termo, ao abrigo do Código do Trabalho, aprovado e publicado em anexo pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro

Ref.º CND-CTST-114-SGRH/2024 – 1 (um) Técnico Superior na 2ª posição remuneratória (1 439,31€) acrescido do direito a subsídios de refeição, de férias e de Natal, com as seguintes funções:

- Apoio na elaboração de propostas de criação/alteração de CTeSP e outras ações de formação não conferentes de grau e na identificação de oportunidades de financiamento;
- Apoio na elaboração e submissão de candidaturas no âmbito de programas de financiamento nacionais e internacionais, com especial incidência nas componentes técnico-administrativa, financeira e de escrita e revisão de propostas;
- Tratamento de dados para monitorização de ações/operações, prestação de contas, e elaboração de pareceres de apoio à decisão;
- Promoção e dinamização da oferta de CTeSP e outras ações de formação de curta duração, com especial incidência no apoio técnico-administrativo e contactos com Escolas e Centros de Formação;
- Apoio na organização de outros eventos de disseminação, informação e workshops no âmbito dos diferentes projetos e programas de financiamento;
- Apoio na otimização das plataformas utilizadas por estudantes, docentes e técnicos no âmbito dos CTeSP e outras ações financiadas pelos Fundos Europeus Estruturais e de Desenvolvimento;
- Apoio técnico-administrativo na área pedagógica;
- Apoio técnico nos procedimentos de gestão documental.

REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE:

HABILITAÇÕES:

- Licenciatura em Gestão, Recursos Humanos ou áreas afins.

Caso a habilitação académica tenha sido obtida no estrangeiro, exige-se reconhecimento, equivalência ou registo do grau nos termos da legislação aplicável.

OUTROS REQUISITOS:

- Experiência no desempenho de funções análogas às atribuições indicadas no ponto I, em instituições congéneres;
- Domínio da língua portuguesa (oralidade e escrita) e bons conhecimentos da língua inglesa (oralidade e escrita);
- Capacidade para se integrar em equipas de trabalho e gerar sinergias através de participação ativa;
- Capacidade para programar, organizar e controlar a sua atividade e projetos variados;
- Capacidade de atuar com proatividade no seu dia a dia profissional;
- Conhecimentos de informática na ótica do utilizador.

VALIDADE DO PROCEDIMENTO:

O procedimento concursal é válido para ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo máximo de doze meses contados da data da homologação da lista de ordenação final do presente procedimento.

O prazo de candidatura é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicitação do anúncio no jornal.

Universidade de Aveiro, em 13 de junho de 2024
O Reitor, Prof. Doutor *Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira*



MUNICÍPIO DE OEIRAS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**VOTO DE PESAR
pelo falecimento de José Vale Henriques**

No passado dia 14 de Junho faleceu **José Joaquim Oom do Vale Henriques**, residente em Caxias, cidadão de humor fino, enorme sentido cívico, e forte empenho na preservação da memória histórica e dos valores democráticos.

Nascido em 1939, José Joaquim Oom do Vale Henriques, era natural do Luso, Moxico, Angola. Para além do Luso, viveu em Benguela, onde foi aluno do Colégio Nuno Álvares, até ao 5.º ano do Liceu, e completou os seus estudos na Faculdade de Medicina Veterinária - Universidade Técnica de Lisboa, onde se formou como médico veterinário. Iniciou a sua vida profissional em 1970, em Montepuez, Cabo Delgado, Moçambique, tendo integrado, em Portugal, a Direção Geral de Veterinária como médico veterinário principal em 1981. No âmbito das suas atividades, esteve também em missão na Guiné-Bissau, em 2000. Depois da reforma manteve a sua ligação à sua actividade profissional enquanto membro dos órgãos nacionais e regionais da Ordem dos médicos veterinários no triénio 2010/2012, como membro do Conselho Regional do Sul.

Em Oeiras esteve envolvido em inúmeras causas cívicas, designadamente na luta contra a Cidade Judiciária em Caxias, sendo, desde muito cedo, defensor do Vale do Jamor, tendo estado fio núcleo inicial que preparou a criação da Associação Vamos Salvar o Jamor de que foi fundador e membro do Conselho Fiscal desde 2015 até há poucos meses. Pertenceu aos núcleos fundadores da Associação Cidadãos por Caxias, e Associação de Moradores Espargal, Assim Não!, fazendo parte dos seus órgãos sociais. Era sempre o primeiro a apoiar as várias iniciativas cidadãs e a mobilizar os seus conhecimentos em prol do bem comum, potenciando sinergias. Nas últimas eleições fez parte das listas candidatas a esta Assembleia Municipal, pela Coligação Política Evoluir Oeiras, enquanto independente indicado pelo Bloco de Esquerda. Para além da intervenção cidadã local e do amor à natureza expresso através da sua actividade profissional, tinha um profundo conhecimento da História de Portugal contemporânea e uma notória preocupação em preservar a memória dos militares Portugueses que combateram e morreram na Primeira Guerra Mundial, entre eles os seus queridos familiares, o seu avô, Major Mário Constantino Oom do Vale, comandante do Bl n.º 5 ; o seu Tio-Avô Jacome Oom do Vale, comandante de um batalhão em Moçambique; o seu primo Guilherme Oom, comandante de uma companhia; e o seu Tio Avô Bernardino Henriques, soldado. Pelo seu percurso de vida não será esquecido. O seu amor pela liberdade, a sua militância cívica, o seu refinado humor e o seu espírito combativo, continuarão a inspirar-nos no exercício diário da cidadania.

Em homenagem à sua memória e à sua intervenção cívica em Oeiras, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na sua sessão de 25 de Junho de 2024, aprove um voto de pesar pelo seu falecimento e que delibere:

- Realizar um minuto de silêncio em sua honra.
- Comunicar este voto à família e à Ordem de Médicos Veterinários e realizando uma publicação no sítio da Assembleia Municipal e em, pelo menos, um jornal diário de expansão nacional.

Oeiras, 25 de Junho de 2024

A Deputada e os Deputados Municipais do Grupo Político Evoluir Oeiras

Mónica Albuquerque
David Ferreira
Tomás Cardoso Pereira

**SESSÃO ORDINÁRIA N.º 3/2024 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024
MINUTA DE PARTE DA ATA**

DELIBERAÇÃO N.º 71/2024

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ VALE HENRIQUES, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO

A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e um votos a favor, sendo doze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de José Vale Henriques, prestando-lhe uma sentida homenagem à sua memória e à sua intervenção cívica em Oeiras, com um minuto de silêncio em sua honra, bem como remeter o presente voto de pesar à sua família, à Ordem dos Médicos Veterinários e a sua publicação no sítio da Assembleia, bem como, em pelo menos, um jornal de dimensão nacional.

Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.

Oeiras, aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira

CARTÓRIO NOTARIAL DE MATOSINHOS

Sito à Rua Alfredo Cunha, 99, salas B, C e D
Lic. Dinora Rocha Martins

Certifico narrativamente, que no dia 26/06/2024, foi celebrada escritura de justificação notarial exarada a folhas 12 do Livro de Notas “338-A”, na qual – LUIS MANUEL DA SILVA FELISBERTO e mulher, CAROLINA RIBEIRO PEREIRA FELISBERTO, casados na comunhão de adquiridos, naturais, ele de Bonfim, Porto, e ela de Cedofeita, Porto, residentes na praca Professor Franco, n.º 23, 4465-637 Leça do Balio, união de freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, concelho de Matosinhos, NIF 101 938 985 e 156 610 256, invocaram que o marido é legítimo possuidor do velocípede / ciclo motor, de Marca HONDA, com a matrícula número BH-46-SM, ao qual atribuiu o valor cento e cinquenta euros. Que o identificado veículo não está registado na Conservatória do Registo Automóvel do Porto e que o outorgante LUÍS MANUEL adquiriu o velocípede, ainda no estado de solteiro, por doação feita por seus pais, MANUEL FELISBERTO e MARIA ALCINA DA SILVA com última residência conhecida no Lugar do Outeiro de Paredes, São Cristóvão de Nogueira, Cinfães, por volta do ano de mil novecentos e setenta e três, não recacionando, àquela data da doação ou em qualquer outra, os documentos do veículo, nem a respetiva declaração de transmissão, assinada pelo doador, havendo mantido o velocípede, na sua posse à vista de toda a gente. Que na impossibilidade de poder comprovar a aquisição do direito sobre o veículo, procedeu à justificação notarial com base em usucapião, que expressamente invocou.

Matosinhos, 26 de junho de 2024

A Notária, Assinatura llegal

Conta n.º 000 000 000 000



ASSOCIAÇÃO VILANOVOENSE DE SOCORRO MÚTUO

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De acordo com o artº. 34º. nº. 1, a) conjugado com o artº. 33º. d) dos Estatutos da Associação Vilanovaense de Socorro Mútuo, CONVOCO os Senhores Associados, no pleno gozo dos seus direitos, a reunirem em Assembleia-Geral Extraordinária, no dia 18 de Julho de 2024, pelas 20.00 horas, no Auditório da Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia, sito na Rua Serafim Rodrigues da Rocha, nº. 39, União de Freguesias de Matamude e Vilar do Paraíso, 4400-306 Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Discussão e votação da alteração dos Estatutos proposta pela Direção, de acordo com as alterações ordenadas pela Direção-Geral da Segurança Social, através do ofício S-DGSS/3193/2024 de 20-03-2024.

Nos termos dos nossos estatutos, a Assembleia considera-se legalmente constituída se, na hora marcada, estiverem presentes mais de metade dos Associados, ou, uma hora depois da marcada, 21.00 horas, com qualquer número de presenças.

Vila Nova de Gaia, 1 de Julho de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Daniel Macedo Baptista

Nota: A documentação respetiva pode ser consultada pelos Senhores Associados na secretária da Associação nos oito dias anteriores à realização da Assembleia Geral durante as horas de expediente.

loja P
CONHEÇA AS NOSSAS COLECÇÕES
DE LITERATURA EM **LOJA.PUBLICO.PT**
MAIS INFO: 210 111 010



Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org

Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00

Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril - Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org

Delegação Norte: Centro de Dia “Memória de Mim” - Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org

Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org

Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL - Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org

Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org

Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org

Bisnetos perdem quarta tentativa de impedir ida de Eça para o Panteão

Há 22 bisnetos de Eça de Queiroz e seis estão contra a sua trasladação do Douro para o Panteão. Supremo Tribunal Administrativo chumba nova tentativa de travar mudança

Bárbara Reis

Pela quarta vez em nove meses, a justiça rejeitou os pedidos dos seis bisnetos de José Maria Eça de Queiroz que estão contra a trasladação dos restos mortais do escritor para o Panteão Nacional e não deu razão a nenhum dos seus argumentos. Num acórdão de 20 de Junho, o Supremo Tribunal Administrativo (STA) de Lisboa decidiu que os bisnetos descontentes “não têm razão” e que a sua argumentação é “inaplicável”, “impensável”, “não prevista”, “inútil” e “não consubstanciada”, escreve o juiz Adriano Cunha, relator da decisão do colectivo, que incluiu os juízes Maria do Céu Neves e Cláudio Monteiro.

Os três juízes do STA consideram a acção dos bisnetos queixosos “improcedente”, ou seja, chumbaram-na.

O tribunal pronunciou-se sobre três questões: se os seis bisnetos queixosos têm o poder e a “tutela” de defender o “direito” de Eça “a jazer em paz junto dos seus, na sua terra de direito”; se é obrigatório haver “unanimidade dos descendentes” para trasladar os restos mortais; e se é obrigatório todos os descendentes serem “auscultados”.

No acórdão, os três juízes escrevem que, “ainda que os [seis bisnetos] tivessem razão – que não têm –, haveria de atender-se à posição maioritária dos familiares/descendentes”, pois a regra é “a da vontade maioritária” e, dos 22 bisnetos do escritor, só seis são contra.

Dizem que é “impensável exigir-se unanimidade” sobre a trasladação, porque isso “traduzir-se-ia num direito de veto” e bastaria “apenas um” para bloquear a proposta. E escrevem que “seria impensável que uma posição tomada, [num] momento e num contexto, por parte dos descendentes da altura, pudesse ter o efeito de comprometer, para todo o sempre, a possibilidade de futuras iniciativas de homenagem”.

Dão também razão à Assembleia da República (AR) quando argumentou, no ano passado, que o prazo para a contestação judicial se “esgotara há muito”, pois a “acção impugnatória” dos seis bisnetos deu entrada “quase três anos depois” de o Parlamento aprovar a trasladação.



FOTOS: ADRIANO MIRANDA



Eça de Queiroz morreu em Paris e está sepultado no Cemitério de Santa Cruz do Douro

É “impensável exigir-se unanimidade” sobre a trasladação de Eça de Queiroz

“Ficou provado, com três decisões contrárias do tribunal, que, ao contrário do que dizem, [os bisnetos queixosos] estão em minoria”, sublinhou ao PÚBLICO o escritor Afonso Reis Cabral, trineto de Eça e presidente da Fundação Eça de Queiroz. “Ficou provado que há uma maioria familiar a apoiar a trasladação. Mesmo assim, desrespeitando a maioria familiar, desrespeitando a Fundação Eça de Queiroz [FEQ], instituição na qual a família confiou há 35 anos o legado de Eça, incluindo os seus restos mortais,

desrespeitando o apoio da autarquia de Baião e, acima de tudo, desprezando uma decisão unânime da Assembleia da República, que representa todos os portugueses, os [seis] avançaram com uma acção principal com vista a impedir a trasladação. Como era fácil de prever, perderam de novo, agora pela quarta vez. Não há qualquer sombra de falta de legitimidade sobre o assunto, independentemente do que cada um pense sobre o Panteão.”

Por isso, diz Reis Cabral, “nada obsta” a que o Parlamento marque “quanto antes uma nova data para a cerimónia”.

Quando morreu em Paris, em 1900, Eça foi trasladado para Portugal, teve um funeral com honras de Estado e foi sepultado no jazigo da família da mulher, Emília Resende, no Cemitério do Alto de São João, em Lisboa. Noventa anos depois, por iniciativa da família, o corpo foi trasladado para o Cemitério de Santa Cruz do Douro, no concelho de Baião, onde está desde 1989. O prazo de uso do jazigo ia expirar e a FEQ estava a ser criada ao pé de Baião, tudo se conjugou.

Trinta anos depois, Reis Cabral propôs à FEQ que os restos mortais fossem para o Panteão, ideia apro-

vada pela fundação em 2020. Proposta à AR, o Parlamento aprovou a trasladação em 2021 por unanimidade, à excepção do Chega, que esteve ausente.

Os seis bisnetos que estão contra defendem que os restos mortais devem continuar em Baião e que, em alternativa, deve ser posta no Panteão uma “placa alusiva à sua vida e obra”, como acontece com Aristides de Sousa Mendes, o cônsul de Bordéus que salvou judeus durante a II Guerra Mundial.

A cerimónia chegou a estar marcada para 27 de Setembro de 2023, mas foi cancelada por causa das diligências judiciais dos bisnetos desavindos.

Os três chumbos

A decisão de 20 de Junho do STA surge após três tentativas dos seis bisnetos de bloquearem a trasladação. Em Setembro de 2023, perderam um pedido de urgência para avaliação da providência cautelar para impedir a trasladação; em Outubro, perderam quando o STA rejeitou a providência cautelar; e a seguir perderam o recurso no pleno da secção de contencioso e administrativo do supremo, mais de dez juízes.

Apesar das três decisões negativas sobre a providência cautelar, os seis contestatários avançaram com uma acção principal no STA e, de novo, perderam. Podem ainda voltar a recorrer para o pleno da secção de contencioso e administrativo do Supremo, e podem recorrer para o Tribunal Constitucional.

Para além da maioria dos bisnetos – 13 dos 22 são a favor e três não se pronunciaram –, a autarquia de Baião, a FEQ e a AR são a favor da ida de Eça para o Panteão.

Na conferência de líderes parlamentares de 19 de Junho, o Presidente da AR, José Pedro Aguiar-Branco, disse que tinha recebido uma delegação da FEQ e que, “estando para breve o fim do processo judicial e ultrapassada a divergência que impediu a concretização da resolução aprovada na AR para concessão de honras de Panteão Nacional aos restos mortais de Eça de Queiroz, impunha-se (re)constituir o Grupo de Trabalho para dar andamento ao processo”, com um representante de cada grupo parlamentar.

Uma voz incansável contra os totalitarismos

Obituário

José Riço Direitinho

Ismail Kadaré 1936-2024

O escritor e ensaísta, voz incontornável contra a ditadura de Enver Hoxha, morreu ontem em Tirana

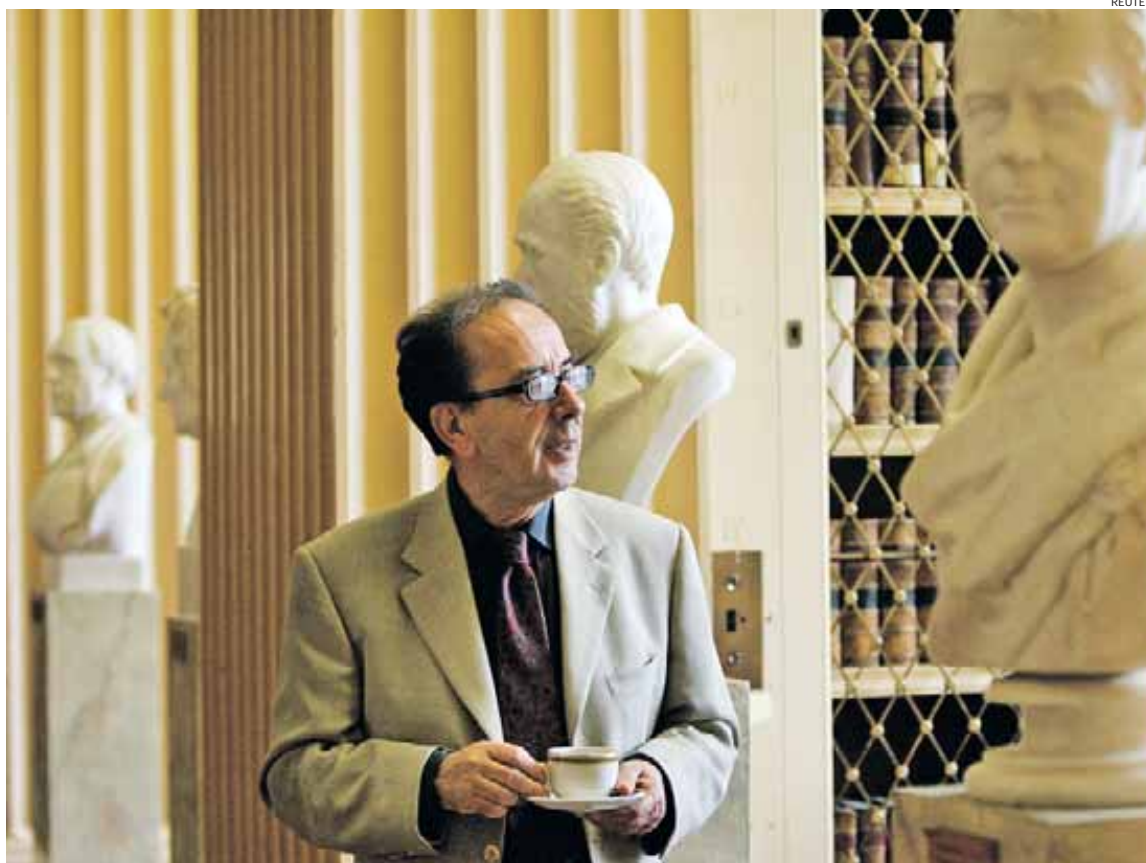
O romancista albanês Ismail Kadaré, nome frequente nas listas de candidatos ao Nobel da Literatura e opositor firme da ditadura de Enver Hoxha (1908-1985) – pouco meses antes da queda do regime comunista, pediu asilo político às autoridades francesas –, morreu ontem em Tirana, aos 88 anos, após ter sofrido um ataque cardíaco.

Voz incansável contra os totalitarismos, Kadaré, que se revelou em 1966 com o romance *O General do Exército Morto* (edição portuguesa da Sextante), nasceu em 1936 numa cidade do sul montanhoso da Albânia, Gjirokaster, e estudou História e Filologia em Tirana e em Moscovo. Viveu depois a Segunda Guerra Mundial e assistiu à sucessiva ocupação da Albânia pelas forças italianas fascistas, pela Alemanha nazi e, posteriormente, pela União Soviética.

Os seus romances mordazes e irónicos, em que o destino mais parece um jogo de máscaras e de rumores, testemunham bastante bem as suas vivências sob o jugo de forças totalitárias. Com vários romances publicados em Portugal, entre os quais se destacam, além do já referido livro de estreia, *Os Tambores da Chuva* (1970), editado pela Quetzal, *O Nicho da Vergonha* (1978), publicado pela Sextante, *Abril Despedaçado* (1980) e *O Palácio dos Sonhos* (1981), ambos com a chancela da Dom Quixote, ou ainda *Um Jantar a Mais* (2009), também pela Quetzal.

Várias vezes referido como um sério candidato ao Nobel da Literatura, a sua obra foi distinguida com importantes prémios literários, entre os quais o Man Booker Internacional (2005), o Príncipe das Astúrias (2009) e o Prémio Jerusalém (2015).

Nos seus livros, tomou a antiguidade clássica (“o mito ilumina o labirinto”, escreveu) – mas não só, também a História de séculos mais recentes – como modelo narrativo e social. E não



REUTERS

apenas como uma tentativa dissimulada de escapar (à época em que escreveu alguns desses livros) à censura da ditadura de Enver Hoxha (foi censurado e proibido pelo regime), mas também para assim melhor analisar as maneiras de funcionamento dos mecanismos do poder e de como este se parece auto-alimentar.

Os seus romances assentam sempre – como aliás toda a grande literatura – na profundidade interior das personagens que cria, com as suas ambiguidades e por vezes inesperados conflitos. As histórias de Ismail Kadaré, quase sempre impregnadas de uma espécie de monotonia cómica-trágica, ora tomam a forma de parábola sobre a tirania, ora ensaiam uma releitura da História contemporânea (não apenas da Albânia, mas também de outros países balcânicos que viveram sob o jugo estalinista), recorrendo para isso bastas vezes às fantásticas lendas balcânicas e a episódios com algum fundo histórico no passado otomano. Na sua escrita, quase sempre soberba e irónica, parece haver uma permanente busca – se é que tal é possível – de um qualquer vestígio de razão, de sentido, por mais pequeno que seja, que justifique

Nos seus livros, Ismail Kadaré tomou a antiguidade clássica (“o mito ilumina o labirinto”, escreveu) – mas não só, também a História de séculos mais recentes – como modelo narrativo e social

algo naquele mar de demência tão característico dos estados totalitários.

Em *O Nicho da Vergonha*, um dos seus romances mais interessantes, Ismail Kadaré serve-se, por exemplo, da História do Império Otomano, do qual a Albânia fez parte durante séculos, governada por tiranos pachás rebeldes que se revoltavam contra o sultão da capital. Depois da Segunda Guerra Mundial, essa mesma Albânia passou a ter um ditador estalinista, Enver Hoxha (1908-1985), que a governou mas, de uma forma ou de outra, desligado da União Soviética. O paralelismo histórico estava feito.

Usando esta fábula alegórica sobre a tirania – e também sobre os caminhos labirínticos que a natureza humana percorre para se adaptar ao poder repressivo de um Estado –, Kadaré denuncia assim os antigos e novos mecanismos de opressão. No caso desta parábola, são as cabeças

cortadas o que parece manter o império, o que o une na sua vasta solidão. Ao longo da história narrada, e sobretudo quando é referida a praça principal da capital, há para o leitor algo de estranho: aquela praça tem turistas, muitos turistas, e outras particularidades inesperadas numa narrativa que tem o século XIX como cenário. É este propositado e talentoso toque de anacronismo (ele não se refere à cidade como Constantinopla, mas é evidente), ou de algo surreal para o leitor, o que lhe oferece o tom de fábula, que declara a história contada como uma metáfora política. Kadaré faz uma espécie de releitura da História contemporânea da Albânia e de outros países.

Noutro dos seus grandes romances, *Um Jantar a Mais*, ele elege a sua cidade natal, Gjirokaster – que curiosamente é também a do ditador Enver Hoxha, que reinou durante quatro décadas –, como cenário para uma espécie de fresco histórico sobre os mecanismos implacáveis e dementes da terrífica ditadura albanesa, interrogando dessa forma a realidade grotesca dos regimes totalitários, principal tema da sua obra. **com Mariana Duarte**

Realizadores detidos por suspeita de abuso sexual

A atriz Judith Godrèche acusou Benoît Jacquot de violação e Jacques Doillon de abuso sexual. Cineastas negam as acusações

Os realizadores Benoît Jacquot e Jacques Doillon foram colocados sob custódia ontem no seguimento das queixas apresentadas por Judith Godrèche, atriz e realizadora de 52 anos, em Fevereiro. A atriz acusou Benoît Jacquot de violação e Jacques Doillon de abuso sexual. Os realizadores negam as acusações.

Os dois advogados dos realizadores denunciaram os “ataques à presunção de inocência” dos seus clientes e a cobertura mediática destas medidas, cita o diário *Le Monde*. A custódia policial poderá permitir confrontos entre os realizadores e Godrèche, revela o diário francês.

Benoît Jacquot “poderá finalmente falar perante os tribunais”, disse a sua advogada, Julia Minkowski, que denunciou a custódia policial como “questionável”, cita o diário.

Já a advogada de Jacques Doillon, Marie Dosé, defende em comunicado que “nenhum dos critérios legais pode justificar esta medida” de custódia policial “36 anos” depois dos acontecimentos denunciados por Godrèche. “[Jacques Doillon] deveria ter sido ouvido no âmbito de uma audiência livre dada a antiguidade dos factos, a sua prescrição adquirida ao longo de mais de duas décadas e o inevitável arquivamento do processo que encerrará esta investigação”, acrescenta Marie Dosé.

Godrèche fez queixa de Jacquot a 6 de Fevereiro, levando o Ministério Público a abrir uma investigação sobre crimes de violação “com uso de violência” contra uma menor. A atriz teve uma relação com o realizador quando ela tinha 14 anos e ele 39. O crime investigado é punível com uma pena que pode chegar aos 20 anos de prisão. Mas pode já ter prescrito. Da mesma forma, Godrèche fez queixa de Doillon a 8 de Fevereiro.

Os dois realizadores foram também acusados de abuso por outras atrizes em investigações feitas pelo *Le Monde*. Jacquot foi denunciado por agressão sexual e violação pelas atrizes Julia Roy e Isild le Besco. Doillon, por sua parte, foi acusado de violação, agressão sexual e assédio pelas atrizes Judith Godrèche, Anna Mouglalis e Isild le Besco. **PÚBLICO**



FOTOS: KARIM TIBARI

Gonçalo Frota, em Essaouira

Tudo muda num minuto. Falta pouco para as cinco e meia da tarde de sábado. No Instituto Francês de Essaouira, um terraço apinhado de gente segue atenta uma conversa entre músicos participantes no 25.º Festival Gnaoua et Musiques du Monde, integrados num programa chamado L'Arbre à Palabres. Falam sobre a música gnaoua, as suas histórias de relação com o festival, e estão munidos dos seus instrumentos para não deixar que o discurso se torne demasiado árido. Uma curta interrupção de uma representante do instituto faz saber que acaba de ser noticiada a morte da princesa Leila Latifa Amahzoune, mãe do rei Mohammed VI. O silêncio pesa perante a incerteza do que significa tamanho anúncio. “Podem falar, mas a música tem de terminar”, acrescenta.

Não demora muito até se espalhar a palavra de que o último dia do festival será cancelado. É essa a mensagem que chega aos jornalistas, é isso que noticia, por exemplo, o site do jornal *Maroc Hebdo*. Em vários pontos de Essaouira, músicos de rua, que ajudam a aquecer o clima de festa que alastra muito para lá da programação e dos pal-

cos oficiais, são abordados pelas autoridades para pararem com as actuações. Muitos não sabem o que se passa. No emaranhado da medina, a enorme multidão, desaguada em Essaouira para um festival que – segundo números fornecidos ao PÚBLICO por Karim Ziad, um dos directores artísticos do evento – passou de 20 mil espectadores na primeira edição (dos tempos em que “era uma cidade à venda, sem quaisquer recursos”) para muito mais de 300 mil nos últimos anos (com um crescimento sustentado no turismo, no surf e no festival), parece circular ainda sem dar mostras de saber que nem uma nota musical se ouvirá durante a noite.

Tudo muda numa hora. Falta pouco para as seis e meia da tarde quando chega a informação (ainda por oficializar) de que, afinal, o Festival Gnaoua não vai parar. E comprova-se logo a seguir. Com um pequeno atraso, o virtuoso músico palestiano Simon Shaheen dá início à sua sublime actuação no Borj Bab Marrakech – o público faz fila à porta quando Shaheen e o quarteto que o acompanha chegam de passo apressado, provavelmente acabados de ser avisados de que tudo seguiria como previsto de início, e antes da actuação a apresentadora lê, enfática e comovida, uma mensagem de condolências da parte do festival.

O diálogo do gnaoua com outras músicas, em Essaouira, é também pela paz

A derradeira noite do Festival Gnaoua et Musiques du Monde esteve perto de ser anulada, mas acabou por se manter. Três dias pautados pela mensagem de paz. Dos BCUC a Zapatero

Depois, segue-se um concerto magistral, Shaheen a alternar entre o *oud* e o violino, entre a música árabe e evocações do jazz e música clássica e cigana centro-europeia (pensemos nos húngaros Muzsikás).

É uma música cheia de alma, triste e contemplativa, às vezes acelerada e inquieta, mas nos antípodas do que mostrara Saint Levant, músico crescido em Gaza e com uma obra fortemente implicada em termos políticos, no palco principal do Festival Gnaoua na véspera. Nos antípodas do concerto que se segue no palco da praia, instalado a dois passos do areal e com o Atlântico por cenário, quando os marroquinos Aïta Mon Amour disparam uma versão eletrónica e intensa da música tradicional aïta, uma longínqua expressão rural das mulheres chikhates, vinda do século XII, e que Widad Mjama (uma das primeiras rappers do país) e Khalil EPI recuperam numa linguagem que, nos momentos mais temperados, pode acercar-se daquilo que conhecemos por trip-hop, mas na maior parte do tempo, com bombos digitais inclementes, sintetizadores e versões eléctricas de instrumentos de cordas tradicionais (adaptações de guembris e bouzoukis) a desenhar melodias, há uma seta a ser expedida repetidas vezes com absoluta pontaria para o alvo da dança.

Mesmo se há um código claríssimo de uma pop global, capaz de passar no Festival Gnaoua a imagem de uma modernidade que também se quer apresentar ao mundo, esta é música com a missão evidente de resgatar o legado destas mulheres e de o devolver para um lugar menos marginal. Da mesma forma que a noite de sexta-feira terminaria com a aclamação ruidosa do cantor palestino Saint Levant, fazedor – a partir dos Estados Unidos – de uma música entalada entre o hip-hop e a pop mais açucarada, de assumido combate pela libertação do seu povo. Os gritos de “*Free, free Palestine*” irrompem nas pausas entre os temas, há muitos keffiyeh entre o público e Levant sabe que tem a multidão do seu lado. Carrega de vez em quando no autotune, não anda longe de um Pedro Mafama com ideário árabe, canta sobre o exílio, enche de energia o palco e não deixa dúvidas quanto ao seu estatuto de estrela por aqui. “Uma coisa sabemos: nunca iremos desistir e regressaremos sempre à nossa terra”, lembra quase na despedida.

Trabalho, trabalho, trabalho

“A aïta devia ter o seu próprio festival”, diz Karim Ziad num encontro com jornalistas estrangeiros. É uma declaração que aponta para dois sentidos em simultâneo: a presença dos Aïta Mon Amour no festival enquadra-se nas propostas pensadas para cativar um público marroquino mais jovem, mas o gnaoua (inscrito no património imaterial da UNESCO)

será sempre o centro do programa deste festival; e a valorização desse género de uma forma mais consequente só poderá vir de uma preocupação concreta na sua preservação e divulgação.

Ziad é desde 2001 um dos directores artísticos (o outro é o maâlem Abdeslam Alikane) do Festival Gnaoua e chegou a esta posição enquanto músico. O baterista argelino, que acompanhou durante alguns anos figuras cimeiras do jazz como Joe Zawinul e Nguyễn Lê, lançou nesse ano um álbum com o grupo Ifrikya, uma criação sua em que juntava várias linguagens musicais, incluindo a música gnaoua e a sua identidade rítmica, juntando já tradição e modernidade. Foi então que, explica ao PÚBLICO, recebeu um desafio: “Queremos esta cor para o festival.”

É por isso que parte da programação do Festival Gnaoua e muitos dos seus momentos maiores vêm anunciados com a palavra “fusão”. São os projectos que Ziad imagina, as ligações entre diferentes músicas do mundo com o gnaoua que lhe parecem possíveis e naturais, tendo em conta uma semelhante origem rítmica no continente africano. É à busca por essa ligação primordial que assistimos do primeiro ao último dia. E logo a partir do concerto de abertura, com os mestres de gnaoua, os maâlem Hassan Boussou e Moulay

“A aïta devia ter o seu próprio festival”, diz Karim Ziad num encontro com jornalistas estrangeiros

El Tayeb Dehbi, a receberem a marfinense Compagnie Dumanlé, os brasileiros Ilê Aiyê e os espanhóis Niño de los Reyes e Sergio Martinez. Ou seja, sob o lema de “amizade transatlântica”, música gnaoua em diálogo com uma companhia de dança da Costa do Marfim (em que as máscaras e trajes ritualísticos são agitados por uma percussão ribombante), o mais antigo bloco do Carnaval baiano com escancarada filiação na cultura iorubá e o flamenco na sua versão dançada e percutida. Uma conversa possível e fluida pelo idioma comum a todos: o ritmo.

“A música gnaoua está na origem dos blues americanos e do candomblé brasileiro”, defende Karim Ziad. “E o meu papel é encontrar essas

Concerto de abertura, com músicos de Marrocos, Costa do Marfim, Brasil e Espanha (à esq.). BCUC e Saint Levant (em baixo)



pontes naturais entre o gnaoua e o resto do mundo.” Ziad identifica os géneros musicais e os grupos que podem encontrar um espaço de colaboração no âmbito do festival, peneira os reportórios de ambos os lados sugerindo pontos de contacto e proporciona residências durante dois ou três dias no festival para que estes encontros resultem num espectáculo em palco. Assim aconteceu também com os senegaleses Ablaye Cissoko & CordaBa e o marroquino Mehdi Qamoum, com a viagem conjunta do maâlem Mohamed Kouyou com músicos malianos, espanhóis e franceses, com o grupo de fusão Bokanté (músicos dos *jazzmen* norte-americanos Snarky Puppy em parceria com a esplendorosa cantora Malika Tirolien e percussionistas de Guadalupe) e o maâlem Hamid El Kasri ou com os sul-africanos BCUC e o maâlem Tariq Aït Hmitti.

“Trabalho, trabalho, trabalho.” Assim resume Jovi Nkosi os seus dias em Essaouira desde que chegou. O cantor principal dos BCUC (Bantu Continua Uhuru Consciousness), um dinamo imparável em palco, possui certamente pelo espírito de James Brown, uma voz arranhada capaz de provocar motins ou levar multidões ao delírio, que corre quando não canta, que faz flexões quando a banda se atira a um trecho instrumental, um homem que é habitado sempre pela esfusante energia da música do grupo (lançada às pazadas e de forma incessante para cima do público). Há quem lhes chame a maior banda do mundo ao vivo – e se alguém quiser desafiá-los nesse capítulo, é bom que se prepare.

O PÚBLICO apanha Nkosi na chegada ao palco da praia, durante a tarde, depois de passado os últimos dias a ensaiar com o maâlem Tariq Aït Hmitti a música que, até então, só existia nas suas cabeças. “Já tínhamos ouvido a música dele em casa, tínhamos investigado o grupo e sabíamos aquilo que tocavam, mas tínhamos de conseguir combinar os dois estilos. Fomos tentando e tentando até que, ah!, descobrimos.” Em palco, é evidente o quanto esse trabalho intenso levou a que temas gnaoua transitassem sem grumos para a poderosa amálgama de referências de que se faz a música dos BCUC. Porque há neste grupo espantoso (que já vimos em Portugal no FMM) tanto de atitude punk, balanço e vozes soule funk, quanto união entre géneros tradicionais zulu, xhosa e sotho. “Nós [BCUC] tomámos a nossa liberdade, não a pedimos a ninguém, e fazemos uma mistura de tradições numa só música. Fomos a primeira banda a fazê-lo. E fazemo-lo porque somos da *township* [periferias das grandes cidades que traçavam a segregação racial no *apartheid*] e os nossos amigos são de outras tribos; queremos usar a riqueza de todas estas tribos, combinar tudo e fazer a nossa música.”

No palco da praia, os BCUC actuam primeiro “a solo”. E arrancam logo na quinta mudança, uma acelerada máquina rítmica que varre tudo à sua passagem, precisando somente de duas vozes, bombos, apitos e baixo. Tudo ritmo. E quando, mais tarde, se lhes junta o maâlem Tariq Aït Hmitti e a sua trupe gnaoua, logo se torna óbvio que é, de novo, o ritmo a construir pontes, e a deixar exposta a linguagem comum e a solução para estas músicas entrarem umas pelas outras, partilharem um espaço sem atrito e soarem não a uma justaposição de estilos, mas a um composto sólido.

Coexistência e paz

É toda uma postura de “coexistência e de paz” que a produtora do festival Nela Tazi vinca no seu discurso de abertura do Festival Gnaoua. E que tem, desde 2012, na ressaca imediata da Primavera Árabe, um Fórum de Direitos Humanos a decorrer em paralelo. Este ano, e consciente de que os seis anos até à organização conjunta do Mundial de Futebol em 2030 estão já ao virar da esquina, o tema do Fórum é a parceria de Marrocos, Espanha e Portugal na organização do evento desportivo e nas questões mais alargadas de cooperação que este pode desencadear. Na sua prelecção como orador principal, o ex-Presidente espanhol José Luis Zapatero chamou-lhe “um Mundial pela Paz”, aproveitando para condenar “a invasão ilegítima da Rússia” e “as acções de barbárie de Israel” na Palestina, e em especial em Gaza.

Em Essaouira, por estes dias, são recorrentes as manifestações públicas de apoio à causa palestiniana, em palco e fora dele. Aqui, nesta cidade marroquina onde se diz que terá andado Jimi Hendrix (há provas de que sim, mas a história parece já uma lenda feita à medida), onde se escutam canções de Pink Floyd ou Bob Dylan a emergir aqui e ali por músicos de rua que gozam os seus minutos de fama perante pequenas multidões generosas em entusiasmo, em que desconhecidos/as se auxiliam em pequenas acções (se há problemas em levantar dinheiro dos multibancos da medina, há quem se ofereça para emprestar graças a uma confiança mútua que impera durante o festival), parece possível que, como diz Jovi Nkosi, “as dinastias e as civilizações se construam através do trabalho e daquilo que erguem em conjunto”. E em que “o futuro se faça pela união com família, amigos e comunidade”. É um sonho que tem para o Soweto, um desejo que aponta para o mundo.

O PÚBLICO viajou a convite do Festival Gnaoua et Musiques du Monde de Essaouira

Três retratos da Terra: eis as primeiras fotografias do novo satélite português

Quatro meses depois do lançamento, as primeiras fotografias do satélite *Aeros* chegaram a Terra. São as primeiras imagens portuguesas vindas do espaço em praticamente três décadas

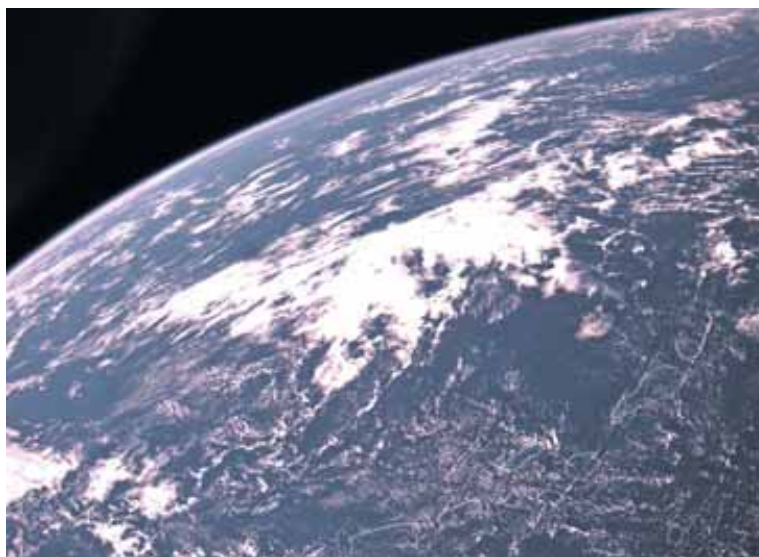
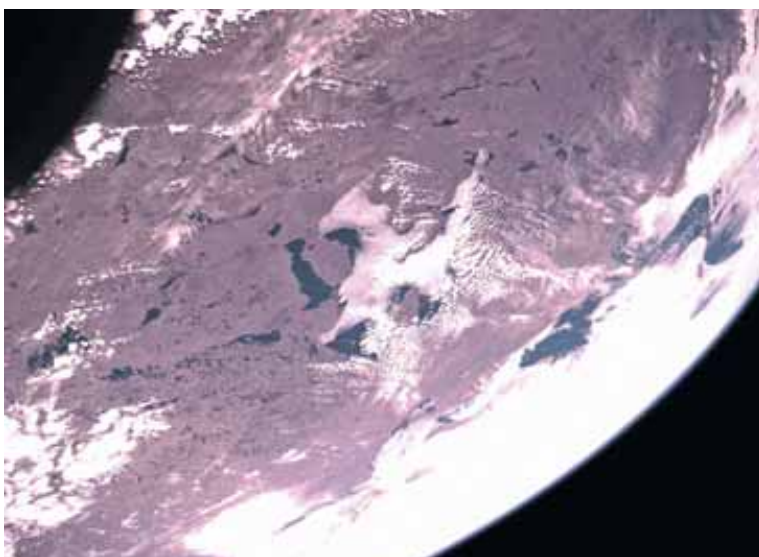
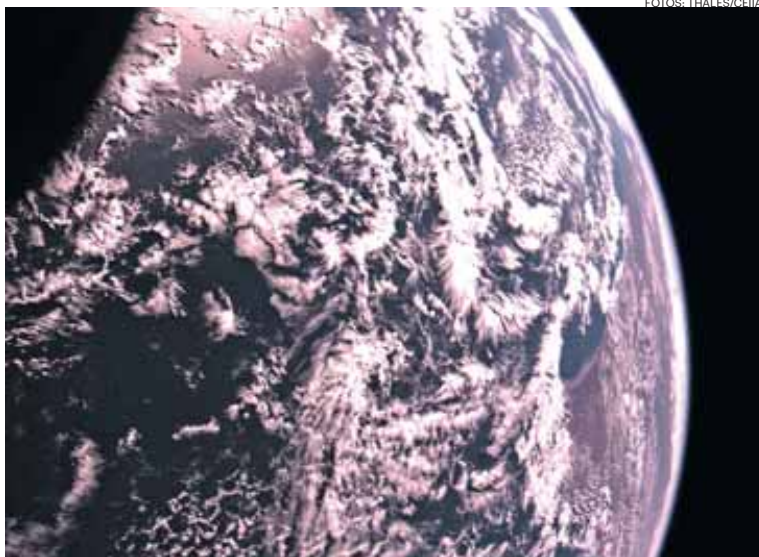
Tiago Ramalho

A curvatura da Terra dá sempre uma boa pose ao nosso planeta no momento de tirar fotografias. As primeiras fotografias do novo satélite português, o *Aeros*, não podiam escapar a esse enquadramento. As três imagens tiradas da órbita baixa do planeta Terra (a 500 quilómetros de altitude) e que agora são divulgadas marcam o regresso destes retratos de longa distância a Portugal – quase três décadas depois.

Não são fotografias com uma qualidade formidável, nem era esse o intuito. Estas três primeiras imagens que mostram a Terra vista de cima em diferentes pontos do globo foram tiradas com a câmara de baixa resolução do satélite, num teste inicial, antes de a missão que levou o *Aeros* até ao espaço avançar. As fotografias foram tiradas com o satélite a sobrevoar a Austrália, o Canadá e a Polinésia Francesa, oferecendo três visões distintas do nosso planeta (Portugal ficará para a próxima).

Depois das imagens do *PoSat-1*, lançado em 1993, que chegou a fotografar Portugal – algo que o *Aeros* também quer replicar nos próximos tempos –, estas são as primeiras fotografias enviadas da órbita da Terra por um satélite português. E são “o culminar da primeira fase da missão”, como enuncia Pedro Nunes, director da comunicação da Thales em Portugal. Além da Thales, este satélite é um projecto liderado também pelo centro tecnológico Ceii, num investimento de quase 2,8 milhões de euros – 1,8 milhões dos quais públicos.

Nesta primeira fase o trabalho, era bastante claro: estabilizar o satélite e testar todas as funcionalidades mais simples, inclusive este tipo de fotografias. Agora sim, avançamos para a missão principal. O *Aeros* leva consigo uma câmara hiperespectral, desenvolvida pela empresa portuguesa Spin.Works, que permitirá observar a cor do oceano Atlântico ou detectar frentes oceânicas, por exemplo. Além disso, conta também com outra carga, um sistema de comunicação (uma espécie de rádio) que servirá para vigiar as “etiquetas” colocadas em tubarões, por exemplo – e que ajudam na conservação destes animais, ao monitorizar a população e os seus movimentos. Em nenhuma destas fotografias se vê o oceano Atlântico, mas este era ape-



As fotografias do satélite português quando da passagem sobre a Austrália, o Canadá e a Polinésia Francesa (de cima para baixo)

nas um teste ao funcionamento da câmara, garantem.

A câmara de baixa resolução que tirou estas três fotografias servirá, nos próximos três anos de missão, apenas como guia para a câmara hiperespectral. Será ao fotografar Portugal que conseguiremos perceber que as centenas de fotografias da câmara hiperespectral se referem a determinada localização. “A partir daqui é redireccionar o satélite para o local que queremos e começar a tirar fotografias de zonas já identificadas por nós”, acrescenta Pedro Nunes, mencionando zonas da região marítima portuguesa que querem estudar.

Se tudo correr conforme previsto pela Agência Espacial Europeia, na próxima semana, já não será apenas

fotografias (ou as primeiras que são boas, já que há sempre fotografias mal tiradas) mostram que o satélite continua bem vivo.

Depois do tiro de partida, quando o *Aeros* chegou ao espaço a bordo da SpaceX, a 4 de Março deste ano, já se sabia que o trabalho seria duro. A experiência portuguesa com satélites era, no máximo, reduzida – o outro satélite português, o *PoSat-1*, fora lançado já em 1993. Daí que José Rui Felizardo veja esta primeira fase como algo “pedagógica”. É um balão de ensaio, complementado com trabalho de observação da câmara hiperespectral e que permitirá preparar os futuros satélites.

Este é ainda um nanosatélite, com apenas 30 centímetros de altura e 4,5 quilos. Nos planos do Ceii está o lançamento de dois satélites bem maiores no final de 2026, os VHR, ou satélites *Very High-Resolution*. Com financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), estes VHR terão uma capacidade de observação e monitorização muito maior – e deverão ser integrados na constelação de satélites Atlântico, uma colaboração entre Portugal e Espanha. “São coisas completamente diferentes”, assume José Rui Felizardo. Afinal, esses são satélites de 300 quilos, uma magnitude bem distinta do *Aeros*.

“Este funcionou, os próximos que lançarmos podem não funcionar. Mas isso faz parte do processo, todos sabemos que a aventura do espaço não se faz só de sucessos”, diz o presidente do Ceii.

Pedro Nunes concorda, afinal este ainda é um terreno de aprendizagem e no qual Portugal não tem tido um papel de destaque, apesar do crescimento empresarial e na formação de profissionais na última década e meia. “Estando a fazer pela primeira vez, há muita aprendizagem a fazer. Construir o satélite, colocá-lo em órbita e começar a operá-lo, ou seja, fazer estes testes de calibração e das cargas enviadas, que é algo novo para todos nós, demorou o seu tempo. Não queríamos ser precipitados”, admite.

Os próximos retratos já deverão ser da câmara hiperespectral e espera-se que as fotografias surjam com maior frequência. Inclusive, como não podia deixar de ser, um retrato de Portugal, com o oceano Atlântico a ladear o país – um clássico que também o *PoSat-1* fixou nos anos 1990.



A partir daqui é redireccionar o satélite para [onde] queremos e começar a tirar fotografias de zonas já identificadas

Pedro Nunes
Thales Portugal

um satélite português no espaço. O lançamento, há muito aguardado, do novo foguetão europeu (Ariane 6) levará consigo o *ISTSat-1*, um nanosatélite do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, criado por estudantes e professores – e cuja descolagem tem sido adiada devido aos atrasos do Ariane 6. A partida está agora prevista para dia 9 de Julho.

Preparar o futuro

“Há sempre questões e dúvidas...”, nota José Rui Felizardo, presidente do Ceii, lembrando-se, por exemplo, de quando se brincava com a possível morte do satélite – afinal, o primeiro sinal de vida do *Aeros* chegou apenas duas semanas depois do lançamento. “Isto vem resolver algumas dessas dúvidas que muitas vezes colocavam”, conclui. Estas primeiras

leituras

publico.pt/leituras

**Lançamento na Cinemateca em Lisboa**

Espelho Mágico: Uma História do Cinema, de Francisco Valente (ed. Orfeu Negro), vai ser apresentado pelo autor e por Susana Bessa na quinta-feira, às 18h30, na Cinemateca Portuguesa. Às 21h45, é exibido o filme *O País das Maravilhas* (2014) de Alice Rohrwacher (com bilhetes à venda)



FERNANDA OLIVEIRA

Com o seu primeiro romance, o escritor do Ceará venceu o National Book Award para obra traduzida

Stênio Gardel no Encontro de Leituras de Julho

O escritor brasileiro irá ao clube de leitura do PÚBLICO e da *Quatro Cinco Um* conversar sobre *A Palavra Que Resta*

Raimundo Gaudêncio, o protagonista de *A Palavra Que Resta*, o romance de estreia do escritor brasileiro Stênio Gardel, decide aos 71 anos ir aprender a ler e a escrever. Há 52 anos, Raimundo tinha recebido uma carta de Cícero, seu amigo de infância e amor de adolescência. Apesar de não a poder ler, Raimundo guardou-a e nunca deixou que lhe fosse lida por outra pessoa.

“Nem remetente nem destinatário, manchado, amassado. O envelope em tempo de partir, como estaria a carta? As letras ainda carregavam o vigor do braço de Cícero, o vigor com que ele abraçava Cícero de volta? A carta separava e ligava a vida dos dois. Palavra danada! Era a voz do fim, eco do passado não vivido. Se tivesse brigado mais, se. E era o último elo com Cícero”, lê-se na página 24 d’ *A Palavra Que Resta*, lançado no Brasil, em 2021, pela Companhia das Letras e publicado em Portugal pela Dom Quixote neste mês de Julho.

Este é o romance que estará em discussão no próximo Encontro de Leituras, o clube de leitura do PÚBLICO e da revista brasileira *Quatro Cinco Um*, que terá Stênio Gardel

como convidado. A sessão realiza-se na terça-feira, 9 de Julho, às 22h em Lisboa, 18h em Brasília, no Zoom, como habitualmente, aberta a todos os que queiram participar. A ID é a 821 5605 8496 e a senha de acesso 719623. A jornalista Isabel Coutinho, responsável pelo site do PÚBLICO dedicado aos livros, o Leituras, e Paulo Werneck, director de redacção da revista brasileira, apresentam juntos o evento.

Stênio Gardel, que nasceu em Limoeiro do Norte, no interior do Ceará, em 1980, trabalha no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Tem participado em colectâneas de contos desde 2017 e escreveu este seu primeiro romance durante os ateliers de narrativa que fez, em Fortaleza, com a professora Socorro Acioili para quem “a magnitude deste romance” está “na invenção de um

enredo poderoso sobre a dor da exclusão — a exclusão da miséria, do analfabetismo, da solidão, do preconceito.”

A Palavra Que Resta foi semifinalista do Prémio São Paulo de Literatura em 2022 e esteve entre os nomeados para o Prémio Literário de Dublin em 2024. O romance recebeu o National Book Award 2023 para melhor obra traduzida de literatura, pela edição em inglês *The words that Remain*, com tradução de Bruna Dantas Lobato. Stênio Gardel e a tradutora tornaram-se os primeiros brasileiros a receber este importante prémio nos EUA e na mesma categoria concorriam obras de Pilar Quintana, David Diop, Mohamed Mbougar Sarr e Fernanda Melchor.

“Estar ali e receber o prémio é uma conquista que deixa a gente tonto, ainda mais para mim e Bruna, que viemos do Ceará e do Rio Grande do Norte. É uma grande realização”, disse Stênio Gardel, depois de vencer o prémio, à *Quatro Cinco Um*. “Essa vitória entra [para a história] pela minha própria presença como autor gay. Que o livro possa inspirar outros meninos, adultos e velhos a persistir.” PÚBLICO



A Palavra Que Resta
Autoria: Stênio Gardel
(Ed.: Dom Quixote; 176 págs; 16,60€.
Já nas livrarias)

Sugestões



Dedico-lhe o Meu Silêncio
Autoria Mario Vargas Llosa
Tradução: Cristina Rodriguez e Artur Guerra; (Quetzal Editores. 256

págs; 18,80€. Quinta-feira nas livrarias)

“Um livro sobre o poder redentor da música e a sua beleza. É aos leitores que Mario Vargas Llosa dedica o seu silêncio — depois deste derradeiro romance”, lê-se na contracapa deste romance do Prémio Nobel da Literatura 2010 que completou 88 anos em Março passado. O protagonista desta história é Toño Azpilcueta, um especialista em música crioula que descobre Lalo Molino — personagem de outra obra de Llosa, *Travessuras da Menina Má*. O romance passa-se nos anos 1990 durante a ofensiva violenta do movimento comunista Sendero Luminoso no Peru. “Se este romance é o canto do cisne de Vargas Llosa, é difícil imaginar um que fosse melhor. O sonho utópico da reconciliação através da música”, escreveu o *The Times Literary Supplement*. Numa nota final, Llosa diz que agora quer escrever um ensaio sobre Sartre.



O Acumulador
Autoria: João Melo
(Editorial Caminho; 136 págs; 16,90€.
Já nas livrarias)

Este é o oitavo livro de contos do

angolano João Melo, que em 2023, com o livro *Diário do Medo*, venceu o Prémio de Literatura dst Angola/Camões. “Neste novo livro, o autor prossegue o seu projecto político-literário: interrogar-se sobre a sociedade e a política angolanas. Além da história e da política do seu país, as relações interpessoais, marcadas por sentimentos partilha dos universalmente, são também tratadas nestes contos. Temas inevitáveis, como identidade e raça, são referidos com naturalidade, sem maiores dramatismos”, diz a editora. “Marca registada do seu estilo narrativo, o humor (...) está presente na maioria dos contos (...), a começar pelo que lhe serve de título.”



Coisa que Não Edifica Nem Destrói — 2.º volume
Autoria: Ricardo Araújo Pereira
(Ed.: Tinta-da-China; 120 págs;

16,90€. Já nas livrarias)

Ricardo Araújo Pereira publicou agora o segundo livro com os textos originais que escreveu como guião para a primeira parte de cada episódio do podcast *Coisa Que Não Edifica Nem Destrói* (disponível nas plataformas habituais e nos sites do Expresso e da SIC), onde fala sobre humor. A segunda parte, em que R.A.P. conversa com convidados, ficou fora do livro. Desta vez, o humorista discorre sobre “políticos e palhaços” (e personagens de Shakespeare); sobre “esses malandros”; sobre “rir de tudo e rir de nada”; sobre “pugilismo”; sobre “viagra espiritual”; sobre “uma coisa engraçada que me aconteceu a caminho da sepultura”; sobre “coisas leves e pesadas” e sobre “o meu corpo”. Fica a dica: abram o livro e ao mesmo tempo o episódio do podcast correspondente. É como se R.A.P. o estivesse a ler para nós.



Pequenos Humanos, Grandes Emoções
Autoras: Alyssa Blask Campbell e Lauren Stauble;
(Trad: Ed.: Ideias de Ler; 344 págs;

18,85€. Já nas livrarias)

“O que querem para os vossos filhos quando crescerem?”, perguntei a quarenta e dois pais num seminário. Trinta e oito deles deram-me a mesma resposta: que os filhos fossem felizes.(...) Mas será alguém feliz o tempo todo? O que acontecerá quando alguém lhes tirar o brinquedo? (...) A vida é complicada, a experiência humana inclui uma complexa variedade de emoções desde muito cedo. (...) O que quero é que tenham as ferramentas necessárias para gerir e processar as inevitáveis coisas difíceis, de modo a poderem ter uma vida que lhes pareça coesa, solidária e curiosa. (...)”, escrevem neste guia as especialistas em educação infantil.

Guia

Cinema

Porto

Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
Ainda Temos o Amanhã M14. 14h30, 21h30; **O Sabor da Vida** M12. 16h30; **A Natureza do Amor** M14. 15h; **Manga d’Terra** M14. 17h30; **A Quimera** M12. 19h15; **A Doce Costa Leste** M14. 21h45; **2046** M12. 19h30
Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T. 16996
O Clube dos Milagres M12. 13h10, 15h40, 18h20, 21h; **Garfield: O Filme** M6. 11h, 14h30, 17h20 (VP); **Assassino Profissional** M12. 20h40; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h20, 16h, 18h45, 21h40; **O Exorcismo** 22h; **Soma das Partes** M12. 18h40, 20h50; **Época de Caça** M12. 13h50, 16h20; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. Sala Atmos - 10h50, 13h40, 16h10, 18h50 (VP), 19h, 21h30 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h30, 15h50, 18h30, 21h20; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 14h, 16h30
Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
A Doce Costa Leste M14. 21h30

Aveiro

Cinemas Nos Glicínias
C.C. Glicínias, Lj 50. T. 16996
Garfield: O Filme M6. 13h25, 16h10, 18h55 (VP); **Assassino Profissional** M12. 21h40, 00h30; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h50, 17h15, 20h45, 24h; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h10, 15h45; **O Exorcismo** 21h50, 00h15; **Contra Todos** M14. 14h15, 17h; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. 13h40, 16h20, 19h (VP), 18h40, 21h10, 23h40 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** Atmos - 14h, 17h30, 20h30, 23h30; **The Bikeriders** M14. Sala Atmos - 19h45, 22h30

Braga

Cinemas Nos Braga Parque
Quinta dos Congregados. T. 16996
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 21h10, 00h20; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 20h50, 00h05; **Garfield: O Filme** M6. 10h40, 13h05, 15h30, 18h (VP); **Assassino Profissional** M12. 13h10, 15h50, 18h50, 21h40, 00h25; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 13h, 15h40, 18h20, 21h, 23h50; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 10h50, 13h15, 15h20, 17h40, 19h50, 22h10, 00h15; **O Exorcismo** 14h, 16h40, 19h10, 22h, 00h35; **The Bikeriders** M14. 13h20, 16h20, 19h05, 21h50, 00h30; **Época de Caça** M12. 13h50, 16h30; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. 11h, 13h30, 16h, 18h30 (VP), 11h10, 19h, 21h30, 24h (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 11h20, 13h40, 16h10, 18h40, 21h20, 00h10
Cineplace Nova Arcada - Braga
Pinóquio14h50 (VP); **O Clube dos Milagres** M12. 21h30; **IF: Amigos Imaginários** M6. 16h50 (VP); **Garfield** 13h10, 15h10, 17h20, 19h30 (VP); **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 15h10, 17h20 (VP); **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 20h; **Heróis na Hora** M6. 13h20 (VP); **Contra Todos** M14. 19h; **The Bikeriders** M14. 21h40; **Mamonas Assassinas** 19h30; **Época de Caça** M12. 21h20; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. Xplace Atmos - 13h, 15h, 17h, 19h (VP), 21h (VO); **Hammarskjöld - Luta Pela Paz** M12. 21h50; **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. Xplace Atmos - 13h, 15h10, 17h20, 19h30, 21h40; **À Mesa da Unidade Popular** M12. 21h30; **Bad Boys** Xplace Atmos - 14h30, 16h50, 19h10, 21h30; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. 13h30, 14h, 15h30, 16h, 17h30, 18h, 19h30 (VP); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 15h30, 17h40, 19h50, 22h

Coimbra

Auditório Salgado Zenha
Universidade de Coimbra. T. 239410408

A Doce Costa Leste

Estreias

Gru - O Maldispuesto 4
De Chris Renaud, Patrick Delage. Com Steve Carell (Voz), Kristen Wiig (Voz), Joey King (Voz), Will Ferrell (Voz), Sofia Vergara (Voz). EUA. 2024. 95m. Animação, Comédia. M6.
Com a família ao seu lado, Gru sente-se realizado como nunca imaginara possível. Mas tudo se complica quando vem a saber que Maxime Le Mal, seu inimigo mortal, acabou de escapar da prisão com intenções de o destruir

O Clube dos Milagres
De Thaddeus O’Sullivan. Com Maggie Smith, Laura Linney, Kathy Bates, Agnes O’Casey, Stephen Rea. IRL/GB. 2023. 90m. Comédia Dramática. M12.
Irlanda, finais da década de 1960. Lily, Eileen e Dolly são amigas de longa data e partilham um sonho: visitar o santuário de Lourdes, nos Pirenéus franceses. Quando descobrem que um concurso de talentos organizado pela igreja tem como prémio uma excursão ao local, decidem concorrer.

Um Lugar Silencioso: Dia Um
De Michael Sarnoski. Com Joseph Quinn, Djimon Hounsou, Alex Wolff. EUA. 2024. 100m. Terror. M14.
Prequela de “Um Lugar Silencioso” (2018), este filme apocalíptico tem início no dia em que a Terra foi invadida por criaturas alienígenas que quase extinguiram a vida no planeta ao usar a sua audição extraordinariamente sensível para caçar.

A Besta
De Bertrand Bonello. Com Léa Seydoux, George MacKay, Guslagie Malanda. FRA. 2024. 146m. Drama. M14.
A acção decorre em três períodos: nos anos 1910, 2014 e 2044. Em 2044, Gabrielle vive

Dias Perfeitos M12. 11h; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 15h; **À Mesa da Unidade Popular** M12. 18h
Casa do Cinema de Coimbra
Av. Sá da Bandeira 33. T. 239851070
O Rapaz e a Garça M12. 14h30; **Lupin III: O Castelo de Cagliostro** M12. 19h10; **Ainda Temos o Amanhã** M14. 16h50; **Cinemas Nos Alma Shopping**
R. Gen. Humberto Delgado. T. 16996
Dalíland M12. 13h20, 16h; **Challengers** M12. 21h40; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 22h; **O Clube dos Milagres** M12. 13h30, 15h50, 18h10, 20h30;

num mundo gerido pela inteligência artificial, onde existe uma tecnologia que permite aos seres humanos purificarem o seu ADN. Ao aceder passar por essa experiência, ela mergulha em duas existências passadas, cruzando-se com um homem que amou.

A Doce Costa Leste
De Sean Price Williams. Com Jack Irv, Talia Ryder, Ella Rubin, Tess McMillan. EUA. 2023. 104m. Drama. M14.
Durante uma viagem de estudo à cidade de Washington, Lillian afasta-se dos seus colegas e foge. Desapegada de tudo e de todos, embrenha-se pelas cidades e florestas da costa leste dos EUA, envolvendo-se em aventuras inesperadas e conhecendo pessoas ao longo do caminho.

À Mesa da Unidade Popular
De Camilo De Sousa, Isabel Noronha. POR. 2024. 85m. Documentário. M12.
Com realização de Isabel Noronha e Camilo de Sousa, este documentário junta vários moçambicanos que conversam sobre o passado de modo a “revisitar o processo de construção de uma nação e da utopia partilhada da construção de uma sociedade mais justa.”

Hammarskjöld - Luta Pela Paz
De Per Fly. Com Mikael Persbrandt, Francis Chouler, Cian Barry, Hakeem Kae-Kazim. África do Sul/SUE/NOR. 2023. 114m. Thriller, Biografia. M12.
A acção decorre em 1961, quando o estadista Dag Hammarskjöld ocupava o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. Após o golpe militar ter deflagrado na recém-formada República Democrática do Congo, Hammarskjöld tenta um acordo de paz entre as partes.

IF: Amigos Imaginários M6. 14h50, 17h50 (VP); **Garfield: O Filme** M6. 14h10, 16h50, 19h30 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 15h30, 18h30, 21h20; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 14h20, 16h30; **O Exorcismo** 15h, 18h, 20h50; **Soma das Partes** M12. 14h40, 17h, 18h50; **Época de Caça** M12. 20h40; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. 13h40, 16h20, 19h (VP), 18h40, 21h10 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 14h, 16h40, 19h20, 21h50; **Ovnis, Monstros e Utopias: Três Curtas Queer** M14. 21h; **A Besta** M14. 18h20, 21h30

As estrelas			
	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
			
O Amor Segundo Dalva	—	★★★★☆	★★★★☆
A Besta	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
The Bikeriders	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Bolero	★★★★☆	—	★★★★☆
Comandante	—	★★★★☆	★★★★☆
Dalíland	★★★★☆	—	★★★★☆
A Doce Costa Leste	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
O Homem dos Teus Sonhos	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Manga d’Terra	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
À Mesa da Unidade Popular	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Onde Está o Pessoa?	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Pedágio	—	★★★★☆	★★★★☆
Sob as Águas do Sena	—	—	🌞
Soma das Partes	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
👉 Mau 🌟🌟🌟🌟🌟 Mediocre 🌟🌟🌟🌟🌟 Razoável 🌟🌟🌟🌟🌟 Bom 🌟🌟🌟🌟🌟 Muito Bom 🌟🌟🌟🌟🌟🌟 Excelente			

Cinemas Nos Fórum Coimbra
Fórum Coimbra. T. 16996
O Reino do Planeta dos Macacos M12. 21h; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 19h30; **Garfield: O Filme** M6. 15h, 18h (VP); **Assassino Profissional** M12. 14h45, 17h45, 21h15; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 14h30, 18h15, 21h45; **The Bikeriders** M14. 22h; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. 14h, 16h40, 19h20 (VP), 19h, 21h30 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 14h15, 17h, 19h40, 22h15
Teatro Académico de Gil Vicente
Av. Sá da Bandeira. T. 239855630
O Amor Segundo Dalva M14. 18h30
Stalker 21h30;

Covilhã

Cineplace - Serra Shopping - Covilhã
Centro Comercial Serra Shopping, Avenida Europa, Lt 7.
O Clube dos Milagres M12. 17h40; **Garfield: O Filme** M6. 15h, 17h10 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 19h20, 21h40; **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 13h (VP); **The Bikeriders** M14. 21h30; **Época de Caça** M12. 15h20; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. 13h20, 13h30, 15h30, 17h30, 19h30 (VP), 21h30 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h, 15h, 17h10, 19h20, 21h30; **À Mesa da Unidade Popular** M12. 19h40

Gondomar

Cinemas Nos Parque Nascente
Praceta Parque Nascente, nº 35. T. 16996
Tarot - Carta da Morte M16. 20h10, 22h30; **O Reino do Planeta dos Macacos** M12. 12h20, 15h35, 19h10, 22h20; **Os Estranhos: Capítulo 1** M16. 19h30, 22h, 00h15; **Furiosa: Uma Saga Mad Max** M14. 14h40, 18h10, 22h10; **Garfield: O Filme** M6. 10h40, 13h20, 15h50, 18h50 (VP); **Assassino Profissional** M12. 14h20, 17h20, 20h, 22h50; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 12h40, 15h30, 18h40, 21h20, 24h; **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 10h50, 14h10, 16h40 (VP); **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h40, 16h, 18h, 20h20, 22h40; **O Exorcismo** 13h30, 16h10, 19h, 21h40, 00h30; **The Bikeriders** M14. 14h, 17h, 20h50, 23h40; **Mamonas Assassinas: O Filme** M12. 21h50, 00h20; **Época de Caça** M12. 13h, 15h20; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. 11h, 12h30, 15h, 17h40, 18h30, 21h, 23h30 (VP); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. Sala Atmos - 13h10, 15h40, 18h20, 21h30, 00h10

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em **cinecartaz.publico.pt**



Guarda

Cineplace La Vie - Guarda
Garfield: O Filme M6. 15h, 17h10 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 21h30; **Dragonkeeper - Ping e o Dragão** M6. 13h (VP); **Contra Todos** M14. 21h; **The Bikeriders** M14. 19h10; **Época de Caça** M12. 18h30; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. 13h30, 14h30, 15h30, 16h30, 17h30, 19h30 (VP), 21h30 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h, 15h10, 17h20, 19h30, 21h40

Guimarães

Castello Lopes - Espaço Guimarães
25 de Abril, Silvaes. T. 253539390
Garfield: O Filme M6. 14h35 (VP); **Assassino Profissional** M12. 16h55, 19h15, 21h35; **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 14h15, 16h40, 19h05, 21h30; **The Bikeriders** M14. 14h20, 16h45, 19h10, 21h35; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. 13h10, 15h15, 17h20, 19h25 (VP), 21h30 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h10, 15h15, 17h20, 19h30, 21h40
Castello Lopes - Guimarães Shopping
Lugar das Lameiras. T. 253520170
Garfield: O Filme M6. 14h, 16h20, 18h40 (VP); **Bad Boys: Tudo ou Nada** M14. 14h15, 16h40, 19h05, 21h30; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 21h15; **O Exorcismo** 13h40, 15h40, 17h40, 19h40, 21h40; **The Bikeriders** M14. 14h20, 16h45, 19h10, 21h35; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. 13h10, 15h15, 17h20, 19h25 (VP), 21h30 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h10, 15h15, 17h20, 19h30, 21h40

Maia

Castello Lopes - Mira Maia Shopping
Lugar das Guardieiras. T. 229419241
Bad Boys: Tudo ou Nada M14. 14h15, 16h40, 19h05, 21h30; **The Bikeriders** M14. 14h20, 16h45, 19h10, 21h35; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. 13h10, 15h15, 17h20, 19h25 (VP), 21h30 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h10, 15h15, 17h20, 19h30, 21h40
Cinemas Nos MaiaShopping
C.C. MaiaShopping, Lj 2.4.3. T. 16996
Garfield 14h, 16h30, 19h (VP); **Bad Boys** M14. 13h10, 15h50, 18h20, 21h30; **Haikye!! A Batalha na Lixeira** M6. 13h50, 16h20; **O Exorcismo** 21h40; **The Bikeriders** M14. 21h; **Gru - O Maldispuesto 4** M6. 13h30, 16h, 18h30 (VP), 18h50, 21h10 (VO); **Um Lugar Silencioso: Dia Um** M14. 13h20, 16h10, 18h40, 21h20

Lazer

MÚSICA

Matosinhos em Jazz
MATOSINHOS Jardim Basílio Teles e Praça Guilhermina Suggia. De 1/7 a 31/7. Grátis
É com a habitual exposição com reinterpretações de capas icónicas de álbuns de jazz por artistas portugueses que se abre a cortina do Matosinhos em Jazz. Dino D’Santiago, Cláudia Guerreiro, Mariana A Miserável, Raquel Belli e Francisco Fonseca são os convocados a dar asas à criatividade na edição deste ano. O cartaz musical é servido ao sábado e domingo e traz as notas de Mário Costa, Nout Trio, Moses Boyd, Jasmine Myra, Ego Ella May e Eduardo Cardinho. Para o encerramento, a 25 e 26 de Julho, estão reservados dois momentos especiais: o primeiro presta tributo ao trompetista de jazz americano Thad Jones e está por conta de Nick Marchione & Orquestra Jazz de Matosinhos; o segundo vem apresentado como “um exercício de uma *sinfonietta* pensada como um código informático e contaminada pelo hip-hop, grime e electro”, cortesia da Orquestra Sinfónica do Porto Casa da Música & DJ Switch.

EXPOSIÇÕES

Formas dos Futuros ao Redor
PORTO Galeria Municipal do Porto. De 15/6 a 15/9. Terça a domingo, das 10h às 18h. Grátis
Com curadoria de João Laia, a exposição propõe-se a desafiar as “narrativas dominantes” e a pensar o futuro seguindo uma “perspectiva *queer* expandida, capaz de repensar corpos, espaços e tempos”, detalha a folha de sala. Para o manifesto contribuem os artistas Ana Vaz, Ania Nowak, Joana da Conceição, KEM, Luiz Roque, María Jerez, Osías Yanov, Outi Pieski, P. Staff, Rodrigo Hernández e Sandra Mujinga.

Um Figurado com Tradição
BARCELOS Torre Medieval. De 24/5 a 14/7. Segunda a sexta, das 9h30 às 17h30; sábado, domingo e feriados, das 10h às 13h e das 14h30 às 17h30. Grátis
Os vidrados em tons de verde e o universo fantástico “povoado por criaturas bizarras” caracterizam a obra certificada de António Ramalho (n.1969), filho de Barcelos e seguidor do legado artístico de Júlia (sua mãe) e Rosa Ramalho (bisavó).

Jogos Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos



EuroDreams 4 8 11 12 20 38 2
1.º Prémio 20.000€/mês x 30 anos
Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

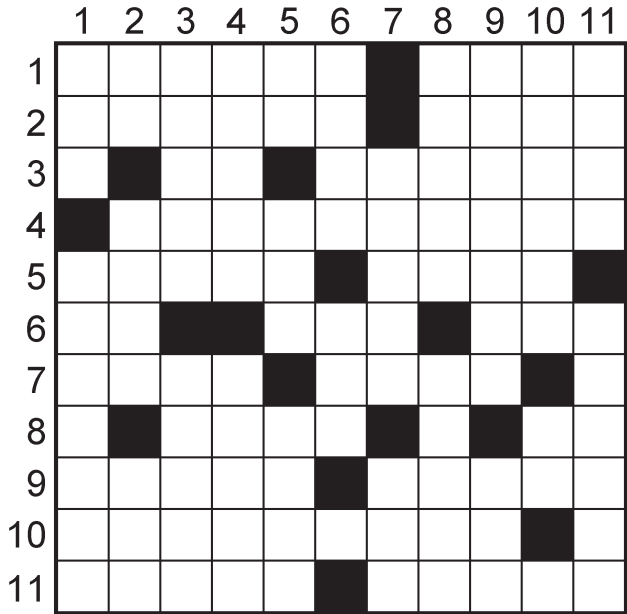
Lotaria Clássica 4 1 5 5 0
1.º Prémio 600.000€
Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas12.479

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

Horizontais: 1. (...) Bordalo Dias, o genial alquimista da música portuguesa (1948-2024). Rosto. 2. Governar (o navio). Escavar. 3. Prefixo que exprime a ideia de dois, duplicidade. Consideração. 4. Estão a desaparecer em Portugal. 5. Encolerizar. Fronteira. 6. Velo. Aia. Redução de para. 7. Estaleiro. Globo. 8. Componente orgânico do solo derivado da decomposição de matéria animal e vegetal que existe (em mistura). Apelido. 9. Armadilha (regional). Mesmo nascendo depois da pandemia, continuam a ter dificuldades na linguagem. 10. Velocipede de duas rodas. 11. Fruto silvestre. Baliza.
Verticais: 1. Pede prudência no OE e duvida da eficácia do IRS Jovem. Peça metálica para bater às portas. 2. Autores (abrev.). Brinquedo que se faz girar. Órgão onde se formam nefrólitos. 3. Tecer. Se é frito não é de Setúbal. 4. Tecido de esparto onde se deita azeitona para espremer. Latir. 5. Tântalo (s. q.). Fúria. Padiola. 6. Verbal. Reduzo a pó. 7. “Quem dá e torna a tirar, ao inferno vai (...)”. Pessoa amada. 8. Feitio. Tecido felpudo de lã. 9. Manjar delicado. Botequim. 10. Fazer troça de. Catedral. 11. Deus do Amor entre os Gregos. O que vive com mulher com a qual não é casado.

Solução do problema anterior
Horizontais: 1. Cargaleiro. 2. Enode. Prear. 3. Ode. Dei. 4. Rubor. INEM. 5. Pé. Runas. 6. Jovens. Ma. 7. Acume. Sórór. 8. SOS. Zr. Le. 9. Mi. Acidar. 10. Acupunctura. 11. Rei. Reozem.
Verticais: 1. CEO. Plasmar. 2. André. Coice. 3. Roeu. Jus. Ui. 4. Gd. Boom. LP. 5. Aedo. Vez. Ur. 6. Erre. Rane. 7. Epi. Uns. CCC. 8. Ir. Insólito. 9. Reina. Reduz. 10. OA. Esmo. Are. 11. Rum. Araram.



Bridge

João Fanha
bridgepublico@gmail.com

Dador: Norte
Vul: Ninguém

NORTE
♠ K63
♥ K62
♦ Q43
♣ A974

OESTE
♠ 5
♥ 109743
♦ J1096
♣ 1063

ESTE
♠ J1094
♥ J
♦ AK85
♣ QJ85

SUL
♠ AQ872
♥ AQ85
♦ 72
♣ K2

Oeste	Norte	Este	Sul
	1 ♣	passo	1 ♠
passo	1ST	passo	2 ♦
passo	2 ♠	passo	4 ♠

Todos passam
Leilão: Qualquer forma de Bridge. 1 – Novo menor *forcing*. Essencialmente, visa encontrar três cartas de fit a espadas
Carteio: Saída: J ♦. A defesa começa por jogar três vezes ouros e Sul corta a terceira. Sul tira ainda o Ás e o Rei de trunfo e constata que Este detinha originalmente J1094 de trunfo. Como continuaria?

Solução: Portanto, a defesa tem direito a uma vaza a trunfo, para além dos dois ouros que já tinha feito de início. Já não temos margem para brincar. Contrariamente às aparências, é possível ganhar, mesmo se as

copas não estiverem divididas 3-3! Mesmo que seja Este a ter quatro cartas a copas! Como? No último caso, uma variante da manobra de Guillemard pode servir, o adversário comprido em trunfo será forçado a assistir quatro vezes a ouros, permitindo que se use o último trunfo do morto para cortar. Mas, é possível jogar de uma maneira que permite garantir o contrato, desde que Este tenha pelo menos uma carta a copas. Como?
Rei de copas e copa. Se Este cortar poupamos o Ás e a Dama de copas para fazer mais tarde e a defesa não poderá fazer mais nada. Se Este assistir, ou baldar, voltamos ao morto através do Ás de paus para insistir uma vez mais em copas. O mesmo filme... Se Este for assistindo sempre, continuamos a jogar copas e talvez aconteça a manobra de Guillemard...

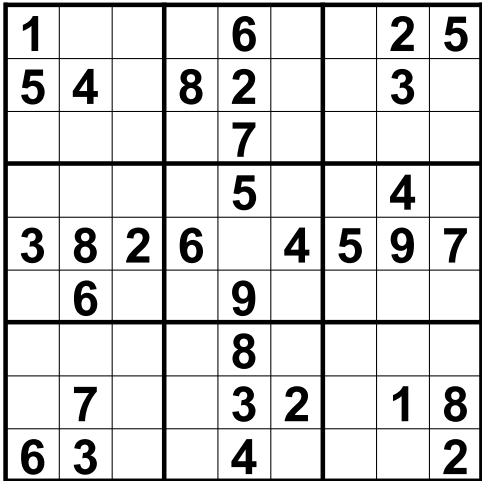
Considere o seguinte leilão:
Oeste Norte Este Sul
1 ♥ passo 1 ♠
passo 2 ♦ passo ?
O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠ Q743 ♥ 6 ♦ K842 ♣ QJ54

Resposta: Embora o parceiro possa ainda poder ter 17 pontos de honra, não o encoraje a ir mais longe com estes maus 8. O passe é o mais sensato a fazer.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

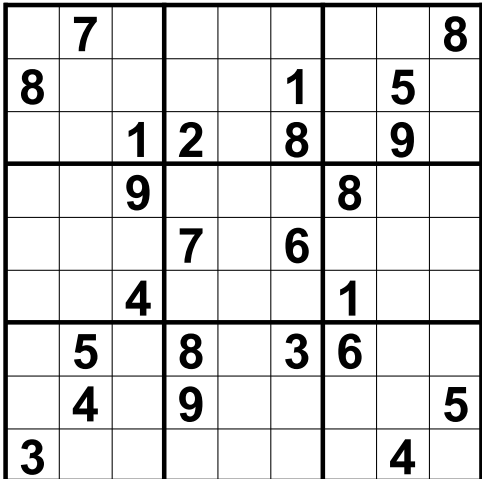
Problema 12.722 (Fácil)



Solução 12.720

9	4	2	3	5	7	1	6	8
8	3	6	1	4	2	5	9	7
7	5	1	6	9	8	3	2	4
2	8	5	7	3	9	6	4	1
3	6	4	2	1	5	8	7	9
1	7	9	4	8	6	2	5	3
4	2	3	5	7	1	9	8	6
5	1	8	9	6	4	7	3	2
6	9	7	8	2	3	4	1	5

Problema 12.723 (Difícil)



Solução 12.721

4	1	9	5	3	2	8	6	7
5	8	3	1	7	6	4	9	2
6	7	2	8	9	4	5	1	3
9	3	5	2	8	7	1	4	6
1	4	7	9	6	3	2	5	8
8	2	6	4	5	1	3	7	9
2	6	8	7	4	5	9	3	1
3	9	4	6	1	8	7	2	5
7	5	1	3	2	9	6	8	4

CINEMA

Wyatt Earp
Hollywood, 21h30
Wyatt Earp foi o regresso de Lawrence Kasdan ao *western* depois de *Silverado* (1985). O cineasta foi também o autor do argumento deste épico biográfico da lenda do Oeste americano, em colaboração com Dan Gordon. Kevin Costner, ainda hoje dado a este género cinematográfico – o seu novo filme, *Horizon: Uma Saga Americana – Capítulo 1*, estreia-se esta semana –, é Wyatt Earp, o fora-da-lei que chegou a xerife, Isabella Rossellini é a interessante Big Nosed Kate e Dennis Quaid o leal amigo Doc Hollyday. Como não podia deixar de ser, o percurso de Earp culmina no duelo no O.K. Corral, um dos mais famosos e retratados duelos de sempre. Owen Roizman foi nomeado nos Óscares, em 1995, na categoria de melhor fotografia.

Um Lugar Silencioso
TVCine Action, 17h55
Num futuro não muito distante, a Terra foi invadida por criaturas alienígenas que, embora cegas, possuem uma audição extremamente sensível. Letais para qualquer ser vivo, caçam através do som. Com praticamente toda a população terrestre extinta, Evelyn e Lee sobrevivem há vários meses com os seus três filhos pequenos numa quinta isolada no Norte de Nova Iorque. Aqui, onde o perigo é activado pelo ruído e qualquer descuido pode significar a morte, têm de permanecer em silêncio absoluto, comunicando através de linguagem gestual e usando todas as estratégias possíveis para não se fazerem notar... Uma história pós-apocalíptica de terror realizada por John Krasinski que conta com o próprio Krasinski e Emily Blunt (sua mulher) no elenco. Deu uma sequela e uma prequela, agora nos cinemas.

Carla
RTP2, 23h32
Telefilme biográfico sobre Carla Fracci (1936-2021), a grande bailarina italiana e uma das maiores de todo o século XX, acompanhando-a desde os tempos iniciais de estudante. Realizado por Emanuele Imbucci e inspirado na sua autobiografia, *Passo dopo passo. La mia storia*, fala dos altos e baixos da carreira notável da bailarina, que envolvem ter voltado a dançar a alto nível mesmo após a gravidez, algo praticamente inédito no seu meio. Foca muito o momento em que, com o parceiro Rudolf Nureyev, levou o *Quebra-Nozes* de Tchaikovsky ao palco do La Scala.

Televisão

Os mais vistos da TV				
Domingo, 30				
		%	Aud.	Share
Euro 2024: Oitavos...	SIC	17,3	33,6	
Big Brother – Os Finalistas	TVI	10,5	23,8	
Casados À Primeira...	SIC	10,1	19,0	
Big Brother	TVI	9,9	18,6	
Big Brother – O Vencedor	TVI	9,4	32,1	
FONTE: CAEM				

RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.23** Escrava Mãe **15.21** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo

19.00 Telejornal **19.50** Futebol: Euro 2024 - Áustria-Turquia

22.04 Joker

23.01 Portugal Fenomenal

23.53 Noites do Euro

1.00 S.W.A.T.: Força de Intervenção

2.25 A Vida Privada dos Livros **2.40** Escrava Mãe

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.15** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz de Portugal **12.59** Primeiro Jornal **14.45** Linha Aberta **16.05** Júlia **18.05** Morde & Assopra **18.30** Terra e Paixão

19.10 Casados à Primeira Vista

19.57 Jornal da Noite

21.55 A Promessa

22.45 Senhora do Mar

0.00 Papel Principal

0.25 Casados à Primeira Vista **1.15** Travessia **1.55** Passadeira Vermelha **3.45** Terra Brava

RTP2

6.32 Repórter África - 2.ª Edição **7.00** Afazeres do Mês **7.06** Espaço Zig Zag **12.21** Superior Interesse **13.10** Viva Saúde **13.40** A Fé dos Homens **14.13** Folha de Sala **14.20** Ciclismo: Volta à França 2024 **16.32** O Mundo nos Açores **16.56** Folha de Sala **17.02** Espaço Zig Zag **16.02** Folha de Sala **16.07** Por Aqui Fora **16.58** Espaço Zig Zag **20.38** Folha de Sala **20.42** Espaços Incríveis de George Clarke **21.30** Jornal 2 **22.01** Hotel à Beira-Mar **22.51** Folha de Sala **22.55** Primeira Pessoa

23.32 Carla

1.17 A Chama **1.45** Folha de Sala **1.49** Cidade Aberta **2.43** Redescobrir Veneza **3.37** Folha de Sala **3.42** Verdade do Vinho **4.11** Milongo **5.07** Ilhas Míticas **5.54** Folha de Sala

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** Diário do Euro **14.05** TVI - Em Cima da Hora **14.50** A Sentença **15.45** Goucha

17.30 Congela

18.57 Vai ou Racha

19.57 Jornal Nacional

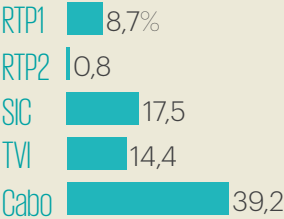
21.55 Cacau

23.05 Festa É Festa

0.00 TVI Extra

1.55 Autores

2.50 O Beijo do Escorpião **3.32** Deixa Que Te Leve



TVCINE TOP

16.15 The Report **18.10** O Meu Pai é um Perigo **19.40** Magic Mike - A Última Dança **21.30** LaRoy **23.20** Drácula: O Despertar do Mal **1.15** Violet **2.45** O Éden

STAR MOVIES

16.28 Academia de Polícia 4: A Patrulha do Cidadão **17.52** Academia de Polícia 5: Missão em Miami **19.20** Mad Max: Estrada da Fúria **21.15** Die Hard 4.0 - Viver ou Morrer **23.28** Selvagens (2012) **1.41** Sicário - Infiltrado

HOLLYWOOD

17.45 Dentro da Tempestade **19.15** Um Sonho Possível **21.30** Wyatt Earp **0.40** Predadores **2.30** Prometheus

AXN

16.27 S.W.A.T.: Força de Intervenção **17.59** The Rookie **21.06** Hudson & Rex **22.56** Dunkirk **0.48** Hudson & Rex

STAR CHANNEL

17.06 Investigação Criminal: Los Angeles **18.56** Magnum P.I. **20.23** Hawai Força Especial **22.15** Tracker **23.02** Chicago P.D. **0.47** Magnum P.I.

DISNEY CHANNEL

16.30 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **17.15** A Maldição de Molly McGee **18.05** Vamos Lá, Hailey! **18.55** Monstros: Ao Trabalho **19.15** Hamster & Gretel **20.00** Os Green na Cidade Grande

DISCOVERY

16.00 Mestres do Restauro **19.00** Aventura à Flor da Pele **21.00** Construções no Alasca **22.44** Os Mestres do Restauro: O Workshop **0.40** Construções no Alasca **2.00** Grandes Desastres no Espaço

HISTÓRIA

16.34 A Engenharia de Hitler **18.04** A Cidade Ovni **18.50** Conspiração Alien **20.09** Os Maiores Mistérios da História

ODISSEIA

18.01 Tecnologia Animal **18.55** Como Sobrevivem os Animais às Catástrofes **19.52** A Fábrica das Pandemias com Juliette Binoche **20.48** Planeta Vulcânico **23.20** Clima Letal

DOCUMENTÁRIOS

Portugal Fenomenal

RTP1, 23h01
A ideia deste programa, que se estreou originalmente em Janeiro e agora está a passar outra vez na RTP1, é pôr o apresentador Tiago Góes Ferreira a andar à volta de Portugal a encontrar lugares que foram abandonados, procurando as memórias de espaços que já não são aquilo que um dia foram. Cruza isso com o passado e o futuro dessas zonas, mas também de todo o país. Neste episódio, o segundo de 12, olha-se para os pavilhões que ficaram por completar nas Caldas da Rainha, um quarto secreto de Salazar e Manique do Intendente, que era para ter sido capital do reino português.

Sprint
Netflix, streaming

Estreia. Esta série documental da Netflix foca-se no treino e na preparação que atletas têm para se tornarem as pessoas mais rápidas do mundo em alta competição. Como é que é o dia-a-dia de corredores como Sha'Carri Richardson, Noah Lyles ou Shericka Jackson? Ao longo de seis episódios, realizados por Phil Turner, olha-se para os bastidores do Campeonato Mundial de Atletismo de 2023. Entre os produtores executivos estão James Gay-Rees e Paul Martin, que em 2019 tinham olhado da mesma maneira para a Fórmula 1 em *Formula 1: Drive to Survive*.

Mesopotâmia, Redescobrir os Tesouros do Iraque

História, 22h15
Estreia. Os esforços de autoridades e equipas de arqueólogos para tentarem salvar o que resta da Mesopotâmia, numa zona altamente afectada por guerras e instabilidade política, são o foco deste documentário francês assinado por Olivier Julien no ano passado.

INFANTIL

The Originals
Biggs, 22h15

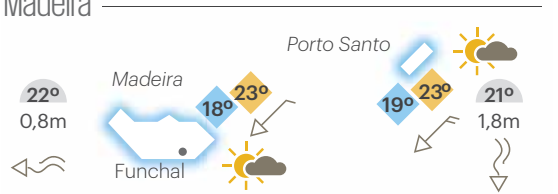
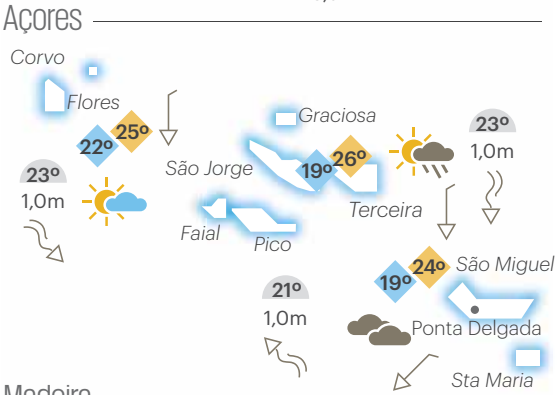
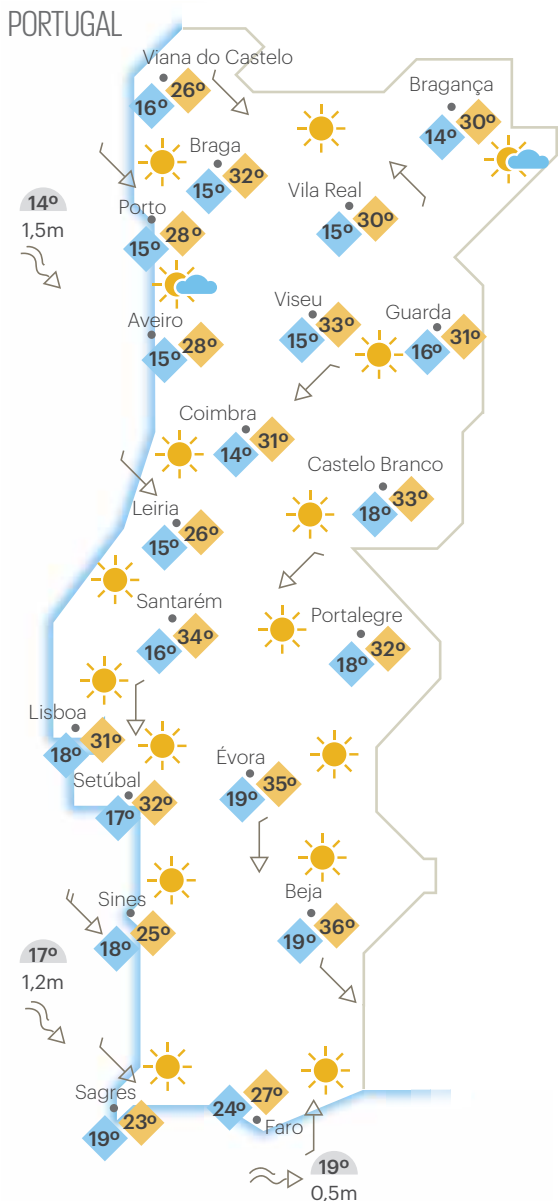
Chega à segunda temporada a exibição deste *spin-off* de *The Vampire Diaries* que durou cinco temporadas, entre 2013 e 2018.

DESPORTO

Futebol: Áustria-Turquia

RTP1, 19h50
Directo. Nos oitavos-de-final do Euro 2024, a Áustria defronta a Turquia em Leipzig, num jogo arbitrado por Artur Soares Dias.

Meteorologia

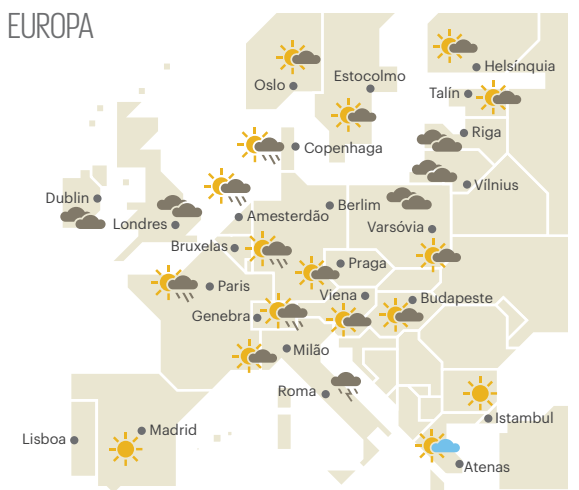
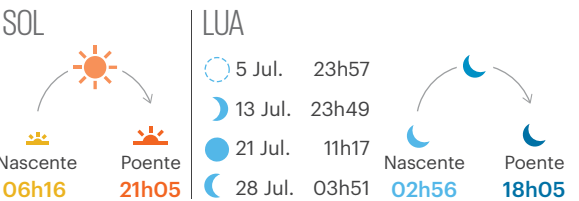
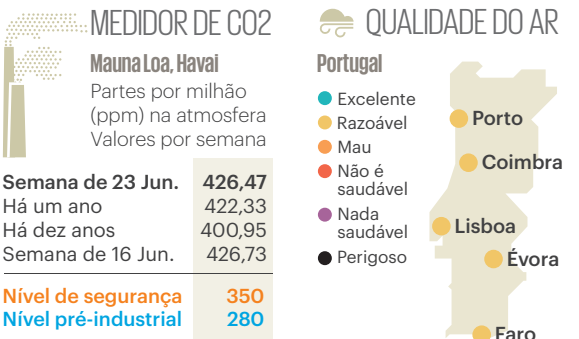


MARÉS

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
06h39	1,0	06h16	1,2	06h09	1,0
12h58	3,0	12h35	3,0	12h34	3,0
19h12	1,0	18h49	1,1	18h41	1,0
01h26	3,0	01h03	3,0	01h03	3,0

PRÓXIMOS DIAS PORTO

Quarta-feira, 3	Quinta-feira, 4	Sexta-feira, 5
14° 26°	16° 30°	15° 27°
Índice UV Vento Humidade	Índice UV Vento Humidade	Índice UV Vento Humidade
M. alto Fraco 68%	M. alto Fraco 63%	M. alto Fraco 71%



TEMPERATURAS °C

	Min.	Máx.		Min.	Máx.
Amsterdão	12	18	Roma	19	31
Atenas	24	34	Viena	16	23
Berlim	12	19	Bissau	26	31
Bruxelas	11	18	Buenos Aires	8	17
Bucareste	19	37	Cairo	25	36
Budapeste	15	25	Caracas	20	29
Copenhaga	12	18	Cid. do Cabo	12	16
Dublin	10	17	Cid. do México	13	23
Estocolmo	15	22	Dili	24	32
Frankfurt	12	18	Hong Kong	28	32
Genebra	12	22	Jerusalém	19	30
Istambul	22	33	Los Angeles	18	30
Kiev	20	32	Luanda	20	27
Londres	13	20	Nova Deli	28	34
Madrid	16	30	Nova Iorque	19	28
Milão	19	29	Pequim	19	27
Moscovo	21	32	Praia	23	29
Oslo	12	22	Rio de Janeiro	18	26
Paris	13	21	Riga	12	22
Praga	14	20	Singapura	26	32

A BOLA JÁ ROLA NO CAMPO

NÃO PERCA NADA DESTE EUROPEU COM O PODCAST O PÉ DIREITO DO ÉDER.

Os favoritos e as surpresas do campeonato. As melhores histórias e toda a actualidade deste Euro 2024.

Às terças e sextas-feiras. Bissemanal.

NOVO



Disponível em publico.pt/podcasts e em todas as plataformas de podcasts

Apple Podcasts Spotify YouTube



“Não podemos fazer as coisas da mesma forma”

Pedro Dias O novo secretário de Estado do Desporto compromete-se a fazer diferente, mas não no imediato. Prefere falar num horizonte temporal de três ciclos olímpicos

Entrevista

David Andrade Texto
Adriano Miranda Fotografia

Tem um currículo ligado ao desporto com perto de três décadas, foi atleta federado de basquetebol, andebol, futebol e futsal, e, antes de ser escolhido para assumir a pasta do Desporto no actual Governo, era vogal da direcção, com funções executivas, da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), tendo tido um papel preponderante no sucesso que o futsal português tem alcançado. Na primeira grande entrevista que dá desde que tomou posse, Pedro Dias, secretário de Estado do Desporto, explica que tem em mãos um projecto para “três ciclos olímpicos” que terá “uma visão reformista do país”. **Tomou posse a 5 de Abril. Que balanço faz dos primeiros três meses no cargo?** O balanço é positivo. Tivemos um período inicial de adaptação a um contexto diferente do que tinha sido o meu. Foi preciso construir uma equipa e pegar na pasta de transição, analisá-la colocando o foco nos compromissos do Governo que, no dia 12 de Abril, foram aprovados na Assembleia da República. Temos também de pegar em todos os outros assuntos – uns com maior urgência, outros com menor – que têm de ser tratados. Em termos da nossa intervenção, todos os compromissos são mensuráveis. O único que é genérico é o de elaborar um plano que integre de forma global todas as áreas que toquem no desporto. Até ao final do ano, comprometemo-nos a fazer tudo isto e a apresentar um plano integral que aponte um caminho que, do nosso ponto de

vista, não deve, em termos de compromissos políticos, ser inferior a três ciclos olímpicos. **As passagens de pasta entre governos de diferentes partidos são sempre um processo complexo. Ficou satisfeito com essa transição?** A pasta do Governo foi transitada e há um conjunto de tópicos importantes. No projecto olímpico neste momento não podemos estragar nada. Estamos na fase final, quando todos os envolvidos – atletas e treinadores – estão apenas e só focados em conseguir as marcas ou para se prepararem convenientemente para estarem nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Isto foi um dossier que tocámos com muito cuidado, porque não pretendemos estragar nada daquilo que é um plano com quatro anos que está na parte final e no seu momento crítico. Outro dossier tem a ver com um conjunto de iniciativas legislativas que estavam a ser preparadas e analisadas. No programa do Governo incluímos alguns compromissos, mas, como vamos fazer um plano, faz sentido olhar para isto de forma transversal: ver as leis-quadro e as que têm maior relevância no desporto e ver de que forma podemos analisar, discutir a apresentar propostas legislativas. Outro aspecto da pasta de transição que foi relevante tem a ver com grandes eventos desportivos internacionais que temos calendarizados até 2030. Teremos em 2027 a Gymnaestrada, em 2028 o Campeonato da Europa de andebol e, em 2030, o Campeonato do Mundo de futebol, para o qual, não estando ainda atribuída a sua decisão – será em Dezembro –, temos de fazer um acompanhamento junto da equipa da comissão de candidatura, que foi criada.

Em que ponto está esse dossier do Mundial 2030? Está a decorrer conforme o planeado e esperamos chegar a Dezembro, quando o Comité Executivo e o Plenário da FIFA vão tomar a decisão, e termos a confirmação do que todos esperamos. As infra-estruturas que existem são as infra-estruturas que foram apresentadas na candidatura – não há necessidade de fazer investimentos a esse nível. Estamos a falar de estádios, que foi um problema sério quando Portugal se candidatou a organizar o Euro 2004. Esse legado perdurou. Já passaram 20 anos e vamos utilizar esse legado para uma candidatura ao Mundial 2030. **Sabemos que teremos três estádios, mas qual será o peso que Portugal terá na competição?** Essas decisões não são tomadas por Espanha, Portugal ou por Marrocos. É importante que tenham isso presente. A decisão de onde são os jogos, e de quais são os estádios, é da FIFA, que disse logo que haveria jogos na América do Sul [Uruguai]. O que o comité de candidatura tem de fazer é, de acordo com o caderno de encargos, preparar a melhor oferta de estádios para que possa ser tomada uma boa decisão. **A sua tomada de posse gerou expectativa por parte de vários sectores que reivindicam que sejam colocadas em prática reformas no desporto português. Está disponível para isso e ser um reformista?** Sim, está tudo no programa do Governo. Nós não podemos continuar a fazer as coisas da mesma forma. Ou fazemos de uma forma estrutural, assumindo compromissos – sei que para algumas pessoas será complexo assumir com esta dimensão, de três ciclos olímpicos –, mas nesta



“Um governo que não é maioritário terá sempre essas questões. Mas não vamos governar? No meu caso, foi solicitado assumir um compromisso para uma legislatura. Contudo, nesta área, tem de se ir além da legislatura. É um plano integral, que tenha uma visão reformista do país e que toque pelo menos três ciclos olímpicos

área temos de olhar com esta visão. **Aponta para um prazo de três ciclos olímpicos, mas governará num contexto de instabilidade e haverá sempre um cenário de eleições antecipadas em cima da mesa...** Um governo que não é maioritário terá sempre essas questões. Mas não vamos governar? Vamos ficar à espera? Não pode ser assim. No meu caso, foi solicitado assumir um compromisso para uma legislatura. Contudo, nesta área, tem de se ir além da legislatura. É um plano integral, que tenha uma visão reformista do país e que toque pelo menos três ciclos olímpicos. Que ajude a aumentar os hábitos da prática desportiva da população. Que introduza alterações significativas na forma como olhamos para a escola e para a participação que ela tem no desenvolvimento desportivo do país. Que olhe para os clubes de forma diferenciada e os tenha



como parceiros activos, assim como as autarquias. É disto que estamos a falar.

Portugal surge nos estudos do Eurobarómetro com a mais elevada taxa de habitantes que afirmam nunca praticarem desporto. Este é um indicador de que as políticas públicas estão a falhar ou é um problema mais profundo?

É mais profundo... Tenho algumas dúvidas quanto aos termos metodológicos e a forma como a recolha dos dados é feita. Estamos a procurar soluções para isso e para ter uma medição que nos permita de forma regular ter indicadores em que possamos confiar. Tivemos experiências interessantes no passado, de reformas que foram feitas de forma tranquila. Por exemplo, o tema da sustentabilidade e da recolha do lixo. Todos nos lembramos de como isto aconteceu. São coisas dessas de que o país precisa.

Qual a meta que traçaram para essa estratégia?

Ir além da média, que é passar dos 78 portugueses em 100 que dizem que não fazem nada para menos de 50. Ter mais de metade da população a dizer que é activa e que faz alguma coisa no desporto. A meta é estar acima da média.

Quando é que isso será possível?

São os 12 anos. Não conseguimos fazer transformações dessas em menos do que este período. Uma criança que neste momento tenha entre seis e oito anos daqui a 12 vai ter 18 ou 20 anos.

Nos últimos Jogos Olímpicos, Portugal não teve qualquer representante em cerca de 80% das provas do calendário. Como se combate esta falta de cultura desportiva num país monopolizado pelo futebol?

Isso acontece no mundo inteiro, não é apenas em Portugal. O que não acontece no mundo inteiro é termos 78 portugueses em 100 a dizer que não fazem desporto.

“
[Queremos] Ir além da média, que é passar dos 78 portugueses em 100 que dizem que não fazem nada para menos de 50. Ter mais de metade da população a dizer que é activa e que faz alguma coisa no desporto

Que expectativa tem para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos?

Não pode ser diferente da realidade desportiva do país. A participação dos nossos atletas nos Jogos de Paris é o resultado da qualidade do processo que temos. Nós temos o programa de preparação olímpica com 108 a 109 atletas. Neste momento, estão sensivelmente 60 qualificados e vão ser mais. É um programa que tem quatro anos e que visava criar condições para os ajudar, primeiro, a qualificarem-se para os Jogos. Além da qualidade do processo em termos desportivos, temos a noção de que nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos é o mundo inteiro que está a concorrer. E todos querem lá chegar. À medida que os ciclos vão avançando, os critérios de acesso têm sido cada vez mais exigentes: reduzindo o número de participantes, tornando mais selectiva a qualificação, por causa dos temas da sustentabilidade. Isto tem tornado muito mais exigente a qualificação.

Acredita que é possível conseguir mais medalhas do que em Tóquio?

Dos 60 portugueses que estão qualificados para os Jogos, temos oito que estão no patamar de medalhados – duas mulheres e seis homens. Estes oito são potencialmente, pelos desempenhos que têm tido, os que poderão estar nas medalhas. Temos também atletas medalhados olímpicos que estão num patamar inferior. O nosso processo de gestão está bem feito e bem estruturado, em plena articulação com as federações. Nos Jogos Paralímpicos, dos 25 atletas temos uma situação semelhante em termos potenciais: há um número restrito que é potencialmente medalhável. É um número restrito, num país que tem dez milhões de habitantes, dos quais 7,8 milhões dizem que nunca praticam desporto. Este é o nosso contexto.

Muitos dos atletas que vão estar em Paris residem ou treinam no Centro de Alto Rendimento (CAR) do Jamor. No final do ano passado, a ASAE instaurou um processo de contra-ordenação por falta de higiene no refeitório do complexo, que teve infestações de baratas e de percevejos. Qual é a sua opinião sobre o CAR do Jamor?

Conheço o centro de alto rendimento desde 1990. Está muito diferente, para melhor. No Jamor foi dada visibilidade a uma situação que aconteceu. Houve uma inspecção que foi feita e um relatório interno. Percebeu-se o que aconteceu. O foco tem de

estar no nível de serviços que é oferecido aos atletas que frequentam o centro. É adequado para o nível desportivo que têm? Essa é que tem de ser a preocupação...

Os atletas referem que as condições de treino são boas. Os problemas estão na residência e nas estruturas de apoio, como o refeitório...

Eu almocei no refeitório há 15 dias e vi um refeitório com as mesmas condições que conhecia há uns anos. O refeitório do CAR do Jamor é igual ao refeitório do CAR de Rio Maior...

Não é o que os atletas dizem...

Para mim, um CAR tem de ter um conjunto de serviços que permite dar resposta a todas as necessidades. Do meu ponto de vista, o CAR do Jamor, o de Rio Maior, o de Anadia, o de Vila Nova de Gaia, o de Montemor, todos estão pensados para darem resposta às modalidades para as quais são centros de alto rendimento.

O actual Governo separou as pastas do Desporto e da Juventude. O que vai acontecer ao IPDJ? Irá manter-se como está? Será reformulado?

O sinal político que foi dado é que há dupla tutela. Temos um instituto público com dupla tutela. É o mesmo Governo, o mesmo país...

Há a possibilidade de voltar a existir o Instituto do Desporto de Portugal?

Isso pode acontecer... Estamos num processo de análise da estrutura do desporto e a fazer uma reflexão. Neste momento, o IPDJ tem uma dupla tutela e tem de funcionar lindamente.

O IPDJ tem a responsabilidade de fiscalizar as federações desportivas e nos últimos anos têm existido vários casos nas federações. A Federação Portuguesa de Rugby, por exemplo, foi condenada por três tribunais diferentes por ter despromovido o CR Técnico para o último escalão. Há quase nove meses que está a decorrer no IPDJ um inquérito, que continua sem uma conclusão. Parece-lhe razoável que isso aconteça?

O IPDJ não tem nenhuma competência em termos judiciais. Isso cabe aos tribunais. As competências que o IPDJ tem são de fazer cumprir a lei.

Mas considera razoável haver um inquérito no IPDJ aberto há oito meses sem conclusões?

Temos processos que estão há décadas sem uma decisão. As pessoas têm de ser ouvidas... Este tema está em tribunal e não é uma decisão do IPDJ. Não é uma decisão política, mas dos tribunais.



Pelos nossos leitores, no centro da notícia

Os enviados especiais do PÚBLICO acompanham de perto
duas disputas eleitorais determinantes para o futuro da Europa.

Todos os dias, no PÚBLICO e em publico.pt

**AMÍLCAR
CORREIA**
FRANÇA

**ANTÓNIO
SARAIVA
LIMA**
REINO UNIDO

Aos 33 anos, Grigor Dimitrov continua sem querer perder

Pedro Keul

Grigor Dimitrov foi o primeiro vencedor no quadro masculino da 137.ª edição do torneio de Wimbledon. O actual 10.º do ranking teve de recuperar de 1-4 no terceiro *set*, para eliminar Dusan Lajovic, por 6-3, 6-4 e 7-5, e avançar para a segunda ronda nesta sua 14.ª presença na etapa britânica do Grand Slam.

Dimitrov até se dá bem na relva de Wimbledon, tenho sido semifinalista em 2014. Semanas antes, tinha ganho o torneio de Queen's e, no All England Club, derrotou Andy Murray, que defendia o título, antes de perder com Novak Djokovic em quatro *sets*. Tinha 23 anos e era namorado de Maria Sharapova. Desde aí, o búlgaro só chegou à segunda semana do torneio por duas vezes.

“Tenho trabalhado muito nos últimos anos e nunca se sabe quando vamos colher os resultados”, afirmou Dimitrov, que perdeu somente quatro dos pontos disputados com o primeiro serviço.

O primeiro a vencer nesta edição no court central do All England Club foi Carlos Alcaraz, que iniciou a defesa do título afastando Mark Lajal (269.º), por 7-6 (7/3), 7-5 e 6-2. Pouco depois, seria o líder do ranking, Jannik Sinner, a sentir dificuldades e a ceder um *set*, mas a vencer Yannick Hanfmann (110.º), por 6-3, 6-4, 3-6 e 6-3.

Já Nuno Borges estreia-se hoje, às 11 horas, defrontando no court n.º 6, o japonês Yoshihito Nishioka (102.º).

No torneio feminino, destaque para o enorme sorriso de Emma Raducanu, após somar a primeira vitória em Wimbledon desde 2022, a última vez que participou no torneio –, onde despontou, um ano antes, ao atingir os oitavos-de-final.

Depois de três cirurgias, a campeã do US Open em 2021 voltou a dar uma alegria aos compatriotas britânicos, vencendo Renata Zarazua (98.ª), por 7-6 (7/0), 6-3. “Estava nervosa e acho que todos o puderam ver, mas no final do dia temos de fazer o que é necessário para chegar ao fim”, disse Raducanu.

A maior surpresa foi protagonizada por Lulu Sun, que eliminou a número oito e finalista no último Open da Austrália, Zheng Qinwen, por 4-6, 6-2 e 6-4. Vinda do *qualifying*, Sun obteve a sua primeira vitória sobre uma adversária do top 50 e tornou-se na primeira neo-zelandesa desde 2016 a vencer num Grand Slam.



Biniam Girmay corta a linha de meta à frente do pelotão e festeja a vitória na terceira etapa do Tour

Tour teve cinco horas de quase nada e 20 minutos de quase tudo

Diogo Cardoso Oliveira

A emoção na terceira etapa do Tour ficou guardada para os metros finais. O vencedor foi inesperado, tal como a nova liderança

Ontem, na etapa 3 da Volta a França, a mais longa da prova, houve 220 longos quilómetros de sonolência e marasmo, sempre em ritmo lento, para uns 10.000 metros finais de emoção e *sprint*. E mudança na camisola amarela.

O mais forte na etapa foi Biniam Girmay (Wanty), que bateu Fernando Gaviria (Movistar) e Arnaud De Lie (Lotto) numa chegada bastante rápida a Torino, naquele que será o último dia em Itália. E com a boa colocação no grupo da frente, Richard Carapaz, a reboque da sua EF Education, conseguiu galgar posições suficientes no pelotão para ficar com a camisola amarela.

É justo dizer que a Volta a França tem tentado acabar com as etapas planas, longas e aborrecidas, feitas em ritmo de passeio de bicicleta – e com *sprint* no final. Mas o objectivo nunca será cumprido a 100%.

As chamadas etapas de transição, até para deleite dos velocistas mais pesados, serão sempre necessárias para finais de *sprint* – o que não é necessário é haver tanta apatia das equipas.

Nesta etapa, depois de dois dias desgastantes, não houve como vencer ninguém a atacar e não houve sequer uma tentativa de fuga durante largas horas. Algo que só poderia ser quebrado pela “caça à televisão”.

Fabien Grellier, da Total Energies, escapou do pelotão a 70 quilómetros do final. Mas esta era, como muitas vezes se define, uma fuga para a televisão – feita por equipas e ciclistas menos renomados, em busca de minutos de destaque na transmissão televisiva.

O nome do ciclista aparece, os

patrocínios no equipamento também e a equipa é destacada durante muito tempo de ecrã.

Troca na amarela

Todos sabiam que Grellier seria apanhado antes da meta e isso aconteceu a 30 quilómetros do final.

A luta das principais equipas pelo posicionamento dos líderes animou parte do tempo restante, antes de os “comboios” dos *sprinters* animarem o resto. Houve uma queda a dois quilómetros do final, que reduziu muito o grupo da frente e descoordenou algumas equipas.

Houve, portanto, terreno para um vencedor surpreendente, já que Girmay, apesar de ser um excelente finalizador, está longe de ser dos velocistas mais fortes do pelotão. Mesmo Gaviria é uma surpresa na segunda posição.

Os principais candidatos ao triunfo no Tour tiveram um dia tranquilo, como quase todo o pelotão. Tão tranquilo que Tadej Pogacar se deu ao luxo de rolar nos metros finais, vendo Carapaz chegar-se à frente no grupo, acabando numa posição que lhe permitiu tirar a camisola amarela ao esloveno.

Hoje, os ciclistas vão atravessar a fronteira italo-francesa, num dia que terá uma escalada ao Galibier. Será, por certo, dia para novo duelo pela camisola amarela, com 23km a 5,1% de inclinação média e algumas zonas a 9%.

Breves

Futebol

Sporting escolhe Athletic Bilbao para Troféu Cinco Violinos

Os bascos do Athletic Bilbao vão ser os adversários do Sporting no Troféu Cinco Violinos, em 27 de Julho, anunciou ontem o campeão português de futebol. No encontro particular marcado 27 de Julho, às 19h30, os “leões” vão jogar com os bascos, que venceram a Taça do Rei na última época, naquela que será a 12.ª edição do troféu de pré-temporada. Nas anteriores 11 edições, o Sporting apenas foi batido pelos espanhóis do Valência e do Sevilha e pelos italianos do Empoli. Este é o terceiro jogo de pré-época do Sporting, que, durante o estágio no Algarve, entre 13 e 24 de Julho, vai defrontar os belgas do Union Saint-Gilloise (17) e os espanhóis do Sevilha (23).



Futebol

Vangelis Pavlidis assina pelo Benfica até Junho de 2029

O avançado Vangelis Pavlidis, de 25 anos, assinou um contrato com o Benfica válido até 30 de Junho de 2029, anunciou ontem o clube lisboeta, que pagou 18 milhões de euros pelo internacional grego. Um valor ao qual pode acrescer mais dois milhões de euros pago “em função de objectivos pré-definidos”. O jogador, que marcou seis golos nas 38 presenças na selecção grega. Estava no AZ Alkmaar desde 2021/22, ao serviço do qual marcou, na última época, 33 golos, 29 deles na Liga neerlandesa. O AZ Alkmaar vai ficar com 10% do valor da mais-valia de uma transferência futura do jogador.

Classificações

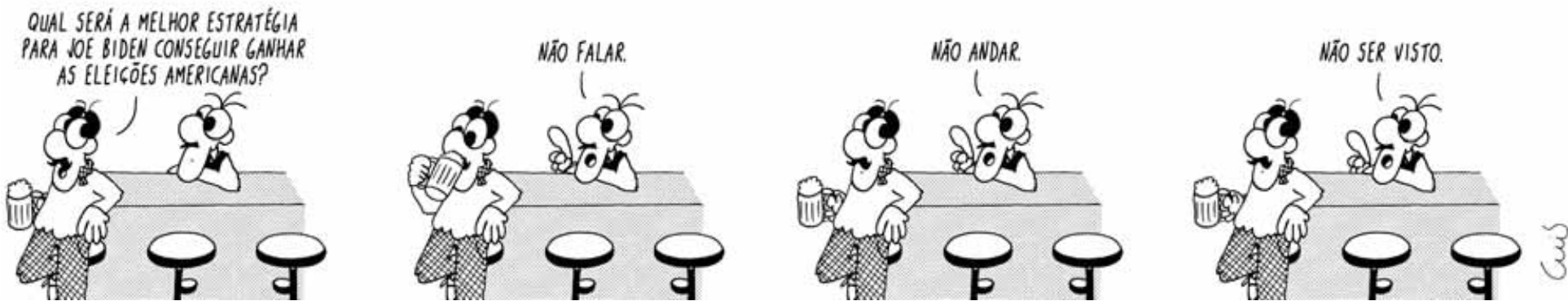
3.ª ETAPA

1.º B. Girmay (Intermarché)	5h26m48s
2.º F. Gaviria (Movistar)	m.t.
3.º A. de Lie (Lotto)	m.t.
4.º M. Pedersen (Lidl)	m.t.
5.º D. Groenewegen (Team Jayco)	m.t.
34.º Nelson Oliveira (Movistar)	m.t.
92.º Rui Costa (EF Education)	m.t.
97.º João Almeida (Emirates)	m.t.

GERAL

1.º R. Carapaz (EF Education)	15h20m18s
2.º Tadej Pogacar (Emirates)	m.t.
3.º R. Evenepoel (Quick-Step)	m.t.
4.º Jonas Vingegaard (Visma)	m.t.
5.º Romain Bardet (PostNL)	a 6s
21.º João Almeida (Emirates)	a 21s
35.º Rui Costa (EF Education)	a 2m31s
58.º Nelson Oliveira (Movistar)	a 17m10s

BARTOON LUÍS AFONSO



O senhor Ventura já não tem idade para brincar aos polícias



O respeitinho não é bonito

João Miguel Tavares

Aqui há três meses publiquei nesta página um artigo intitulado “Uma proposta inaceitável do Chega de que pouco se falou”, no qual chamava a atenção para um ponto particular do seu programa eleitoral que deveria ter merecido maior debate, não fossem as palhaçadas de André Ventura serem tão mais atraentes do que as suas propostas efectivas. Na secção “Tornar Portugal Seguro”, lia-se esta proposta do Chega: “Reconhecer aos membros das Forças de Segurança o direito à filiação partidária, bem como o direito à greve.”

Desde o primeiro dia que o Chega está a fazer um enorme esforço para ganhar poder dentro das forças policiais, como antigamente o PCP se esforçava para ganhar força dentro dos grandes sindicatos industriais. Mas a ideia de milhares de polícias poderem um dia vir a ser



NUNO FERREIRA SANTOS

militantes do Chega, ou de qualquer outro partido, parece-me absolutamente abstrusa, e defini-a nesse artigo como uma “linha vermelhíssima” em qualquer democracia liberal que se preze: as pessoas que o país treina, arma, e às quais dá poder para recorrerem à violência em nome do Estado, devem a sua lealdade ao país como um todo, e não a qualquer partido político particular.

A Lei dos Partidos Políticos é clara: “Não podem requerer a inscrição nem estar filiados em partidos políticos: 1) os militares ou

“É uma ideia digna de um político com sentido de Estado. ‘Não é nenhum apelo à desordem’, disse Ventura. Claro que não...”

agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo; 2) os agentes dos serviços ou das forças de segurança em serviço efectivo.” A Lei da Segurança Interna diz a mesma coisa: “As forças e os serviços de segurança são organismos públicos, estão exclusivamente ao serviço do povo português” e são “rigorosamente apertados”. Portanto, nem GNR, nem PSP, nem PJ, nem SIS, nem Autoridade Marítima Nacional, nem o Sistema da Autoridade Aeronáutica podem ter funcionários filiados em partidos. Só assim se evitam conflitos de interesse que poderiam comprometer o prestígio e a imagem de neutralidade dessas instituições.

Isto é tão óbvio que se enfia pelos olhos dentro. Mas André Ventura nunca foi homem dado a subtilezas institucionais, e por isso deu mais um passo em frente na tentativa de colar o Chega às forças de segurança: desafiou os membros da PSP e da GNR para uma manifestação na próxima quinta-feira, às 15 horas, em frente à Assembleia da República, e também dentro das galerias do Parlamento. Motivo: vai ser votada – e chumbada – a proposta do Chega de aumento do subsídio de risco para 400 euros mensais até 2026.

Ventura, pelos vistos, acha que a votação terá outra graça se os deputados chumbarem a proposta rodeados de polícias, que assim poderão dar largas à sua revolta nas galerias e na escadaria de São Bento. É, realmente, uma ideia digna de um político com sentido de Estado. “Não é nenhum apelo à desordem”, disse Ventura. Claro que não é. É apenas uma forma de instrumentalizar um movimento sindical à medida das suas conveniências.

E funciona. O badalado Movimento Zero já se colocou ao seu lado, apelando a todos os membros das forças de segurança para irem ao Parlamento na quinta-feira: “É uma oportunidade única para fazer ouvir a nossa voz, para exigir respeito e melhores condições de trabalho.” Os polícias encontram-se em negociações avançadas com o Governo, e por isso não acredito que vá acontecer grande coisa em São Bento. Mas quando homens adultos, como Ventura, ainda gostam de brincar aos polícias, das três, uma: ou são imaturos, ou são irresponsáveis, ou são perigosos. Nenhuma das opções é boa.

Colunista

jmtavares@outlook.com

P PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Todos os conteúdos do jornal estão protegidos por Direitos de Autor ao abrigo da legislação portuguesa, da União Europeia e dos Tratados Internacionais, não podendo ser utilizados fora das condições de uso livre permitidas por lei sem o consentimento expresso e escrito da PÚBLICO, Comunicação Social, S.A.

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos

12479
5 601073 016032

Putin proíbe, mas aqui somos livres de ler

A Rússia proibiu o acesso a 81 meios de comunicação social, incluindo o PÚBLICO.

Com uma assinatura pode ajudar-nos a continuar a publicar o que os ditadores não gostam que se leia.

CONTACTE-NOS: assinaturas.online@publico.pt • 808 200 095 (dias úteis das 9h às 18h)

publico.pt/assinaturas

ASSINE JÁ

